



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
DOUTORADO

Cartas para o futuro: cartografias de memórias minoritárias
como resistência na luta antimanicomial potiguar

Carlos Eduardo Silva Feitosa

NATAL
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
DOUTORADO

**Cartas para o futuro: cartografias de memórias minoritárias
como resistência na luta antimanicomial potiguar**

Tese apresentada por Carlos Eduardo Silva Feitosa
ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UFRN, como requisito para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Linha de orientação: Psicologia, Política e
Socioespacialidades.

Tema: Saúde mental e produção de subjetividade.

NATAL
2024

Ficha catalográfica

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Feitosa, Carlos Eduardo Silva.

Cartas para o futuro: cartografias de memórias minoritárias
como resistência na luta antimanicomial potiguar / Carlos
Eduardo Silva Feitosa. - 2024.

210f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de
Pós-graduação em Psicologia, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Ana Karenina de Melo Arraes Amorim.

1. Memória. 2. Saúde Mental. 3. Reforma Psiquiátrica. 4.
Produção de Subjetividade. 5. Cartas. I. Amorim, Ana Karenina de
Melo Arraes. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

Ata da banca examinadora da tese



Universidade Federal do Rio Grande do Norte PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA Nº 145

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, por meio híbrido, foi instalada a Comissão Examinadora responsável pela avaliação da Tese de Doutorado intitulada: "Cartas para o futuro: cartografias de memórias minoritárias como resistência na luta antimanicomial potiguar", apresentada pelo doutorando CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. A Comissão Examinadora foi presidida pela professora orientadora ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM e contou com a participação da professora doutora ANA KALLINY DE SOUSA SEVERO, na qualidade de examinadora interna, como também dos professores doutores EDER AMARAL E SILVA, LUIS ANTONIO DOS SANTOS BAPTISTA e MARCOS ALEXANDRE DE MELO SANTIAGO ARRAES na qualidade de examinadores externos à instituição. A sessão teve a duração de 4 horas e trinta minutos e o doutorando foi considerado:

(X) aprovado

() reprovado

Dr. EDER AMARAL E SILVA, UESB

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente

EDER AMARAL E SILVA
Data: 15/01/2025 15:33:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. LUIS ANTONIO DOS SANTOS BAPTISTA

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente

LUIS ANTONIO DOS SANTOS BAPTISTA
Data: 17/12/2024 10:35:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. MARCOS ALEXANDRE DE MELO SANTIAGO ARR

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente

MARCOS ALEXANDRE DE MELO SANTIAGO ARR
Data: 14/01/2025 09:29:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. ANA KALLINY DE SOUSA SEVERO, UFF

Examinadora Externa

gov.br

ANA KALLINY DE SOUSA SEVERO
Data: 16/01/2025 21:20:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM, UFRN

Presidente

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM
Data: 17/01/2025 15:27:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA

Doutorando

gov.br

Documento assinado digitalmente
CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA
Data: 17/01/2025 17:35:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Carta aberta a John Ashbery

A memória é uma ilha de edição - um qualquer
passante diz, em um estilo nonchalant,
e imediatamente apaga a tecla e também
o sentido do que queria dizer.

Esgotado o eu, resta o espanto do mundo não ser
levado junto de roldão.

Onde e como armazenar a cor de cada instante?
Que traço reter da translúcida aurora?
Incinerar o lenho seco das amizades esturricadas?
O perfume, acaso, daquela rosa desbotada?

A vida não é uma tela e jamais adquire
o significado estrito
que se deseja imprimir nela.
Tampouco é uma estória em que cada minúcia
encerra uma moral.

Ela é recheada de locais de desova, presuntos,
liquidações, queimas de arquivos, divisões de capturas,
apagamentos de trechos, sumiços de originais,
grupos de extermínios e fotogramas estourados.
Que importa se as cinzas restam frias
ou se ainda ardem quentes
se não é selecionada urna alguma adequada,
seja grega seja bárbara,
para depositá-las?

Antes que o amanhã desabe aqui,
ainda hoje será esquecido
o que traza marca d'água d'hoje.

Hienas aguardam na tocaia da moita enquanto
os cães de fila do tempo fazem um arquipélago
de fiapos do terno da memória.

Ilhotas. Imagens em farrapos dos dias findos.
Numerosas crateras ozonais.

Os laços de família tornados lapsos.
Oco e cárie e cava e prótese,
assim o mundo vai parindo o defunto
de sua sinopse.

Sem nenhuma explosão final.

Nulla dies sine linea. Nenhum dia sem um traço.
Um, sem nome e com vontade aguada,
ergue este lema como uma barragem
anti-entropia.

E os dias sucedem-se e é firmada a intenção
de transmutar todo veneno e ferrugem
em pedaço do paraíso. Ou vice-versa.
Ao prazer do bel-prazer,
como quem aperta um botão da mesa
de uma ilha de edição
e um deus irrompe afinal para resgatar o humano fardo.

Corrigindo:
o humano fado.

(Waly Salomão)

*Para João Maria, meu amigo,
que me ofereceu uma vida.*

AGRADECIMENTOS

À memória dos meus pais, José Carlos Feitosa e Maria Nilde Silva Feitosa, pernambucanos, professores, cujo carinho, cuidado e amor estarão em minhas memórias e em meu coração para sempre.

À professora Dra. Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, amiga, cartomante, bruxa, cartógrafa, orientadora carinhosa, por acolher este pesquisador estrangeiro e se dispor a caminhar e produzir memórias.

Às pessoas que fazem da Associação Potiguar PLURAL (usuários, familiares, profissionais, estagiários, estudantes e pesquisadores) um coletivo de luta e de afetos, por me permitirem emprestar minha escrita para que pudessem contar sua história. Por me permitirem fazer parte de sua memória, meu mais carinhoso agradecimento.

À minha companheira Lúcia Helena, meu grande amor, por estar ao meu lado, apoiando e acreditando nesse caminho que trilhamos juntos, produzindo memórias e afetos.

À amiga Indianara Ferreira pela presença e amizade constante durante os anos de mestrado e doutorado, no cuidado mútuo e nas trocas de saberes.

Aos membros do Grupo de Estudos Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (GENTILEZA), na figura da professora Dra. Tereza Nobre, pelos encontros, descobertas, pelo compartilhamento de conhecimento e produção de um saber que nos encanta.

Aos estudantes de iniciação científica, nas figuras de Jéssica, Pedro e Mabel (hoje mestranda), pela dedicação e colaboração durante a pesquisa.

Aos professores do PPGPsi, pela disponibilidade em compartilhar seus saberes e no auxílio para a construção de nossos projetos de pesquisa.

À coordenação do PPGPsi, na figura da professora Isabel Fernandes, pelo compromisso com a ciência e o social.

À secretaria do PPGPsi, nas figuras de Liziane e Bruno, pela rapidez e gentileza sempre que solicitados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo nesses dois anos do curso do doutorado.

À Fernanda Miranda, pelo suporte magistral de tradução.

À André, Fabíola e Murilo (irmão, cunhada e sobrinho) pela amizade e por sempre me fazerem sentir em casa, por serem o Recife para mim.

Aos meus sogros, Fernando Cesar e Dirce Helena, exemplos de vida, perseverança e cuidado, pelo incentivo e pela espiritualidade com que sempre me acolheram.

Aos meus gatos Ronrom, Cora, Gil e Caetano, meus devires animais, por me acompanharem nas leituras, pelo carinho, amor e cuidado que prescinde das palavras, que ficam no olhar.

Aos amigos potiguares que conheci, com os quais compartilho esses caminhos errantes e afetuosos.

Aos meus pacientes, tão singulares quanto diversos, por me confiarem suas memórias e por me permitirem acompanhar seus processos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
RESUMO	13
ABSTRACT	14
A propósito dos começos: das memórias que implicam o pesquisador	15
Carta ao leitor:	15
Ítaca ou o fogo e a memória	15
Histórias coletivas, histórias singulares	25
Por que a memória	30
Histórias maiores e menores no campo da saúde mental	32
1. Aspectos metodológicos	43
1.1. Sobre a pesquisa com a memória	43
1.2. Dos fundamentos metodológicos da pesquisa-intervenção	45
1.3. Estratégias, processos e ferramentas da pesquisa	49
2. Caminhos da memória	58
2.1. Nos passos de Bergson	58
<i>2.1.1. Corpo e percepção</i>	59
<i>2.1.2. Hábito e memória</i>	62
<i>2.1.3. O Cone e a dilatação da memória</i>	66
<i>2.1.4. Encruzilhadas e transversalidades</i>	69
2.2. A memória coletiva: implicações para uma memória social	70
<i>2.2.1. Halbwachs e a memória coletiva</i>	71
<i>2.2.2. Tempo e memória coletiva</i>	76
<i>2.2.3. Memória e território</i>	80
2.3. Memória e dimensão política em Benjamin: narração, história e o trabalho com os restos	84
<i>2.3.1. Experiência e Narração</i>	86
<i>2.3.2. Memória, luta e redenção</i>	90
<i>2.3.3. Pistas para um trabalho com a memória: catação, transmissão, narração</i>	99
2.4. Trilhas para uma perspectiva decolonial da memória	101
<i>2.4.1. Pensamento, fronteira e desobediência: uma defesa</i>	103
<i>2.4.2. Memória como uma prática contra colonialista</i>	109
3. Por uma memória minoritária: aberturas para se pensar caminhos	115
3.1. Memória e devir	119
3.2. Ouvir os mortos: desafios para o tempo presente	124
3.3. Montagem: construção de um aparelho minoritário	131
4. Cartas para o futuro: aparelhos maquínicos de memórias minoritárias	142
4.1. Alerta aos leitores	143

Primeira carta - Uma vida	145
Segunda carta - Os olhos de Jailton	153
Terceira carta - A queda/ Lixo humano	160
Quarta carta - Mulheres	167
Quinta carta - Como escrever Edson?	179
5. O fim da história	183
Referências	192
ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado	200
ANEXO 2 - Pequeno atlas de imagens de uma pesquisa sobre a memória	206

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.</i> Reunião da PLURAL.....	29
<i>Figura 2.</i> Encontro da PLURAL	29
<i>Figura 3.</i> Registro de encontro de membros da PLURAL e da RAPS de Natal, em homenagem à Mário Alberto (membro falecido do coletivo)	29
<i>Figura 4.</i> Jailton, membro da PLURAL, discursando no plenário da Câmara dos Vereadores de Natal, por ocasião do dia da luta antimanicomial	42
<i>Figura 5.</i> Edson, Membro da Plural lendo as notícias	57
<i>Figura 6 -</i> Cone da memória de Bergson.....	67
<i>Figura 7.</i> Ciranda de usuários e profissionais no Centro de Convivência de Natal, em defesa da RAPS, por ocasião do Dia da Luta Antimanicomial.	114
<i>Figura 8.</i> Bataque de usuários, profissionais e manifestantes, em defesa da saúde mental, realizado no vão da Pinacoteca do Estado, por ocasião do Dia da Luta Antimanicomial.	114
<i>Figura 9.</i> Protesto na praça dos três poderes do município de Natal, em defesa da RAPS	114
<i>Figura 10.</i> Fotografias do coletivo, usadas em atividade coletiva sobre memória	141
<i>Figura 11.</i> Texto escrito por João Maria, sobre a loucura (fac-símile com a íntegra do texto compõe os anexos desta tese).....	141
<i>Figura 12.</i> João Maria com sua mãe, Sra. Izaura.	152
<i>Figura 13.</i> Foto de João Maria recebendo um livro de poemas do Pablo Neruda de presente em um encontro da PLURAL.....	152
<i>Figura 14.</i> Registro de Jailton, em momento de reflexão, durante oficina sobre memória, realizada na UFRN.....	159
<i>Figura 15.</i> Registro de Jailton, com os troféus e medalhas conquistados durante a Meia maratona do SOL.	159
<i>Figura 16.</i> Registro de obra de arte de Alberto, apresentada na primeira mostra de arte do CECCO.....	166
<i>Figura 17.</i> Cartaz de divulgação das obras de Alberto na primeira mostra de arte do CECCO.....	166
<i>Figura 18.</i> Registro de Izaura, ao lado de Mário Alberto. Ao fundo, seu filho, João.....	178
<i>Figura 19.</i> Registro de Cleone, abraçada à Maximiliano.	178
<i>Figura 20.</i> Registro da fala de Katiane, compondo a mesa da tribuna dos vereadores, como representante dos usuários de saúde mental de Natal.	178
<i>Figura 21.</i> Registro de Edson, junto à membros da PLURAL e convivas do CECCO.....	182
<i>Figura 22.</i> Edson canta em homenagem a Mário Alberto (membro falecido da PLURAL).....	182
<i>Figura 23.</i> Registro de Edson, durante realização de oficina de teatro, durante o ano de 2017.....	182
<i>Figura 24.</i> Registro do momento em que Edson encosta e descansa sua cabeça no ombro de outro membro da PLURAL.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas
CECCO	Centro de Convivência e Cultura
FUNDASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
PLURAL	Associação Potiguar Plural
PPGPSI UFRN	Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFRN
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RN	Rio Grande do Norte
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnP	Universidade Potiguar

RESUMO

A presente tese aborda a defesa de uma memória e uma história minoritária no campo da saúde mental potiguar a partir da narração, testemunhos e relatos de usuários da rede de saúde que compõem um coletivo de luta antimanicomial de Natal. Embora encontremos na história da Reforma Psiquiátrica Brasileira o relato das diversas experiências, trazendo exitosamente as particularidades e características desse movimento, pontuamos a pouca frequência e, às vezes, até a ausência de relatos de usuários da rede de saúde mental, muitos deles testemunhas e atores históricos do processo de reforma psiquiátrica. Apoiado nas teses de história, experiência e narração de Walter Benjamin, assim como nas contribuições do pensamento de Deleuze, Guattari, da Análise institucional e dos estudos decoloniais, buscou-se fazer uma cartografia das memórias desses usuários através da realização de entrevistas, do acompanhamento do coletivo de luta antimanicomial e da produção de cartas, como elemento estético de produção de uma narração de suas experiências, para pensar uma outra história da saúde mental potiguar, uma história invisibilizada e inaudita. O desenvolvimento da pesquisa seguiu uma contextualização do momento histórico na qual esta se insere, seguido das bases metodológicas que dão suporte a uma pesquisa de imersão cartográfica das memórias dos usuários da rede. Por meio de uma revisão bibliográfica sobre a memória, sua coletivização e transmissão procuramos passar por autores europeus clássicos, nos aproximando de autores decoloniais para pensar a produção de uma memória minoritária, tomada aqui em analogia à ideia de minoritário, presente no conceito de literatura menor de Deleuze e Guattari, como subversão de uma minoria em uma língua maior ou condição de revolução de toda literatura, situada dentro da literatura universal estabelecida, a partir de agenciamentos coletivos de enunciação, da desterritorialização da língua e de dimensão política. Por meio do recurso da produção de cartas a partir dos relatos das entrevistas, buscou-se articular os conceitos trazidos de forma a tensionar a relação entre saber e experiência, além de uma construção coletiva de formas de publicizar essas memórias/histórias cartografadas, criando, em conjunto com os demais participantes da pesquisa, espaços onde essas histórias possam continuar sendo compartilhadas.

Palavras-Chave: Memória, Saúde mental; Reforma psiquiátrica; Produção de subjetividade; Cartas.

ABSTRACT

The present thesis addresses the defense of minority memory and history within the field of mental health in Rio Grande do Norte through the narration, testimonies, and reports of users of the health network who are part of an antimanicomial struggle collective in Natal. Although the history of the Brazilian Psychiatric Reform successfully narrates the various experiences, highlighting the particularities and characteristics of this movement, we note the infrequent or sometimes absent reports from mental health network users, many of whom are witnesses and historical actors in the psychiatric reform process. Supported by Walter Benjamin's theses on history, experience, and narration, as well as contributions from the thoughts of Deleuze, Guattari, institutional analysis, and decolonial studies, the goal was to map these users' memories through interviews, following the antimanicomial collective's actions, and the production of letters as an aesthetic element to narrate their experiences, in order to think about another history of mental health in Rio Grande do Norte, an invisible and unheard history. The development of the research followed a contextualization of the historical moment in which it is inserted, followed by the methodological bases supporting an immersive cartographic research of the users' memories. Through a bibliographic review on memory, its collectivization, and transmission, we examine classical European authors, approaching decolonial authors. This was done to reflect on the production of a minority memory, taken here in analogy to the idea of minority as present in the concept of minor literature by Deleuze and Guattari, as a subversion of a minority within a major language or the revolutionary condition of all literature, situated within the established universal literature, through collective enunciations, the deterritorialization of language, and political dimension. Through the production of letters made from the interview reports we sought to articulate the concepts brought forth to tension the relationship between knowledge and experience. Furthermore, a collective construction of ways to publicize these mapped memories/stories, creating, together with the other research participants, spaces where these stories can continue to be shared.

Keywords: Memory, Mental health, Psychiatric reform, Production of subjectivity; Letters.

A propósito dos começos: das memórias que implicam o pesquisador

A pesquisa que segue é fruto do atravessamento de diversas temporalidades, agenciadas pelas histórias, livros, memórias, conversas, encontros, músicas e pelo desejo de transmissão das experiências mais diversas.

Como pontuou uma querida amiga, para quem eu li pela primeira vez a análise de implicação que virá a seguir, esse projeto nasceu há muitos anos. Acredito que tenha sido necessária a passagem de parte da minha vida, e a passagem por ela de incontáveis outras, para que pudesse escrevê-la. É dessa análise inicial, que ainda não terminou, que surgem as questões que guiarão os demais processos dessa tese.

Carta ao leitor:

Ítaca ou o fogo e a memória

Caro leitor,

Uma das minhas mais queridas lembranças é a da biblioteca dos meus pais. Ela ficava em um quarto com janelas para o canteiro de rosas-meninas de mainha. Era um quarto que tinha uma estante enorme de livros, uma velha tv de tubo, uma radiola e seus mais variados discos. Era o menor quarto da casa, mas para mim, ainda criança, era um universo inteiro a ser explorado.

O quarto ficava em uma casa simples, que ficava no bairro dos operários da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), que ficava em uma ilha fluvial, no meio do sertão da Bahia. Nesse quarto escutei músicas, brinquei com meu irmão, li livros, desenhei, escrevi minhas primeiras palavras e escutei as histórias dos meus pais. Esse lugar, cheio de afeto e amor, sempre fora para mim o refúgio de uma vida escolar ameaçadora, cheia de *bullying* e violências.

Começo essa análise de minhas implicações com o campo de pesquisa da memória e da loucura por essa lembrança remota, que me evoca o calor das tardes do sertão, o cheiro dos livros, o arranhar da agulha da radiola azul no compacto do Geraldo Vandr e e a voz dos meus pais, assim como o horror das violências escolares, porque acredito (e sinto) que a experiência da memória e seu relato, não se separam de sensações e afetos que irrompem quando evocados. Penso também que estar nesse campo da narração das memórias, de sua escuta, de seu registro, do trabalho com esses relatos (muitas vezes confiados pela primeira vez a quem escuta), requer da parte do pesquisador um contato e um trabalho com suas próprias memórias. É pela minha própria história que começo o caminho que espero me levar a outras histórias e memórias.

Nasci na Bahia, durante o fim da ditadura e reabertura política, filho de dois pernambucanos que migraram com suas famílias em momentos diferentes para uma cidade recém-emancipada e que passara a abrigar um dos maiores complexos hidrelétricos do país. Cresci em meio às histórias da grande seca, da ditadura, dos causos familiares surgidos das fotografias dos incontáveis álbuns familiares da biblioteca, das histórias de uma cidade pequena cheia de mistérios.

Minha terra natal foi um lugar de magia e mistérios, rodeada pelas águas doces do Rio São Francisco, com estátuas de bronze referentes aos poemas que Castro Alves dedicou ao rio e sua cachoeira, com histórias dos espíritos d'água, dos orixás, das cidades literalmente submersas pelas águas e dos lugares onde Lampião se escondera. Meus pais foram os criadores desse mundo de mistérios, para o qual retorno cada vez menos. Mainha e papai se formaram na faculdade de Belo Jardim, ela em Letras e ele em História. Com ela aprendi as primeiras palavras, era dela a voz que dava vida aos livros infantis e às histórias do velho livro do folclore brasileiro. Com ele aprendi sobre as histórias de minhas avós, mulheres que, da seca da terra e do calor do sol, criavam vida quase que magicamente para sobreviver.

Nascida em Arcoverde, mainha foi professora, tinha um carinho pelas crianças difíceis, mimeografava tarefas e mais tarefas de português, viajou o Brasil de carona com amigos na juventude, alfabetizou adultos. Dona de um temperamento forte, de tamanha tempestade e doçura, negra e dona de um senso estético, que na época não saberia nomear, mas que hoje fica muito claro, ao ver as fotos das estampas das roupas e dos colares, que ela mesma muitas vezes fazia, como a reivindicação de uma ancestralidade que nunca fora falada em sua família. Mainha morreu subitamente em um final de inverno, aos 51 anos, quando eu ainda tinha 14 anos. Meses após sua morte, papai, meu irmão e eu, mudamos para o Recife e, desde então, nunca mais consegui retornar para essa ilha mística de minha infância.

Nascido em Sertânia, papai foi um tipo diferente de professor. O mais velho de cinco filhos, foi o arrimo de família desde sua mais tenra idade, abdicando dos estudos para garantir o sustento de vovó e de meus tios, que tinham nele a referência de um pai e meus primos, muitos anos depois, a de um avô. Viveu de perto os anos de chumbo no Recife da ditadura. Nessa época, quando jovem, escutava o debate às escondidas, de intelectuais dentro do antigo Bar Savoy da Avenida Guararapes; fez parte da Juventude Operária Católica; próximo à Praça do Diário teve seus livros baleados durante as manifestações contra a ditadura. Migrou para a Bahia, onde trabalhou inicialmente como guia turístico na Chesf, e se apaixonou pelo Rio São Francisco. Fez supletivos, cursou a faculdade de História de Belo Jardim, já pai de dois garotos pequenos. Tornou-se diretor de Recursos Humanos da empresa e uma das pessoas mais conhecedoras da história da cidade. Sobreviveu a um infarto e à perda da esposa; sobreviveu ao alcoolismo surgido dos excessos de uma vida que tinha sede de ser vivida em seus limites; viu seus dois filhos, que criou viúvo, entrarem na faculdade; sobreviveu durante 10 meses em coma na cama de um hospital, às consequências de um segundo infarto, sendo cuidado pelos filhos que lhe liam os jornais diários, tocavam músicas e tinham longas conversas sem respostas. Finalmente descansou, não sem antes lutar, em uma manhã de

dezembro, no Recife, aos 56 anos.

Nos mais de dez anos seguintes, me encontrei na militância da luta antimanicomial, como cidadão e como profissional da Psicologia. Iniciei minha atuação cuidando de ex-pacientes dos manicômios do Recife, que moravam em uma das primeiras Residências Terapêuticas criadas na cidade. Lá, convivi cotidianamente com as histórias das experiências e das violências sofridas no manicômio, escutando o relato das dores, dos choques e da hipermedicação dos corpos. Nessa residência, como cuidador, como amigo, como confidente, vivi as situações dos surtos, mas também vivi a reconstrução de uma nova história, que não negava o passado, mas que, no presente, o transformava. Posteriormente coordenei equipes de cuidadores, procurando transmitir e construir, junto com eles, possibilidades de cuidado em conjunto com os próprios moradores. Participei do fechamento de manicômios nessa época, percorri corredores com grades e pátios com pacientes *seminus* e *nus*, delirantes, violentados. Ajudei a retirar pacientes desses locais e a reconstruir com eles novas histórias. Acompanhei seus anos nas Residências Terapêuticas em que trabalhei e convivi com a morte de cada um que partiu nesses anos. Questionei também algumas incongruências na prática e na política da saúde mental recifense, procurei analisar essas mesmas incongruências em mim também. Por um curto período de tempo atuei como gerente clínico de um CAPS, atividade que conciliava com a preceptoria de estudantes de Medicina na RAPS, com os atendimentos em Psicanálise e com a coordenação de duas Residências Terapêuticas. Foram anos que minha juventude e energia se encarregaram de dar conta, de criar e também de suportar em seus momentos mais difíceis.

As memórias dessa grande escola da saúde mental que foi o Recife, seus usuários, militantes, amigos, aliados, instituições, incongruências, lições e histórias, foram as bagagens que mais pesaram na minha vinda para o Rio Grande do Norte, quando da minha aprovação no mestrado na UFRN. Migrante de uma ilha mística cercada de água doce, no sertão

nordestino, cheguei a um deserto de dunas que encontram praias de ondas fortes do Oceano Atlântico.

Lembro de ter vindo com medo e esperança. Deixei uma história sólida, uma identidade construída no significante lacaniano do psicólogo/psicanalista, militante e profissional da saúde mental e vim atrás do amor, dessa possibilidade de criação que se chama desejo. Iniciei esse novo caminho, não mais com os cabelos negros e o rosto imberbe dos 23 anos, mas com os já vastos fios grisalhos nos cabelos e na barba completa dos 32. Forasteiro, tinha a impressão de me sentir tal qual o personagem do arcano zero do Tarô, que pertence sem pertencer. Conheci tanta gente mais jovem que eu, das abordagens tão mais diferentes e ao mesmo tempo tão mais próximas dos ideais de transformação e da criação de uma vida justa, cheia de possibilidades pela qual sempre lutei.

Desterritorializado, os caminhos me levaram a conhecer uma grupalidade de pessoas que me acolheram nesse novo lugar que era Natal. Eu, que coordenei tantos grupos de acolhimento, que fazia às vezes do próprio corpo e da palavra, território de ancoragem, fui acolhido por pessoas organizadas politicamente, militantes, intelectuais, muitas delas com transtorno mental. Era eu que agora falava de mim, contava a história que me levava àquele lugar, que respondia as mais diversas perguntas sobre minha vida, minha profissão, minha história e meus motivos.

Nesse grupo da militância antimanicomial, literalmente PLURAL, dei novos passos no campo da saúde mental potiguar, não mais como o profissional detentor de saberes supostamente universais, mas como estudante e investigador, tendo por professores aqueles que, em outro tempo e espaço cada vez mais distante, estariam trancafiados em pavilhões com o cheiro da loucura institucionalizada. Fui convocado a escrever uma história dessa grupalidade, uma história cujos fragmentos me foram relatados, confiados, enviados de lugares distantes por homens e mulheres que, pelo relato de suas memórias, evocavam outros

homens e mulheres.

Me tornei um escutador de vozes. Escrevi uma pequena história agenciada por memórias, afetos, livros, amigos e pela minha própria vivência. Uma pequena história formada por camadas de memória, de tempo, de espaço. Nesse momento em que escrevo a história dessa história, adiciono novas camadas de tempo, de memórias e de outras histórias, porque já não sou o mesmo daquela época, já não sou nem o mesmo que começou essa narração e também não serei mais o mesmo quando esse texto for lido.

Me sinto Telêmaco, o jovem que sonha o retorno do pai morto, que parte em sua busca e escuta as histórias daqueles que estiveram ao seu lado. Sou Ulisses, o de mil ardis, contador de histórias, que busca retornar ao seu reino, na ilha de Ítaca, pelo mar revolto que lhe erra o caminho. Sou Penélope também, em seu luto e esperança, em seu estratagema de fiar ao dia e desfilar à noite sua mortalha, estendendo a duração do tempo. Saio em busca das histórias e memórias que mantenham a chama da vida acesa. Busco voltar à uma ilha mítica de minha juventude, me afastando cada vez mais do caminho pelos caprichos de Poseidon, lutando contra Ciclopes, contra o canto mortífero das sereias. Escrevo e apago o já escrito diversas vezes, reescrevo novamente e torno a apagar, como se não quisesse chegar a um fim. Me encontro em outras epopeias, em outras narrações, estas as quais Walter Benjamin definiu como texto épico por excelência. Me encontro em Jailton, cujos quilômetros que corre e as distâncias que percorre só são superadas pela sua memória; em Edson, em suas rezas, canções e orações, vindas do mais sincero desejo de felicidade; na perspicácia de Eugênio, detentor de todos os saberes que existem e não existem; na doçura de Maximiliano, a voz da verdade; em João Maria e na relação de amor e cuidado de sua mãe; na força da palavra e da denúncia de Karina; na presença de Mário Alberto, nunca esquecido; no voo dos pássaros de Katiane; e de tantos outros cuja minha loucura se identifica e reclama morada. Posso dizer que convivi com Dionísios, Atenas, Hermes, Afrodites e Mnemósines, assim como também fui acolhido por

Nanãs, Iansãs, Oguns, Xangôs, Oxuns e Omulús. Me sinto tantos, sinto que minha história é atravessada por tantas outras histórias e minhas memórias por tantas outras memórias.

Nessa pequena narração, me dou conta que a memória não se desvincula do momento histórico, da política, das revoluções e dos deuses. Todos ocupam e coexistem numa duração, da qual emergem quando convocados pelo narrador.

De certa forma, a memória sempre fora o objeto com o qual sempre trabalhei. Inicialmente fazendo ferramenta da escuta: na clínica, nas Residências Terapêuticas, no Centro de Atenção Psicossocial. Somente me dou conta desse objeto, posteriormente e por meio da gentileza de Ana, Teresa e da base de pesquisa de mesmo nome que me acolheu, quando encontro na ideia da narração (tanto através dos que a teorizaram, quanto por meio dos verdadeiros narradores que encontrei,) ferramenta primordial da transmissão da experiência. Não a transmissão de uma informação fria, objetiva, mas da experiência que convoca nossos sentidos, que nos toca afetivamente e que não nos permite neutralidade, evocando de nossas próprias durações, de nossas memórias aquilo que faz a chama da nossa vida arder.

Hoje, nesse momento histórico em que escrevo esse texto, vejo a chama da vida de mais de 577 mil brasileiros se apagar. As únicas chamas que parecem arder nesse país são as que consomem os museus, cinematecas e florestas; as chamas que saem do cano das armas do Estado, sempre apontadas para os mesmos corpos negros; o fogo que arde do terreiro vandalizado; as brasas que consomem a carne da mulher trans no Cais de Santa Rita, no Recife; a chama da madeira velha usada para substituir o gás de cozinha, que o pobre não pode mais pagar; a chama da fome que queima o estômago de milhares de famílias na miséria.

Será essa a face do horror, encontrada por Benjamin nos soldados sobreviventes que retornavam da primeira guerra, pobres da transmissão da experiência? Como pensar, nesse momento, a transmissão dessas experiências, pelos sobreviventes dessa necropolítica

genocida? Encontro com os diários de Carolina de Jesus, com os becos da memória da Conceição Evaristo, com as veredas de Guimarães Rosa, com os autos de Suassuna, o cemitério dos vivos de Lima Barreto, evocados em mim de uma parte mais distendida do espírito bergsoniano, quando me faço essas perguntas. Penso que poderia enumerar infinitos títulos da literatura brasileira, latino-americana e mundial e, mesmo assim, não encontraria respostas para essa questão.

Talvez meu desejo de abraçar o mundo e dar conta do impossível, como sempre tentei fazer quando órfão, encubra as possibilidades menores, no sentido deleuziano, que sempre se mostraram para mim desde as histórias de um realismo mágico, contadas pelo meu pai sobre sua própria história, às falas parresiásticas da história de vida dos membros da PLURAL, narradas a olhos nos olhos. Talvez esse momento seja, metaforicamente, a concretude do que, no campo da saúde mental, sempre fora meu maior incômodo (medo?): a morte do sujeito e o apagamento de seus rastros, como se nunca tivesse existido. Talvez seja essa a coisa que me move: o medo de que essas pessoas que me tocaram, que os afetos que me provocaram, que as histórias que me contaram virem cinzas.

Como produzir formas de não deixar essas histórias menores, essas experiências serem consumidas pelo fogo destruidor da negação? Por que transmitir essas histórias? Como produzir dispositivos de transmissão dessas histórias? Eis questões com as quais, talvez, eu consiga trabalhar. Dessas questões que me surgem, identifico um desejo de poder acolher e transmitir histórias, memórias, belas, tristes, triviais, compridas e curtas, contadas com os olhares, ditas em silêncio. Desejo afetar e ser afetado por essas memórias que passam a existir em mim também.

Foi esse desejo que permitiu sustentar por mais de um ano meu trabalho na assistência social de Natal, quando fui convocado oficialmente a ser psicólogo da alta complexidade de uma unidade de acolhimento infantil, durante a pandemia e a escalada das mortes de pessoas

próximas, amigos e colegas. Nesse serviço, que acolhe crianças de zero a seis anos, vítimas de violações de direitos, pude ter o contato com histórias de crianças que estavam ainda em seu início, mas que já carregavam tanto peso. Com essas crianças brinquei, aprendi a construir territórios de cuidados, testemunhei primeiros sorrisos, acolhi o choro e a saudade, segurei literalmente em meus braços pequenas histórias que acompanhei e passei a fazer parte. Nos becos, hospitais e ruas de Natal, tive contato com as histórias de suas famílias, muitas delas sobreviventes da negligência histórica de um estado segregador. Acompanhei reencontros e retornos, assim como novos começos. Continuo a acompanhar outras histórias, agora em um Centro de Referência em Assistência Social, de famílias e pessoas que moram entre a praia e o mangue, que trazem a memória das ruas do bairro, da pescaria, do sol, mas também da violência dupla do tráfico e da polícia, e agora, com muito mais frequência, da fome.

Enquanto me encaminho para o final, me dou conta de que estive escrevendo essa tentativa de análise de implicação em um pequeno quarto do apartamento que minha esposa e eu transformamos numa pequena biblioteca com uma mesinha de estudo. Da pequena biblioteca da minha infância, na casa dos meus pais à pequena biblioteca de minha vida adulta, na casa onde vivo com minha esposa, minhas gatas e plantas, há uma enorme distância de tempo e de espaço, porém os afetos surgidos no intervalo dessa pequena escrita nunca estiveram tão atuais e presentes. Olho os livros na estante e sinto o vento de agosto entrar pela minha janela. Já não há rosas-meninas, mas há vasos com suculentas. Há música enquanto escrevo e há a memória de uma pequena biblioteca em uma ilha distante.

Com essa tese, caso consiga realizá-la, gostaria de produzir ferramentas de trabalhar com a memória não só no campo da saúde mental, mas com os mais diferentes campos: dos movimentos sociais, da memória indígena e quilombola, de uma memória periférica, de uma memória da ditadura, de uma memória sertaneja, de memórias e campos que, de uma forma ou de outra, nos atravessam a todos.

Espero também poder, eu, transmitir a experiência de uma vida atravessada por tantas outras vidas, de uma odisséia própria, de ilhas e veredas distantes e de afetos que me transbordam e me levam de roldão em minhas próprias memórias.

Com carinho,

Carlos Eduardo

Natal, 26 de agosto de 2021.

Histórias coletivas, histórias singulares

Em Natal, Rio Grande do Norte, há um coletivo de luta antimanicomial conhecido como Associação Potiguar PLURAL, formado por usuários, familiares, trabalhadores da saúde, pesquisadores, estudantes de Psicologia e militantes da luta antimanicomial. Muitos dos que, hoje, compõem as categorias de trabalhadores, pesquisadores e profissionais foram formados dentro do próprio coletivo, a partir das experiências e da produção de conhecimento, em conjunto com usuários da Rede de Saúde Mental de Natal. Eu mesmo fui um dos que se formou pesquisador e cartógrafo nessa escola que é a PLURAL.

Folheio cadernos antigos com as primeiras anotações que tomei na primeira reunião da PLURAL que participei. Nomes que na época eram desconhecidos, rabiscados para não esquecer, e que hoje são nomes e histórias que encheriam as páginas de diversos cadernos. Tímido, lembro de ter acompanhado as discussões daquela reunião com a mais completa atenção, maravilhado com as questões trazidas por pessoas com o histórico de diversas internações psiquiátricas, que traziam os relatos dessa experiência aos estudantes da graduação de Psicologia, que estagiavam como apoiadores do coletivo, vinculado a um projeto de extensão universitária. Essa cena de uma tarde de vento em 2018, composta por usuários e jovens estudantes, debatendo ao redor da grande mesa da sala do Centro de Referência em Direitos Humanos, que ficava dentro da UFRN, permanece viva em minha memória quando busco pôr em palavras o percurso que me leva à pesquisa sobre a memória de pessoas com histórias manicomializadas.

Vim parar no meio desse coletivo porque, quando cheguei à Natal, vindo de Recife, o coletivo foi indicado como uma referência para que eu pudesse conhecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da cidade, sem ter que ir diretamente aos CAPS e ambulatórios municipais. Conheci os CAPS, os hospitais, clínicas e as farmácias primeiro pelo relato dos usuários, que compunham itinerários e trajetos de rede que não se organizavam por um

planejamento político institucional, mas pelo sentimento de acolhimento, pelos acontecimentos, pela necessidade, pelo cuidado ou pela sua falta na rede. Posso dizer que a PLURAL, de certa forma, me proporcionou um *Guia prático, histórico e afetivo da RAPS de Natal*, no melhor estilo do Gilberto Freyre. Com esse guia percorri ruas e instituições de Natal, conheci os hospitais psiquiátricos da capital antes mesmo de entrar por suas portas, mas também conheci uma outra Natal, diferente da cidade turística e litorânea de minhas impressões como estrangeiro. Percorri o Beco da Lama, me encontrei nos protestos democráticos no cruzamento do IFRN, caminhei pelo Parque das Dunas e me sentei à sombra das árvores da Praça Vermelha na Cidade Alta, na parte mais antiga da cidade.

Foram nessas andanças que fui percorrendo a história desse coletivo, que me propus a cartografar durante a pesquisa do mestrado. Nos dois anos que cartografei as experiências do coletivo, pude acompanhar intervenções dos usuários em mesas-redondas, na criação de assembleias em serviços da RAPS, na denúncia das péssimas condições de tratamento em alguns dos serviços da rede de saúde mental, em participação em sala de aula de estudantes de Psicologia. Também acompanhei momentos difíceis de crise dos usuários, nesse período, vivenciando o que, muitas vezes, era trazido em relatos de tempos passados sobre as hospitalizações. Testemunhei a potência do cuidado entre os participantes do coletivo, que se revezavam nas visitas a um amigo internado no Hospital João Machado, que visitavam os membros que ficavam reclusos em suas casas, que acompanhavam um membro na consulta do CAPS, que se cotizavam para ajudar um amigo em dificuldade financeira. Fiz parte de muitas dessas ações, me tornei um amigo, companheiro de militância e um contador de histórias sobre o coletivo, nos diversos espaços acadêmicos e sociais que participei.

Uma vez, Seu Jailton, um dos fundadores da PLURAL e maratonista, me contou sobre o que levou ele a se tornar um corredor. Ele é um senhor idoso, magrinho, de vasto bigode branco e anéis de prata nos dedos. Me contara, com aqueles olhos espertos rodeados por rugas

do sol na pele cor de bronze e com a voz grave, que muitos anos atrás havia participado de um projeto para plantar mudas no terreno da UFRN, quando conheceu uma menina, chamada Kalliny, que fazia Psicologia e lhe incentivou a fazer esporte já idoso. “Ela me ensinou a dar meus primeiros passos”, me contava, gesticulando uma caminhada com os dedos. “Essa menina Kalliny, que é como uma filha, me ajudou a correr, e não parei mais”. Eu conheci Kallinny, hoje professora da UFRN, que fez parte da PLURAL quando estudante. Conheci Breno que, quando estudante de Psicologia contracenou com João Maria (antigo membro da PLURAL, escritor e uma das pessoas mais doces que se poderia conhecer), em uma peça chamada “Dois homens, um encontro”, durante as oficinas de teatro coordenada por Laís, atriz e psicóloga que montou junto com a PLURAL e o Movimento da População de Rua de Natal, uma companhia chamada “Cia Cenopoética Vento dos Avoados”, cujo cartaz trazia a imagem do “Coração Valente” viajante, um pássaro criado por Katiane, artista plástica e usuária da rede de saúde mental de Natal. Conheci Antônio Edson, músico, artista e sacerdote com uma mística própria, cuja alegria tornava as tardes do campus da UFRN ainda mais brilhantes.

Foi Antônio Edson, peregrino da cidade (sempre carregando sua mochila com roupas, documentos, remédios e seus instrumentos de percussão), que me disse uma vez, durante uma das reuniões da PLURAL, na UFRN, que “no manicômio, a gente luta e desluta” e que o “Haldol sempre dói, mas quando a gente encontra um amigo é sempre melhor”. Lembrei bastante dessas duas frases quando lhe visitei anos atrás, em seu período de internamento, no Hospital João Machado. Ainda grogue dos medicamentos, apertava minha mão e pedia notícias dos amigos que ainda iriam lhe visitar, pedindo que enviasse lembranças à menina Ana Karenina, tocando o peito esquerdo enquanto proferia as orações que queria que fossem enviadas. Em meu último encontro com Edson, no Centro de Convivência Arte e Cultura do município, meses atrás, ele me contou sobre ter se vacinado contra a Covid-19, discutimos a

possibilidade de retorno das reuniões presenciais da PLURAL, quando todos também estivessem vacinados, e nos abraçamos longamente aos nos despedir.

Revisitando essas pequenas memórias, na tentativa de trazer a dimensão da importância que a memória, a afirmação da vida e as estratégias dessas pessoas representam para mim e para muitas outras pessoas, vejo o quanto essas memórias menores se infiltram nas histórias maiores, permanecendo silenciadas, mas ao mesmo tempo, fazendo pequenas fissuras naquilo que parece imutável no tempo. Dessa dor, aparentemente imutável, no relato das manicomializações emerge também, no seu compartilhamento e na sua transmissão, o que uma vez escutei de Katiane: “... sabe Carlos, que a gente tá num coletivo, numa coisa que é séria, que a gente fala isso aí, a gente fala de vida, de sofrimento, mas também de amor, né? Porque, se tiver um amor, assim verdadeiro sobre as pessoas, né, elas desenvolvem sentimentos e coisas positivas pra vida da gente...”. Penso que, no encontro e no acolhimento dessas histórias, na afirmação dessa memória, que não encontramos nas histórias “oficiais”, outros afetos podem surgir.

Vi essa potência parresíastica das falas e memórias dessas pessoas nas intervenções feitas na FUNDASE¹ numa tentativa de impedir a manicomialização de jovens, nas assembleias de usuários do CAPS ad da cidade, e mais recentemente no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, no Comitê Municipal de Saúde Mental e na Conferência Popular de Saúde Mental. Fico a imaginar tantos outros espaços, onde os testemunhos poderiam ser compartilhados e quais poderiam ser seus impactos.

Penso no impacto que essas memórias tiveram no meu percurso, não só como psicólogo, e no percurso de tantos outros que passaram e ainda continuam fazendo parte desse coletivo de pessoas. Penso que, nesse momento político, a afirmação dessas e de tantas outras

¹ Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (Fundase/RN) é um órgão de administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (Sethas), responsável pela execução das medidas socioeducativas (em meio fechado) aplicadas aos adolescentes infratores de todo o Estado.

memórias é extremamente necessária. Por fim, em um momento em que nos isolamos das mais diversas formas, sofrendo muitas vezes solitariamente a repetição de um tempo vazio, penso que a potência do compartilhamento das memórias, da vida, das estratégias de diferentes pessoas por diferentes pessoas, possa operar transformações em nós e no mundo.



Figura 1. Reunião da PLURAL



Figura 2. Encontro da PLURAL



Figura 3. Registro de encontro de membros da PLURAL e da RAPS de Natal, em homenagem à Mário Alberto (membro falecido do coletivo)

Por que a memória

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. [...] O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin, Tese VI (1940)

Pesquisar a memória de pessoas atravessadas pelo signo da loucura, em um momento histórico no qual o mundo passa por uma pandemia que ceifou mais de quatro milhões de vidas, que obrigou o fechamento de fronteiras, o distanciamento físico entre as pessoas, uma nova rotina asséptica/paranoica a todos e que imprime as marcas de um sofrimento que estará presente ainda durante muito tempo após esta escrita, mostra-se para este pesquisador a tentativa da busca de uma centelha de esperança nessas pessoas tidas como loucas, cuja história e o relato são, desde muito tempo, atravessados pela dor, pela morte, pelo claustro, pelas fronteiras fechadas da sociedade e pelo controle asséptico dos corpos e dos afetos.

Início esta introdução pelo dramático momento histórico mundial. Porém a experiência deste momento no Brasil de agora reserva à história um aspecto muito mais dramático. Às mais de 700 mil mortes² de brasileiros pela Covid-19 (muitas delas, consequência da ação direta do Governo Federal na gestão de Jair Bolsonaro³), somaram-se o aumento da fome, da miséria, o aumento das mortes violentas⁴ (contra indígenas, negros, mulheres, LGBTQIA+, crianças, sem-teto), a marcha cada vez mais acelerada ao fascismo pelo governo Bolsonaro, seu projeto genocida contra povos originários e populações periféricas, o descaso com o

² Número com base nos dados do Ministério da Saúde, referente aos dados epidemiológicos do número de mortos pela Covid-19, acessados em 05/10/23: <https://covid.saude.gov.br/>

³ Como apontado no *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal*, sobre as omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/txtmat?codmat=148070>

⁴ Como pode ser observado, pelos dados recentes do *Atlas da Violência 2021*, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

acesso à educação pela população pobre, a destruição do bioma em prol do mercado⁵, o avanço religioso-fundamentalista-capitalista e seu domínio sobre o campo da saúde mental⁶ (entregue e financiado pelo Governo Federal). Ainda hoje, quando finalizo esta tese, muitos destes aspectos continuam, mesmo após uma difícil eleição que elegeu um novo governo democrático, que sofreu uma tentativa de golpe em seu início e sofre ataques constantes de forças fascistas. Passada a pandemia, as mortes continuam em sua imagem mais dramática, a da guerra. Há aproximadamente dois anos o governo brasileiro faz ações de resgate de refugiados palestinos e de outras nacionalidades diante do avanço das tropas israelenses, que põe em prática uma guerra de terror contra mulheres, crianças e civis, avançando sobre Gaza e demais territórios, apoiados pelas europeias e norte-americanas. Enquanto isso, as chacinas das populações marginalizadas seguem impunes, acobertadas por governos estaduais cada vez mais abertamente fascistas.

O caminho dessa pesquisa, iniciada muitos anos antes deste pesquisador saber que um dia a faria no âmbito de um doutoramento, percorre os passos de uma pesquisa anterior sobre a memória e resistência de um coletivo de luta antimanicomial de Natal, coletivo este que acolheu este pesquisador em sua chegada ao Rio Grande do Norte. Das memórias e histórias produzidas nesse momento anterior, que ajudaram a escrever uma história desse coletivo, procuro retornar aos seus narradores em busca de outras histórias e memórias, que transbordam a própria história do coletivo cartografado. Suas histórias compõem e atravessam a própria história da saúde mental potiguar, mas não se resumem a esta. São as histórias e as memórias de homens e mulheres, loucos e loucas, pobres, de negros e negras, de vidas matáveis, esquecíveis, são as histórias dos indesejáveis, as histórias dos sobreviventes a

⁵ Como pode ser observado no relatório *1000 Dias sem direitos – As violações do governo Bolsonaro*, elaborado pela Anistia Internacional, a respeito dos primeiros mil dias do governo Bolsonaro. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>

⁶ Como pode ser observado em matéria jornalística, de 27 de julho de 2020, da *Carta Capital*. Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas/>

diferentes formas de dominação. Ao mesmo tempo, por serem justamente histórias de sobreviventes, contêm a potência de uma experiência cada vez mais necessária nesse momento, uma experiência ensinada pela tradição dos oprimidos, na qual o “estado de exceção” que vivemos é a regra (Benjamin, 2012a). Como aponta Löwy (2005), influenciado pela Teologia Política de Carl Schmitt, o estado de exceção, ao qual se refere Benjamin, diz respeito à opressão de classe.

É nesse campo de combate histórico e mortífero que busco, na memória da loucura e nos relatos das memórias das vidas dessas pessoas, as armas e a esperança para lutar, nos passos de Walter Benjamin, contra a vitória do inimigo: o fascismo em suas macro e micropolíticas.

Histórias maiores e menores no campo da saúde mental

A história da Reforma Psiquiátrica brasileira remonta suas origens ao momento histórico específico da ditadura brasileira, atrelado particularmente a eventos que foram seus desencadeadores na cidade do Rio de Janeiro. Embora a experiência da Reforma, derivada diretamente ou não dos acontecimentos atribuídos à sua origem, tenha ocorrido e se expressado de formas diferentes no Brasil, país latino-americano de dimensões continentais, encontramos, via de regra, o relato de sua história restrita ao eixo sul-sudeste do país.

Importantes pesquisas e produção histórica das experiências da reforma nas demais regiões brasileiras (Navarro, 2015; Gomes, 2013; Fornazier & Delgado, 2011; Oliveira, 2008; Paiva & Yamamoto, 2007), trazem exitosamente as particularidades e características desse movimento, tanto do ponto de vista histórico quanto do político, porém certos elementos ainda permanecem à parte. Destacamos aqui a pouca frequência e, às vezes, até a ausência do relato de usuários dos serviços de saúde mental, muitos deles testemunhas e atores históricos

do processo de reforma psiquiátrica, que trazem no relato e nos corpos a memória dessa história. Entendemos a existência de uma imposição de determinada história que silencia outras histórias (seja as destruindo, seja as sobrecodificando), dando a impressão de uniformidade e continuidade a essa grande história. Da mesma forma, vemos também processos de resistência e de sobrevivência dos restos dessas histórias silenciadas, por meio das narrativas e de registros em outros campos fora da academia e para além das regiões mais favorecidas economicamente no país.

Walter Benjamin (2012a), em suas teses sobre o conceito de história, faz uma observação importante sobre o investigador historicista, este que escreve a história e a quem Benjamin contrapõe o seu materialista histórico, como alguém cuja empatia pelos vencedores beneficia sempre o registro da história dos dominadores, cuja barbárie confunde-se com o que tomamos por bens culturais. A história hegemônica, cuja orientação segue uma linha reta, sempre em frente, avançando homogênea de batalha em batalha, conquista em conquista, é a tradição que sustenta o registro ufanista de certas pessoas, lugares, objetos e grandes acontecimentos, escamoteando um conjunto de histórias menores, cujo registro nunca chegou a acontecer.

A reflexão crítica da história universal como o relato das lutas e o registro do cortejo vencedor, ao qual o historicista se vincula, assim como a relação de causa entre momentos históricos diferentes, que seguem um único caminho em um tempo vazio, mostra-se como elemento importante para pensar a própria história da reforma psiquiátrica e do movimento de luta antimanicomial, enquanto processos de rupturas a um modelo de cuidado hegemônico da loucura. O alerta feito sobre “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (Benjamin, 2012a, p. 242), serve também para pensarmos a produção, não da história da Reforma Psiquiátrica, mas de histórias que podem

contar sobre as Reformas em seus variados tempos de acontecimentos, pelos seus mais variados personagens e, assim, quiçá, nos fazer ver outras possibilidades de construção de cuidado e vida.

Dentro dessa perspectiva surge o interesse sobre pensar as outras histórias dentro de uma história maior, histórias de vida de pessoas que acompanharam as transformações do campo da saúde mental potiguar. Pontuo aqui que as transformações históricas no campo da saúde mental não estão descoladas das demais transformações históricas dos demais campos (a saber: político, dos direitos humanos, da saúde, dos saberes, das classes, das raças, etc.), de forma que às histórias de vida se articulam todos os outros aspectos que transversalizam e transbordam o campo do que venho chamando aqui de campo da saúde mental.

A partir de uma cartografia das memórias, histórias e das narrativas de vida de pessoas que atravessam esse território que nomeamos de campo da saúde mental, em seus acontecimentos históricos, e também cotidianos, procuro pensar a produção de uma história menor.

Tomo a “história menor” em analogia ao conceito de literatura menor de Deleuze e Guattari (1975/2017), como subversão de uma minoria em uma língua maior ou condição de revolução de toda literatura, situada dentro da literatura universal estabelecida a partir de agenciamentos coletivos de enunciação, da desterritorialização da língua e de dimensão política. Ainda dentro dessa analogia, proponho uma aproximação com o que Benjamin (2012a) chamou de “estado de exceção”, regra da vida ensinada pela tradição dos oprimidos e na qual ele convida a construir um conceito de história que possa corresponder a tal ensinamento, tendo por tarefa a criação de um verdadeiro estado de exceção como estratégia ao enfrentamento do fascismo. Esse verdadeiro estado de exceção, em oposição à regra da vida dos oprimidos, é o fim da dominação e de uma sociedade de classes, que se prefigura em cada uma das revoluções e levantes que cessam por um momento o cortejo dos vencedores,

encontrando no carnaval uma de suas prefigurações lúdicas (Löwy, 2005).

Pensar a história em seu devir-minoritário é pensar seu caráter não quantificável, mas intensivo, que atravessa diferentes grupos, que não se institucionaliza em uma história única, mas provoca a produção de múltiplas outras histórias, a partir de sua enunciação. Dessa forma, “o devir, independente da matéria que ele venha a percorrer, instaura uma política acontecimental, multitudinal, e não uma política baseada no Estado reconhecido dos indivíduos num determinado tempo e espaço” (Cardozo Jr., 2012, p. 163).

Durante o acompanhamento de um coletivo de saúde mental e luta antimanicomial de Natal, conhecido por Associação Potiguar PLURAL, e da produção da dissertação intitulada *Memória e resistência de um coletivo de saúde mental* (Feitosa, 2019), cujos passos retomo nesta tese, uma outra história da saúde mental potiguar, de seus atores, dos movimentos provocados e de seus efeitos me foram apresentados. Por meio das narrativas e das memórias de sobreviventes da manicomialização, tive a oportunidade de ser afetado por pessoas que trazem na memória e no próprio corpo os efeitos de uma violência institucional sistêmica, que silencia e desacredita suas existências. Entendendo que

É justamente esse silenciamento das histórias dos vencidos que permite a atualização de práticas abjetas, que se repetem em novos avatares e seguem sendo silenciadas e interpretadas à luz dos “fatos históricos”, que às negam e minam a possibilidade de uma reflexão crítica de sua atualidade (Feitosa, 2019, p. 71).

A sobrevivência dessas memórias e narrativas que me chegaram são o testemunho de uma batalha de forças e saberes, também dos corpos, pelo lugar de patamar histórico. São também o sinal de resistência ao domínio e à imposição da história dos vencedores sobre os vencidos. No processo de tessitura da história dos acontecimentos, trazidos pelos participantes desse coletivo em suas diferentes linhas, a dimensão da narratividade e da memória

mostraram-se como categorias imprescindíveis para pensar a própria produção de subjetividade como forma de resistência e enfrentamento.

A dimensão da narratividade, tomada aqui, tem como referência as reflexões de dois textos de Walter Benjamin, *Experiência e Pobreza* e *O narrador*, nos quais é possível articular a ideia de uma pobreza da transmissão da experiência, quando esta não a articula às pessoas, tornando-se não apenas uma pobreza das experiências privadas, mas da própria humanidade, ao passo que a ação de narrar, de contar uma história, mostra-se como um processo relacional, uma vez que “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (Benjamin, 2012b, p.230).

Procuro abordar a dimensão da memória, inicialmente a partir das ideias bergsonianas. Bergson (2010) entende a memória de duas formas: a primeira, pensada a partir de mecanismos motores, que asseguram a adaptação às situações cotidianas e presentes, a qual ele chamou de hábito; a outra, a qual denominou memória verdadeira, registra e alinha à medida que são produzidos todos os nossos estados, retendo-os e lhes conferindo o estatuto de passado, podendo ser evocada, transformando-se em “imagens-lembrança”. Faz-se necessário salientar a importância do corpo (matéria) para Bergson, na produção de uma memória, seu registro, retenção e evocação, embora, ao mesmo tempo, a memória não habite o corpo, se mantendo em uma virtualidade, a qual esse corpo tem acesso.

Na leitura deleuziana das ideias de Bergson, as “imagens-lembrança” dão um sentido novo à subjetividade, agora não mais motora ou material, mas temporal e espiritual. Faz-se necessário pontuar que, embora lhe dê novo sentido, por si só, a “imagem-lembrança” não basta para definir a subjetividade.

[...] a memória nunca poderia evocar e contar o passado, se não se tivesse constituído no momento em que o passado ainda era presente, portanto, com um objetivo por vir.

[...] é no presente que se faz uma memória, para ela servir no futuro, quando o presente for passado (Deleuze, 1985/2005, p. 68).

Como aponta Ecléa Bosi, “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora [...] A única realidade que está por trás dos fenômenos, no pensamento bergsoniano, é o devir: o tempo que flui, o vir-a-ser” (2013, p. 36, 41). A memória surge não apenas como recordação, mas como potência de afirmar realidades em devir. A ideia defendida aqui é a de que essas memórias, por meio da narrativa, podem “transformar palavra em ato, o testemunho em registro histórico, tirando a fala, a partir da publicização daquilo que é narrado, da esfera da clandestinidade, das sombras” (Feitosa, 2019, p. 72).

Pensar processos de subjetivação no campo da saúde mental, a partir da memória e das histórias silenciadas de pessoas com histórias manicomiais, requer um olhar apurado e uma disponibilidade de percorrer e acolher experiências diversas, pondo em questão essas mesmas memórias e histórias, assim como os territórios, os movimentos sociais, as produções e os afetos mobilizados dentro desse campo em imanência permanente.

A noção de produção de subjetividade resgata as relações de luta na pluralidade de forças que constituem cada acontecimento a cada momento. Coloca-se contrária à constância, às totalidades bem fechadas, à continuidade dos fatos (Barros, 2007, p. 285).

Apostando na potência da produção de subjetividade para a operação de rupturas nas totalidades, por esta ser feita de conexões ao mesmo tempo que produz novas conexões, lembramos que esta figura como uma das linhas de composição de um dispositivo.

A leitura deleuziana de Foucault aponta para os dispositivos como um conjunto de linhas que seguem caminhos diferentes, se aproximando e se distanciando, traçando diferentes

processos. Segundo Deleuze (2016), três instâncias se distinguem: Saber, Poder e Subjetividade. Também são três as linhas que atravessam os dispositivos, cujo desemaranhar proporciona a construção de um mapa: linhas de visibilidade e enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação.

Em uma análise de composição dessas linhas podemos entender as primeiras como elementos de ver e falar, presentes no dispositivo, lançando regimes de luz e dizibilidade, dentro de um determinado tempo histórico. As linhas de força, presentes também nos dispositivos, segundo Barros (1996), dizem respeito à relação saber-poder, ao jogo de forças que, no grupo, opera a manutenção/desmanchamento das instituições, a naturalização/desnaturalização dos modos de viver/sentir, enfim, operando fluxos, produzindo mudanças nos territórios existenciais. Já as linhas de subjetivação operam a criação de modos de existência, como processo de produção de subjetividades, por meio não só das conexões entre pessoas diferentes, mas de modos de existências diferentes, havendo, na proliferação dessas linhas, possibilidades de uso e descarte dentro de um próprio grupo.

Entendendo que essas linhas dizem respeito tanto às grandes e pequenas grupalidades, quanto aos movimentos macro e micropolíticos da sociedade, da mesma forma o pesquisador não pode se furtar a adentrar na análise desses movimentos, muito menos a deixar de analisar suas implicações dentro desses territórios.

O território da pesquisa, o qual nos arriscaremos a percorrer, possui uma geografia não quantificável por sua concretude, mas possível de ser mapeada por suas intensidades. Território produzido por afetos e linguagem, por intensidades e representações, por corpos e narrativas as mais diversas, em constante transformação pelos fluxos e desvios. Buscamos não nos furtar a levar em consideração os aspectos políticos, nem a levar em consideração nosso desejo de um porvir em que essas memórias existam e essas histórias continuem a ser compartilhadas. Ao pensar o passado em função de um futuro desejado, procuramos na

produção de um conceito de memória, nos implicar ética/politicamente na aposta de um mundo futuro possível (Gondar, 2005).

Para os caminhos dessa pesquisa, nos questionamos sobre como produzir formas de sobrevivências dessas histórias menores, dessas experiências em um momento histórico cujo fogo destruidor da negação de memórias, vidas e saberes/ciências segue seu curso; tentamos colocar em questão das memórias, assim como a produção de dispositivos, máquinas e aparelhos para sua transmissão.

Como objetivo geral buscamos cartografar memórias menores de pessoas atravessadas pela manicomialização no campo da saúde mental potiguar. Já como objetivos específicos da pesquisa pretendemos problematizar o objeto memória, trazendo o debate de sua transmissão dentro de um campo histórico/político/cultural/colonial da saúde mental, a partir da narração de experiências de pessoas cujas vidas perpassam esse campo; mapear memórias e os efeitos de subjetivação nelas presentes e que envolve a relação com o campo da saúde mental e da reforma psiquiátrica; produzir um conceito-ferramenta que possa articular memória e narração para a produção de histórias outras para suas vidas e para o campo; produzir dispositivos, máquinas, aparelhos e espaços de compartilhamento/transmissão das memórias cartografadas, abrindo espaço para o acolhimento de outras memórias durante o processo de pesquisa.

Do ponto de vista teórico, como forma de subsidiar o processo da pesquisa, pretendemos trazer uma reflexão sobre os principais conceitos utilizados como narração, memória, história e sua articulação com a decolonialidade, buscando problematizar a pesquisa da memória dentro de uma perspectiva que leve em consideração os saberes locais, procurando incluir a perspectiva das próprias pessoas cujas memórias serão cartografadas.

Tomamos como justificativa para essa pesquisa e sua contribuição no campo da saúde mental, as fragilidades no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira no que toca o seu registro histórico e o “esquecimento” da história e da memória de pessoas e coletivos como

componentes dessa transformação. Somam-se a esse “esquecimento”, a reprodução de processos coloniais de construção histórica, no silenciamento e na invisibilização de histórias e processos menores/minoritários no campo da saúde mental. Como aponta Gutiérrez (2008, p. 17), “todo poder coloniza, inclusive o poder local”, de forma que processos de colonização continuam a ocorrer em função dos jogos de forças, não havendo espaços ‘vazios de poder’ nas culturas. Dessa forma, como aponta Coimbra (2008), a publicização das memórias tem uma dimensão coletiva, na qual se pode mostrar que outras histórias e vidas podem ser afirmadas, trazendo outras memórias e testemunhos como forma dessa afirmação.

O trabalho com a memória, proposto com a presente pesquisa, não pretende a imposição de uma outra história única, mas a possibilidade de criação do que Louise Pratt e James Clifford chamam de “zonas de contato” e de intercâmbio, como espaço de encontro de culturas, em recíproca permanência (Gutiérrez, 2008). Nesse sentido, partimos do entendimento de um diálogo necessário entre os campos da memória, da (de)colonialidade e da desinstitucionalização na saúde mental para a produção de espaços de memória que possam afirmar a existência de vidas, de histórias e resistências no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira.

A construção desta pesquisa levou em consideração questões sobre a memória, história e o testemunho, assim como a própria implicação do pesquisador nesse campo, de forma que se organiza em capítulos e sessões sobre esses aspectos.

O primeiro capítulo trata da problematização da memória como objeto de pesquisa, trazendo uma reflexão sobre a abertura de um campo ético e político sobre esse tema. Também são apresentados os referenciais e ferramentas metodológicas para um possível trabalho com o tema da memória e da narração.

O segundo capítulo abre caminho para pensar diferentes teorias sobre a memória, inicialmente a partir das contribuições, iniciando por três pensadores judeus que vivenciaram

a ascensão do nazismo e o processo de destruição de pessoas, histórias e memórias. A partir de Bergson, Halbwachs e Benjamin, buscamos um resgate do pensamento da memória a partir da dimensão pessoal, coletiva, histórica e sua articulação com uma transmissão possível da experiência. Procuramos ainda neste capítulo trazer o debate desses pensamentos com a perspectiva decolonial, pontuando aproximações e distanciamentos na tentativa de pensar a produção de memórias singulares e saberes locais.

O terceiro capítulo propõe a ideia de produção de uma memória minoritária e sua articulação com as perspectivas trazidas na pesquisa, propondo a construção de aparelhos que possam agenciar o relato de memórias desviantes da história oficial, afirmando as vidas trazidas por estas memórias.. A perspectiva de uma memória minoritária, produzida em uma articulação coletiva entre quem narra e quem escuta, traz as contribuições de Deleuze e Guattari em diálogo possível com saberes tradicionais, para pensar potências transformativas da realidade, produzindo efeitos de subjetivação e se colocando frente à uma memória e uma história maior dentro do campo da saúde mental potiguar.

O quarto capítulo e suas sessões trazem o exercício da produção de narrativas em formato epistolar, como efeito de produção de um aparelho que possa fazer ecoar vozes, memórias e histórias negadas. Direcionadas a leitores futuros, as cartas buscam trazer a dimensão de duração de um relato que se estenda para além do tempo da pesquisa. A partir do acompanhamento de membros de um coletivo de luta antimanicomial da cidade de Natal/RN e das entrevistas realizadas durante a pesquisa, foram produzidas cartas/narrativas de vida de pessoas atravessadas pelo signo da loucura que dão testemunho de vida, fragmentos e experiências dessas pessoas no mundo, montadas a partir de uma escrita que não encerra estas histórias, mas tenta se abrir para novas composições.

O quinto e último capítulo procura trazer uma reflexão, por meio das implicações do pesquisador, que atravessam os textos e conceitos, desembocando na produção de cartas como

ferramentas de produção de presença, transmissão da experiência e afirmação de memórias desviantes. Tal reflexão procura trazer a dimensão da imanência na produção de uma pesquisa que implica à vida do próprio pesquisador, a partir dos escombros e fragmentos de relatos de vidas fragilizadas, de populações marginalizadas atravessadas pelo signo da loucura e do esquecimento, procurando trazer como produto de tese uma máquina-dispositivo-aparelho que possa ecoar memórias, histórias e assombros no tempo de hoje, contribuindo para a incessante luta no campo dos direitos humanos.



Figura 4. Jailton, membro da PLURAL, discursando no plenário da Câmara dos Vereadores de Natal, por ocasião do dia da luta antimanicomial.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 Sobre a pesquisa com a memória

A memória, esse objeto polissêmico por excelência, carregado de representações na Literatura, na Filosofia, nas Ciências e em todas as expressões humanas, que recorta a dimensão do tempo, da experiência e da sua transmissão, seja humana ou maquínica, mostra-se um elemento integrante do próprio processo de pesquisa. Quando fazemos pesquisa, qual seja ela, seus objetivos, elementos, abordagens, a memória está presente. Do arquivo empoeirado aos terabytes das bases de dados, do ensaio teórico às compilações randomizadas das produções científicas sobre determinado tema, da incerteza aos modelos preditivos, a memória (como objeto, ferramenta ou método) se manifesta. A memória como objeto de pesquisa, de acordo com Jô Gondar (2005), mostra-se no “entre” de diferentes disciplinas, sem pertencer a nenhuma delas. Seu conceito é fruto de construções constantes, e por vezes conflitantes, a partir das questões que surgem, assim como do entrecruzamento dessas diferentes disciplinas.

Não há forma definitiva da memória, e é importante que não haja, pois, como aponta Jeanne Marie Gagnebin (2014a) a propósito da reflexão sobre a escrita da história, o passado não pode ser objeto de uma única apropriação, uma vez que este é o que sempre nos escapa, sendo transformado a cada novo presente, de forma que a tentativa de lembrá-lo de maneira única, universal, presta-se unicamente à tentativa de estabelecimento de uma memória dominante. Essa mesma observação é trazida por Ecléa Bosi (1994) ao apontar que a leitura social do passado no momento presente deixa claro seu teor ideológico, muitas vezes guiado por uma interpretação maior, que silencia memórias dissidentes. A própria polissemia da memória mostra-se como elemento balizador das tentativas de captura e autoritarismo conceitual (Gondar, 2005), porém, ao mesmo tempo, abre margem para o risco de distorções e

apagamentos da diferença entre concepções diversas do objeto.

Ao trazer para o contexto da pesquisa com a memória o que aponta Gagnebin, a propósito da reflexão crítica de Walter Benjamin, podemos dizer que

abdicar da concepção “idealista” de uma verdade eterna e afirmar que a verdade é histórica não significa, portanto, cair num relativismo preguiçoso, que se disfarça de tolerante e no qual a rigor não há mais verdade, mas somente opiniões. Tampouco significa naturalizar um processo histórico como se fosse um desenvolvimento semelhante à corrente de um rio, ou ao desabrochar do gênio [...] (2014a, p.95).

O trabalho com a memória, mais do que uma conceituação fechada sobre esse objeto, requer o posicionamento ético e crítico como guia. Da mesma forma que o historiador que não questiona sua posição nem a maneira que a história é contada e transmitida, incorre no risco de uma interpretação positivista que leva ao engodo de negligenciar o peso de seu próprio presente na análise (Gagnebin, 2018), a falta de questionamento crítico das implicações do pesquisador e seus atravessamentos com o campo da pesquisa com a memória, a propósito de uma dita “neutralidade”, abre espaço para um apagamento das diferenças e a imposição do silenciamento de certas memórias:

[...] a memória, como método de pesquisa, não é muito fácil de ser trabalhada, requer sensibilidade e paciência por parte do pesquisador na interação com o investigado, além de estar atento para o próprio discurso, em que se entrelaçam presente e passado, bem como juízos de valor (Dores, 1999, p.121).

Penso essa posição ética e crítica, trazida frente ao objeto trabalhado/pesquisado como elemento possível de articulação entre perspectivas tão díspares sobre temas como a memória e a história, em suas mais diversas dimensões, assim como elemento que pode trazer rigor e fidedignidade à pesquisa que atravessa disciplinas distintas e de posicionamentos muitas

vezes opostos. É a essa dimensão ética que apelo na análise de implicação do pesquisador sobre a memória, trazendo os atravessamentos com esse objeto polissêmico não só a partir de seu caráter acadêmico, mas na dimensão da vida social e afetiva do pesquisador.

Acredito ser esse posicionamento que possa permitir o desenvolvimento de uma cartografia de memórias em sua dimensão de criação, na produção mútua de sujeito/objeto e pesquisador/campo, sem negar teorias em vigor, mas aberto ao que surge no campo e que compele o pesquisador à criação de conceitos que possam abordar o objeto produzido desse encontro com o campo de pesquisa.

1.2 Dos fundamentos metodológicos da pesquisa-intervenção

A partir da reflexão sobre as implicações do pesquisador com o território, o campo de afetação e produção de subjetividade, aspectos que se ligam diretamente ao pensamento de Deleuze, Guattari, Foucault e Lourau, para o desenvolvimento de uma pesquisa, encontramos na pesquisa-intervenção uma forma possível de nos aproximar e percorrer caminhos de memórias e histórias de vida, narradas pelos participantes da pesquisa, permitindo articulações com o pensamento de Benjamin, Bergson e Ricoeur, assim como com pensadores latino-americanos, na tentativa de uma produção que dialogue diretamente com saberes decoloniais, estes também “menores” e potentes dentro do campo científico.

Como apontado por Romagnoli (2009), a ciência psicológica se associou, no final do século XIX ao surgimento e ascensão das ciências sociais dentro de um contexto altamente positivista, no qual a ideia de neutralidade e objetividade assegura todo um formalismo metodológico calcado basicamente na racionalidade humana e no seu domínio da natureza, coaduna com a perspectiva das ciências naturais. Ainda segundo Romagnoli (2009), a produção de conhecimento através do método experimental, que tem seu sustento na lógica da objetividade, quantificação e generalização das leis observáveis da natureza, gozava do

privilégio de ser a principal forma de produção de um saber científico, até a segunda metade do século XX, sendo reservado ao referencial positivista a primazia do entendimento, reflexão e análise desse conhecimento. Surgida das críticas de Kurt Lewin, feitas à pesquisa positivista tradicional quanto à separação e ao distanciamento entre o sujeito e o objeto da pesquisa, à participação da população estudada e à necessária transformação social, a pesquisa participante entende que o pesquisador não é um elemento neutro nessa produção de conhecimento.

A partir dessa perspectiva crítica encontramos na pesquisa-intervenção possibilidades de desenvolver um processo de pesquisa não-extrativista, mas produtora de saberes e transformações sociais a partir da ação coletiva, uma vez que

na pesquisa-intervenção, sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, se criam ao mesmo tempo. A relação que se estabelece é da ordem da imanência. As práticas produzem os objetos assim como produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro (Barros, 2007, p. 232).

Nessa relação de imanente criação, entendemos que o processo de conhecer é também transformador da realidade, no qual prática e teoria se constroem durante a ação do próprio processo de pesquisa. Interessada pelos fluxos e processos, mais do que por uma mudança de um comportamento ou do alcance de um resultado específico predeterminado, a pesquisa-intervenção toma a subjetivação como produção duplamente descentrada, não estando nem agentes individuais nem grupais. Os processos de subjetivação, como apontam Guattari e Rolnik (2017), implicam tanto os sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, dentre outros, quanto sistemas de afeto, percepção, sensibilidades, desejos, corporais, orgânicos, etc. Nesse aspecto os olhares voltam-se para as relações e processos, as experiências e vivências entre o sujeito e mundo, sem pontos de partida e/ou chegada,

somente o processo em si, o entre.

Tais processos, cuja descentralidade aponta para um espaço dinâmico e heterogêneo, composto de diversos atravessamentos, não podem ser tomados à revelia de sua relação com o espaço concreto no qual ocorrem. Essa relação entre sistemas de diferentes ordens é abordada por Guattari (1985) a respeito da relação espaço/território, onde o espaço operaria como uma referência extrínseca aos objetos que abarca. Para o geógrafo Milton Santos,

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (Santos, 2004, p. 153).

A dimensão da temporalidade, trazida ao conceito de espaço por Milton Santos, nos convida a pensar a própria pesquisa-intervenção em sua processualidade histórica, de forma que “a palavra processo é, em si mesma, um outro nome para o tempo que passa” (Santos, 2004, p. 189).

Nesse espaço geográfico, histórico, composto pelas mais diversas forças, da pesquisa-intervenção, a cartografia mostra-se como uma possibilidade de apreensão da complexidade, do rastreio do plano de forças que a realidade comporta e de sua problematização, em favor de agenciamentos produtivos, pondo a discussão metodológica da relação do sujeito com o objeto constantemente atualizada.

Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações. Ao mesmo tempo, sustentar uma postura ético-estética de acolher a

vida em seus movimentos de expansão segundo implicações políticas do tempo, do perspectivismo, da contingência e invenção (Kirst et al, 2003, p. 91).

A partir de aspectos da Geografia, a cartografia se ocupa de mapear diferentes territórios, de modo dinâmico e não extensivo, dentro do campo das intensidades, pontuando, demarcando no espaço mapeado as relações e as implicações dos sujeitos. Com relação ao conceito de implicação na pesquisa, buscamos nos aproximar da Análise Institucional de Lourau (1993) em sua crítica à objetividade e “neutralidade” axiológica da ciência puramente positivista, entendendo que, querendo ou não, às instituições que o atravessam, o sujeito está sempre implicado.

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história (Coimbra, 1995, p. 66).

Atento a essa questão, a análise das implicações do pesquisador deverá considerar contextos diferentes, buscando evitar o endurecimento do lugar de pesquisador, tornando analisadores as contradições e os conflitos. Segundo Mauss (2004), a implicação ata as relações, não se configurando como boa ou má, mas como elemento presente e independente da vontade do sujeito. É a análise da implicação que dá sustentação à uma dimensão ética da pesquisa, uma vez que sua ausência pode acarretar numa sobreimplicação.

O conceito de sobreimplicação acarreta um imperativo do sobretrabalho, de produção normativa, no qual, como reflete Lourau (1993), encontra-se a dificuldade de se colocar em

análise os lugares ativamente ocupados pelo pesquisador no mundo, seja por amor à sua própria alienação, seja pelo conflito gerado pela necessidade axiológica de neutralidade imposta pela ciência no processo da pesquisa.

Pensar a pesquisa em sua dimensão territorial implica na necessidade de entender esse território em sua dimensão extensiva/intensiva, território físico/subjetivo, campo de acontecimentos e de produção de histórias e memórias. Lidar com essas dimensões a partir da narração das histórias de vida de pessoas que trazem na carne e na memória marcas da manicomialização, mas também da produção de uma vida vivível, demanda do pesquisador a construção de ferramentas específicas para a pesquisa.

1.3 Estratégias, processos e ferramentas da pesquisa

Como pontuado anteriormente, entendemos a pesquisa em sua processualidade, durante sua realização, de forma que pode parecer contraditória a apresentação de critérios e modos prévios para sua realização. Dito isso, partimos aqui não da predefinição de modelos, mas das estratégias possíveis para se produzir ferramentas de pesquisa, promovendo uma ação conjunta de pesquisador e pesquisado no campo.

Durante o percurso do contato com as pessoas, cujas memórias e histórias foram cartografadas, realizamos as seguintes ações:

- Realização de entrevistas individuais, abertas, a partir de uma pergunta disparadora construída coletivamente com os entrevistados, sobre a memória de cada participante, no campo da saúde mental, buscando, na sua narração, a transmissão de uma experiência que possa ser articulada a outras histórias e memórias. As entrevistas se deram a partir dos encontros com os participantes nas reuniões com o coletivo, sendo realizadas com cada um daqueles que participavam do coletivo durante o ano de 2023, em diferentes momentos, no campus da UFRN;

- Levantamento documental, de arquivos do coletivo e de reportagens em mídia, textos acadêmicos publicados, registros de imagens, entre outros, a partir de cada relato, estando submetido aos elementos da narração de cada sujeito e aos processos produzidos por essas narrações, documentos estes que subsidiaram a tessitura da história;
- Registro de áudio e imagens das entrevistas realizadas, mediante aceitação dos entrevistados, como forma de produção de um documentário com base no material das narrações, como um produto da tese a ser feito após a defesa da tese;
- Produção de diário cartográfico das afetações, memórias, registros do pesquisador, como forma de manter uma constante análise de implicação e registro da pesquisa;
- Produção de uma escrita narrativa epistolar do próprio pesquisador, de uma memória construída no diálogo, implicações e afetos, como forma estética de narrativizar as entrevistas realizadas, em uma perspectiva do pesquisador também como um narrador, transmissor de uma experiência;
- Construção coletiva de formas de publicizar essas memórias/histórias cartografadas, criando, em conjunto com os demais participantes da pesquisa, possibilitando também que outras histórias possam ser agregadas a estas.

A possibilidade de publicizar essas histórias, dentro da pesquisa-intervenção, surge também como estratégia de restituição, entendendo que ela acontece no próprio decorrer da pesquisa, nos encontros, nas escutas e nas ações.

A restituição, enquanto conceito socioanalítico, supõe que se deva, e se possa, falar de algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra [...] para nós, tais “coisas” são aquela “fala” institucional que não pode ser “ouvida” de forma pública (Lourau, 1993, p. 51-52).

O processo de restituição aos sujeitos da pesquisa ocorreu no próprio processo da

pesquisa, na possibilidade da narração da memória, na sua escuta e também na produção de espaços onde essas memórias possam ser compartilhadas e tornadas públicas, em diferentes eventos promovidos na cidade do Natal/RN. Acreditamos que as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa, trazidas a partir da narração de memórias possam assinalar pontos de tensão e quebra dentro de uma história maior da saúde mental de Natal, trazendo atravessamentos que possam estar à sombra dessa história maior.

Para aprofundar a discussão das ações a serem desenvolvidas durante a pesquisa, pensamos o recurso da entrevista como forma primordial, porém não única, para o contato com as histórias e memórias narradas pelos sujeitos da pesquisa.

A entrevista é apenas um momento da prática de pesquisa e não se orienta por procedimentos pré-fixados e rígidos, mas trata-se de espaço de integração entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que negociam saberes, práticas e interesses (Menezes, 2005, p. 28).

Para a escolha das pessoas a serem entrevistadas, partimos de uma pesquisa de mestrado anterior, desenvolvida pelo pesquisador, que procurou mapear a história de um coletivo de saúde mental e luta antimanicomial da cidade do Natal. No desenvolvimento dessa pesquisa anterior foram entrevistados membros do coletivo cartografado (Associação Potiguar Plural), assim como demais pessoas que tiveram uma participação importante em sua história, a partir da indicação dos próprios membros do coletivo, como “profissionais, militantes, ex-estudantes que participaram do coletivo em diferentes momentos, de forma que as entrevistas se deram com essas pessoas indicadas, a partir da possibilidade das mesmas em participar da pesquisa” (Feitosa, 2019, p. 41). Realizamos um retorno aos membros do coletivo como forma de iniciar o percurso de pesquisa sobre suas memórias, agora a partir de uma perspectiva da pesquisa narrativa.

Após a finalização da pesquisa anterior com o coletivo, no ano seguinte, foi declarada emergência sanitária mundial em decorrência da Covid-19, de forma que os encontros pararam de ocorrer presencialmente, fazendo com que seus membros adotassem outros recursos para manter o contato entre si de forma virtual. No período dos anos de 2020 e 2021 não houve encontros do coletivo, sendo retomado após o início da vacinação coletiva e reabertura dos serviços. O campo da pesquisa nesse período mostrou-se mortífero, trazendo um hiato nos encontros, que foram preenchidos com um contato remoto com os membros do grupo e com o levantamento documental possível. Com o retorno dos encontros semanais do coletivo, a chegada de novos membros e aproximações com a RAPS, na figura do Centro de Convivência Arte e Cultura de Natal, novas produções foram desenvolvidas no coletivo, que participou ativamente das ações políticas nos anos seguintes no campo da saúde mental (participações nas conferências municipais e estaduais de saúde mental, no Conselho Municipal de Saúde, no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, nas audiências públicas em defesa da saúde mental na Assembleia Legislativa, ações do Maio de Lutas e intervenções artísticas na cidade, dentre outras). O processo de imersão do pesquisador no campo se intensificou durante esse período, no qual o desenvolvimento da pesquisa sobre memória se agenciou às ações e acontecimentos do coletivo, produzindo debates e intervenções nesses espaços, em defesa da memória dos usuários. Durante esse processo, foram realizadas entrevistas individuais com membros ativos do coletivo.

Como apontam Pereira, Pegoraro e Rosera (2017), das possibilidades presentes de investigação e de trabalho com a memória, por meio do recurso da entrevista, dentro do campo dos estudos biográficos, podemos destacar os métodos da história de vida, da pesquisa narrativa e do *testimonio*, que possuem características diversas, embora com aproximações, no que diz respeito à dimensão da narratividade. A escolha pela pesquisa narrativa, se deu pelas suas características de intersecção e transversalidade entre diversas disciplinas das

ciências sociais, pela interatividade presente neste método, assim como a possibilidade de o entrevistado dar voz e sentido, de forma implicada às suas experiências narradas (Pereira, Pegoraro & Rosera, 2017), dialogando, assim, diretamente com a perspectiva cartográfica adotada na presente pesquisa. Dentro dessa perspectiva, a adoção da entrevista narrativa como ferramenta de investigação na pesquisa qualitativa, surge em função de sua característica colaborativa e do engajamento entre interlocutores, exigindo do pesquisador que seja parte do processo, por meio de sua escuta (Muylert et al, 2014).

[...] as narrativas são universais e independem do nível de escolaridade, a memória se entrelaça com o tempo, o que torna a entrevista narrativa interessante para estudos que pretendem compreender como pessoas constroem significados sobre si, o meio e seus grupos. Para o sujeito que narra, as lembranças são dos momentos considerados significativos do seu passado, não sendo tarefa fácil narrar na íntegra o acontecimento (Souza & Versuti, 2012, p. 3).

Para a realização das entrevistas, fizemos uso de uma pergunta disparadora construída coletivamente a partir das afetações no campo, como recurso para a narração das histórias dos sujeitos, de forma livre, sem roteiro. A construção dessa pergunta levou em consideração o intercâmbio do pesquisador com o campo e a interseção com os sujeitos da pesquisa.

O levantamento documental a partir da narração dos sujeitos buscou não ser um fator determinante da veracidade dos relatos, mas, antes, um elemento auxiliar da produção de narrativas escritas dessas histórias. Buscamos tomar aqui a oposição de Deleuze (2005) às técnicas de formalização e interpretação utilizadas pelos “arquivistas”, que transitam entre o dito e não dito dos documentos. Em sua leitura sobre Foucault, Deleuze (2005) chama atenção para a arqueologia foucaultiana como a não tentativa de contorno das performances verbais para desvelar um sentido oculto, uma vez que há uma inexistência dos enunciados latentes

dos arquivos, sendo estes enunciados, ao mesmo tempo, nem visíveis nem ocultos.

[...] o enunciado não é imediatamente perceptível, sempre estando encoberto pelas frases ou pelas proposições. É preciso descobrir o seu "pedestal", poli-lo, e mesmo moldá-lo, inventá-lo. É preciso inventar, recortar o triplo espaço desse pedestal, e apenas numa multiplicidade em construção o enunciado pode se constituir como inscrição *simples* do que é dito (Deleuze, 2005, p. 27).

Dentro do levantamento documental proposto, vemos o recurso do uso de imagens e fotografias, como recurso interessante para a produção de narrativas. Como pontuam Souza e Versuti (2012), a imagem adota uma posição mediadora da memória e da narrativa, sendo a própria fotografia um documento histórico passível de análise, podendo ganhar novos significados, a partir das lembranças e emoções, de forma que

[...] as fotografias pessoais possuem uma história referente ao cotidiano de indivíduos conhecidos, e, muitas vezes, envolvidos, elas são também compostas dos significados de suas histórias pessoais e também daqueles mobilizados no próprio momento de execução da fotografia. [...] ao rever uma fotografia, o entrevistado poderá colocar dados novos, modificando e construindo uma nova imagem, que ainda não seja uma imagem física, insere-se como uma imagem mental. [...] O objetivo da fotografia e a sua realização em pesquisas, não é apenas um registro impresso, mas uma construção do evento no pensamento e na memória, já que é um registro social (Souza & Versuti, 2012, p. 6).

Na intersecção do levantamento documental e das entrevistas durante o processo de cartografia, a possibilidade de produção de narrativas surge como “recurso que rompe com as tradicionais formas de pesquisas que tomam como base perguntas e respostas” (Feitosa, 2019, p. 42). A respeito das entrevistas narrativas nas pesquisas colaborativas, Fasanello, Nunes e Porto apontam que

Histórias narradas podem ser pensadas enquanto construção de intersubjetividades entre entrevistador e entrevistados a partir de processos mais plenos de engajamento que promovam o expressar de experiências, sentimentos, saberes e reflexões dos sujeitos entrevistados. Essa ativação é disparada quando ele próprio, o sujeito entrevistado, torna-se um contador de histórias e, dessa forma, surgem relatos significativos repletos de detalhes que formam o fermento e o tempero da comunicação (2018, p. 411).

Muylaert *et al* (2014) trazem que o uso da narrativa, dentro da pesquisa qualitativa, permite, a partir da combinação de contextos sócio-históricos com histórias de vida, compreender sentidos produtores de mudanças de valores e crenças. A partir desse aspecto podemos encontrar no uso da narração em pesquisa a possibilidade articular elementos da memória, história, biografia com elementos sociais, afetivos e políticos. Especificamente na pesquisa-intervenção, que pressupõe a afetação entre o pesquisador e o campo pesquisado, a narração se mostra como elemento articulador dos lugares e das transformações.

Para Walter Benjamin, a narração tem como alvo a transformação do presente. A relação entre história e tempo ganha aqui outro estatuto: nem a linearidade temporal do historicismo nem a espiral do tempo no círculo hermenêutico; em Benjamin, o tempo se conta aos saltos (Onocko-Campos *et al*, 2013, pp. 2850-2851).

Como recurso transversal a todo o processo de pesquisa e compondo esta narratividade, o diário cartográfico surge como ferramenta que busca acompanhar esses "saltos", tanto como registro da pesquisa, quanto como constante análise de implicação do pesquisador, além de garantir uma restituição criteriosa da própria pesquisa. O diário aponta para a temporalidade da pesquisa, permitindo um conhecimento da vivência cotidiana por meio de uma escritura "fora do texto" (Lourau, 1993), na qual o pesquisador pode trazer os

atravessamentos do percurso, seus pontos de tensão, as diferentes temporalidades de uma produção intelectual, institucional e da vida. Como apontam Slomp *et al* (2020), o diário cartográfico, enquanto escritura, acompanha o pesquisador em sua imersão no campo de pesquisa em suas diferentes temporalidades (antes, durante e depois do campo), como processo de atualização da virtualidade do campo que o pesquisador traz e seu corpo.

A partir dessa perspectiva do diário como possibilidade de escritura da vivência, buscamos a produção de narrativas do próprio pesquisador a partir dos encontros com as memórias dos participantes da pesquisa como forma de transmissão de uma experiência que possa atravessar o próprio campo de pesquisa.

A escolha pela produção de cartas, como estética de uma produção narrativa, surgiu a partir dos vínculos produzidos a partir do acompanhamento cartográfico das pessoas entrevistadas. Como aponta Moraes (2006), embora ainda seja um recurso pouco explorado nas pesquisas, ela situa o escritor da carta, epístola ou missiva em um tempo-espço historicizado. Esse recurso permite articular diferentes temporalidades na escrita, trazendo a implicação de quem escreve à baila para um destinatário presente/ausente, conferindo-lhe autenticidade. A produção de uma narrativa, por meio da epístola, mostra-se como uma forma possível de trazer ao campo da escrita as afetações produzidas no encontro das entrevistas, não numa única direção, mas na afetação mútua ou, como apontam Trevizani e Silva (2019), num “entre distâncias” que produz um território entre o público e o privado, onde as subjetividades se produzem.

Por fim, procuramos nesta tese a produção coletiva de dispositivos que possam operar a produção de novas memórias, histórias, narrações, assim como seu compartilhamento. Como uma rede, o dispositivo costura conexões entre instituições, organizações, enunciados, leis, como um aparelho que conecta todo um conjunto heterogêneo, construindo e organizando os sujeitos (Foucault, 2015). De acordo com Deleuze (2016), o Saber, o Poder e a

Subjetividade se distinguem enquanto três instâncias que compõem o dispositivo, este que também comporta linhas de visibilidade e enunciação, de força, de subjetivação, que se organizam como um novelo no qual se misturam e se atravessam em diferentes direções, possibilitando a construção de um mapa a partir de seu desemaranhar.

A partir das ferramentas surgidas e construídas no processo da pesquisa, foram produzidos espaços de memória dentro do coletivo e na relação deste com serviços da RAPS de Natal, como o Centro de Convivência Arte e Cultura do município.

O projeto de pesquisa está inserido na Plataforma Brasil e pode ser acessado pelo registro CAAE: 56836422.9.0000.5537. O documento foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), recebendo parecer nº: 5.388.798, favorável para início da pesquisa, emitido em 04 de maio de 2022.



Figura 5. Edson, Membro da Plural lendo as notícias

2. Caminhos da memória

Estamos rodeados por histórias e memórias. Neste mundo concreto que habitamos há uma imensidão de territórios invisíveis, sobrepostos, que também ocupamos. Territórios construídos coletivamente, que atravessamos e que nos atravessam, mudando junto conosco caoticamente. Alguns desses territórios são lugares da memória, que coexistem ao mesmo tempo que ruas, avenidas e bairros, como o asfalto que cobre os paralelepípedos, que por sua vez cobrem o chão de terra batido dos caminhos inúmeras vezes percorridos por nós e por tantas outras pessoas.

A partir da ideia do caminhar pelo território, buscamos percorrer, inicialmente, conceitos que embasaram a pesquisa, não como caminho único, mas buscando seus desvios e encruzilhadas nesse processo.

A ideia de articular diferentes autores nos parece uma forma interessante de mapear tão estranho território, hora caótico, hora estruturado, do tempo/memória. Este capítulo pretende trazer autores cujas obras marcam um ponto de articulação sobre o pensamento a respeito da memória em seu aspecto coletivo, que tiveram impacto nas discussões posteriores a respeito do tema. A escolha dos seguintes autores e suas reflexões sobre o tema da memória não se deu pela busca da consolidação de um único pensamento, mas como possibilidades de aberturas para desvios e criações. É a partir da exposição de seus argumentos principais que pretendemos percorrer por autores desviantes numa tentativa de bricolagem que permita pensar a produção de uma memória menor no campo da saúde mental. Convidamos o leitor para percorrer conosco alguns caminhos e possibilidades que se mostram a partir destes pensamentos. Sigamos esses passos.

2.1. Nos passos de Bergson

Nascido no final do século XIX, em meio à primazia do método positivista, Henri

Bergson foi um dos filósofos franceses mais importantes do século XX e permanece, até hoje, atual. Em sua perspectiva sobre a memória, Bergson (2010) retoma o debate filosófico pré-socrático sobre a percepção da realidade na relação do ser humano com o mundo. Na discussão sobre a realidade, a percepção surge em seu interesse especulativo, no qual perceber significa conhecer. Esse debate trazia a discussão se o mundo existe porque o homem o vê ou se o homem vê um mundo que já existe, opondo o pensamento idealista, cuja ideia forma o mundo material, e o pensamento materialista, cuja matéria que forma o mundo já seria dada para a percepção.

2.1.1 Corpo e percepção

Encontramos em Bergson uma oposição ao realismo materialista e o idealismo subjetivo, pensando a matéria antes de sua separação entre o sujeito e o objeto, como um conjunto de imagens que se inter-relacionam. Dentro desse conjunto de imagens que compõem a matéria, Bergson (2010) distingue dois sistemas de imagens. Um **primeiro sistema**, no qual as imagens não se diferenciam do movimento, ou seja, um sistema a-centrado composto pela presença pura de imagens. Nesse sistema não existe centro, porque as imagens agem e reagem umas sobre as outras imediatamente, isto é, elas recebem e devolvem movimentos sem hesitação e sem liberdade, em todas as suas partes. O **segundo sistema** constitui um universo (mundo) próprio que foi selecionado por um centro de indeterminação, no qual as imagens se organizam (regulam) por uma imagem central, que devolve o movimento recebido de forma livre. Nesse segundo sistema de imagens, a imagem que ocupa o lugar de centro de indeterminação sobre as outras imagens, é o corpo do ser vivo. Dessa forma, para Bergson, todo ser vivo é um centro de indeterminação que devolve de forma livre os movimentos e estímulos recebidos, havendo variações de acordo com a complexidade de cada organismo vivo.

Ainda em sua oposição ao realismo materialista e o idealismo subjetivo, que postulam

uma separação incommunicável entre esses dois sistemas, para Bergson (2010) a imagem já está na matéria (esta, um conjunto de imagens que não se distinguem do movimento). Ele vai postular que, diferente da doutrina materialista e idealista, a percepção consciente não vai se relacionar com conhecimento, mas com a ação. Nesse sentido, a percepção consciente é a expressão da liberdade de ação de um ser vivo em seu meio ambiente.

Sobre esses dois sistemas de imagem, cabe dizer que o segundo sistema é um recorte do primeiro. Em um universo de imagens infinitas que se afetam (agem e reagem sobre as outras), a percepção surge como um recorte dessas imagens-movimento, simplificando-as. Dessa forma, os dois sistemas não se opõem, mas se relacionam diretamente, não havendo entre eles uma diferença de natureza, mas sim de grau. A percepção não acrescenta nada ao que está no primeiro sistema, mas sim o subtrai, excluindo aquilo que não interessa ao ser vivo: “a percepção, em seu conjunto, tem sua verdadeira razão de ser na tendência do corpo a se mover” (Bergson, 2010, p. 44). Essa percepção consciente inicialmente tratada aqui diz respeito ao que Bergson chama de percepção *pura*, uma percepção objetiva e impessoal.

A imagem do próprio corpo seria um recorte, uma simplificação, e este corpo reage aos movimentos transmitidos das imagens do fora, estas moleculares, que não percebemos, pois estes não são movimentos representativos. Como observa Bosi (1994), a percepção do mundo social convive com o sentimento difuso da própria corporeidade, estabelecendo uma relação de nexos entre a imagem do corpo e a ação. Somos afetados, o tempo inteiro, pelos movimentos moleculares dos objetos, de forma que, se muda a quantidade de objetos, nossa sensação será diferente. Dessa forma podemos dizer que todo universo é movimento e que não há nada estável no mundo. A pedra (objeto inanimado) recebe e retribui movimento dentro de um sistema de imagens que se afetam mutuamente, mas só o ser vivo tem a liberdade de escolha para reagir, a partir do movimento recebido. As imagens percebidas, podem indicar maior ou menor vantagem que o ser vivo poderia obter delas.

Podemos caracterizar os seres vivos, com Bergson, como matéria que recebe estímulos e quem tem intervalo e escolha, constituindo no universo centros de indeterminação. Dessa forma diferentes organismos (vivos) variariam de indeterminação em função da sua complexidade. Em organismos com maior número de funções (organização complexa), a indeterminação é maior, onde as possibilidades de fazer algo com o que recebeu é maior, havendo uma maior liberdade para responder aos estímulos percebidos. Assim as partes dos objetos que não interessam ao nosso corpo, não são percebidas, mas podem ser percebidas por outros seres vivos (som pelo gato, cheiro pelo cão, visão pela ave, etc.). Quando o estímulo não interessa o corpo (seja para sua sobrevivência ou outra atividade no mundo), este deixa-se atravessar por esses estímulos, não nascendo assim a percepção dos objetos. Se percebemos algo, é porque aquela face do objeto já foi isolada pelo nosso corpo, através de nossos sentidos. Dessa forma a consciência reflete, de forma simplificada, o que está na matéria, representando o mundo, como um écran que reflete aquilo que lhe interessa:

Quando um raio de luz passa de um meio a outro, ele o atravessa geralmente mudando de direção. Mas podem ser tais densidades respectivas dos dois meios que, a partir de um certo ângulo de incidência, não haja mais refração possível. Então se produz a reflexão total. Do ponto luminoso forma-se uma imagem virtual, que simboliza, de algum modo, a impossibilidade de os raios luminosos prosseguirem seu caminho. A percepção é um fenômeno do mesmo tipo” (Bergson, 2010, p. 34-35).

Todos os seres vivos recebem estímulos e movimentos da matéria, reagindo e devolvendo sua resposta ao mundo, mas entre a recepção e a devolução do estímulo há um intervalo. Porém nos seres vivos com cérebro, esse mecanismo se dá de forma mais complexa à medida da complexidade do próprio ser vivo. Nesses organismos há uma maior opção de possibilidades de respostas aos estímulos da matéria.

Os seres vivos são tomados aqui como matéria que recebe estímulo, que tem intervalo

e escolha, constituindo-se enquanto centros de indeterminação. À medida que encontramos nos organismos um maior número de funções (maior possibilidade de fazer algo com o que recebeu), podemos dizer que ele terá uma maior indeterminação e, conseqüentemente, maior liberdade para responder. Bergson associa o cérebro a uma central telefônica (ou como um servidor, numa perspectiva mais atual), que recebe, separa, seleciona, analisa, distribui os estímulos aos seus destinos. Nessa perspectiva o cérebro seria um órgão mais da ação do que um órgão do conhecimento. O cérebro atuaria aumentando o tempo de resposta a um determinado estímulo, impedindo uma resposta imediata, uma vez que o estímulo percebido é decomposto e enviando às mais diversas células do aparelho motor, em uma ação complexa de reação. Dessa forma, com o aumento da zona de indeterminação do ser vivo (decorrente do tempo de resposta ao estímulo) há o aumento da percepção consciente (possibilidade de escolha de resposta ao movimento com maior liberdade). Desse modo podemos dizer que a percepção tem uma relação direta com o tempo da ação, dispondo do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo.

2.1.2. Hábito e memória

Agimos no mundo sempre em função da necessidade (de sobrevivência). Essa ação do nosso corpo se dá pela repetição das respostas aos estímulos do mundo, pelo movimento dos objetos sobre nós, que criam os mecanismos motores que permitem a resposta necessária a esses movimentos. Essas respostas não nascem conosco, mas são construídas no nosso corpo a partir da repetição desses movimentos (falar, andar, escrever), de forma que a cada repetição do movimento há uma incrementação, o tornando mais complexo.

A esse movimento de repetição, Bergson deu o nome de hábito. Este seria uma espécie de memória do corpo.

Todavia nossa existência decorre em meio a objetos em número restrito, que tornam a passar com maior ou menor frequência diante de nós: cada um deles, ao mesmo tempo que é percebido, provoca de nossa parte movimentos pelo menos nascentes através dos quais nos adaptamos a eles. Esses movimentos, ao se repetirem, criam um mecanismo, adquirem a condição de hábito, e determinam em nós atitudes que acompanham automaticamente nossa percepção das coisas (Bergson, 2010, p. 91).

Esse tipo de memória, fixada ao organismo do ser vivo, busca uma adaptação à situação presente, como réplica às interpelações que surgem do mundo. Através da repetição, o mecanismo de resposta criado determina atitudes que acompanham automaticamente a percepção das coisas: “Antes hábito do que memória, ela desempenha nossa experiência passada, mas não evoca sua imagem” (Bergson, 2010, p. 176-177). Como um adestramento social, essa memória se dá pela exigência da socialização e da vida cotidiana (Bosi, 1994).

Já a memória verdadeira (memória-lembrança), para Bergson, seria coextensiva à consciência, retendo e alinhando os registros (o movimento percebido) à medida que são produzidos, catalogando, dando lugar e data a esses registros. Como afirma Bosi (1994, p. 49), “a lembrança pura, quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória”.

Ao mesmo tempo que percebemos, nos lembramos. Essa lembrança se mistura à percepção, de forma que toda percepção é ao mesmo tempo lembrança. Há um auxílio mútuo entre a memória do corpo e a memória espiritual, pois é do estímulo que parte o apelo à lembrança. É a lembrança que permite a distinção das coisas, ao mesmo tempo permitindo a ação em função dessa distinção. Para entender melhor como se dá a relação entre a lembrança e percepção, é imprescindível atentar para o processo de produção da lembrança. De início é preciso apontar que a produção da lembrança está diretamente ligada à teoria do tempo e memória em Bergson.

Ao contrário do que comumente pensamos sobre uma divisão entre presente, passado e futuro, para Bergson ao mesmo tempo que existe o presente, existe o passado. O tempo seria formado por sucessões de presente, ou seja, para Bergson, haveria sempre a sucessão de instantes presentes. Porém, Bergson traz como novidade a tese de que o tempo não é só o que passa, mas que ele é o que se conserva na mente (alma), sendo esta a razão de uma mudança qualitativa no ser vivo. Sendo o presente aquilo que sempre passa, há também o registro desses instantes que passam. A memória faz o registro de cada instante passado, sendo nosso passado constituído pelo registro de cada instante vivido. Dessa forma, com Bergson podemos afirmar que é da natureza do passado se preservar e que a memória é o registro da sucessão de instantes passados.

Há uma conservação do passado, que carregamos em nós mesmos de modo virtual, no qual esse passado faz pressão constante para se atualizar. A atualização das lembranças não acontece por um “despertar” de lembranças que estariam guardadas em uma gaveta no cérebro. Lembranças não são coisas, não são da ordem da matéria. Não há como o cérebro conservar a lembrança, porque a lembrança é de outra natureza que não da matéria (da qual o cérebro é feito).

[...] admitamos por um instante que o passado sobreviva no estado de lembrança armazenada no cérebro. Será preciso então que o cérebro, para conservar a lembrança, conserve pelo menos si mesmo. Mas este cérebro, enquanto imagem estendida no espaço, nunca ocupa mais que o momento presente; ele constitui, com o restante do universo material, um corte incessantemente renovado do devir universal. Portanto, ou você terá de supor que esse universo perece e renasce, por um verdadeiro milagre, em todos os momentos da duração, ou terá que atribuir a ele a continuidade da existência que você recusa à consciência, e fazer do seu passado uma realidade que sobrevive e se prolonga em seu presente: portanto, você não terá ganhado nada em armazenar a lembrança na matéria [...] (Bergson, 2010, p. 174).

Porém, não podemos dizer, por conta disso, que haja oposição entre a matéria e espírito (mente). Há, na verdade, um trabalho mútuo. O cérebro tem por função a atualização dessas lembranças, estas que não estavam conservadas no próprio cérebro, mas no espírito (mente), havendo uma realidade mental. A atualização das lembranças se dá por meio de uma pressão do virtual para se atualizar.

Há diversos graus de tensão em nossa mente, de forma que as lembranças são evocadas na consciência por graus de tensão, em uma associação por contiguidade e semelhança. O que em mim se atualiza do passado está ligado como um todo ao meu passado, de forma condensada. Temos a impressão de que, aquilo que vivemos não está mais conservado, ou que só aparece por capricho, devido à consciência atual (direcionada à ação prática) em aceitar o útil ou rejeitar o supérfluo. A consciência, sempre voltada para a ação, só materializa nossas antigas percepções, quando voltadas para a ação prática. Dessa forma, nem tudo que vivemos se atualiza numa imagem-lembrança, mas segue em nós, de forma condensada.

Se, quanto mais rápido eu ajo, a partir do estímulo, menor é meu grau de indeterminação, então se eu me desinteresso da ação utilitária (pela suspensão da função sensório-motora), a pressão do virtual continua e pode se atualizar com maior grandeza de detalhes.

Em razão das exigências da vida social, nosso sistema nervoso está sempre em tensão e, por causa dessa tensão do mecanismo motor, temos uma menor tensão da memória (reconhecimento mais fluido da imagem/ mais fácil para responder-reconhecer). Uma menor tensão do mecanismo sensório-motor (por meio do relaxamento, ouvindo música, assistindo um filme, contemplação artística) pode acarretar ou não numa maior tensão da memória. Uma maior tensão da memória, no sentido de esforço, corresponde ao esforço de rememoração, de intelecção e de invenção/criação. O esforço de rememoração, consiste na tentativa de se

acessar a lembrança pura (que não está misturada à percepção).

O esforço de intelecção consiste no esforço para se compreender algo (uma fala, uma leitura), convocando regiões mais profundas do meu passado para compreender o que estou passando (uma aula passada, um livro lido, etc), lembranças que ressoam com o conteúdo que pretendo entender. Ou seja, nesse esforço de intelecção, é a situação presente que determina o nível que deve ser acessado para responder a essa situação. Porém, dependendo do grau de tensão, essa percepção pode desenvolver um número maior ou menor de lembranças-imagens. Como aponta Bergson (2010, p. 7), “Há portanto, enfim, tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa *atenção à vida*”.

2.1.3. O Cone e a dilatação da memória

Bergson (2010) demonstra que mesmo sem determinar de uma maneira específica o presente, nossa vida psicológica passada inteira o condiciona, se revelando inteiramente em nosso caráter, ou seja, o espírito sempre se dá por inteiro, junto com o passado inteiro, embora nenhum dos estados passados se manifeste explicitamente. Bosi (1994) discorre que, devido ao passado (em forma de lembrança) se apresentar sempre por inteiro no presente, já não podemos falar de uma percepção pura.

Dessa forma, podemos afirmar que toda percepção é memória

[...] o presente é simplesmente *o que se faz*. Nada é menos que o momento presente, se você entender isso esse limite indivisível que separa o passado do futuro. Quando pensamos esse presente como devendo ser, ele ainda não é; e, quando pensamos como existindo, ele já passou. Se, ao contrário, você considerar o presente concreto e realmente vivido pela consciência, pode-se afirmar que esse presente consiste em grande parte no passado imediato (Bergson, 2010, p. 175).

De forma ilustrativa Bergson condensa os temas tratados até aqui, a partir da representação gráfica de seu famoso cone invertido.

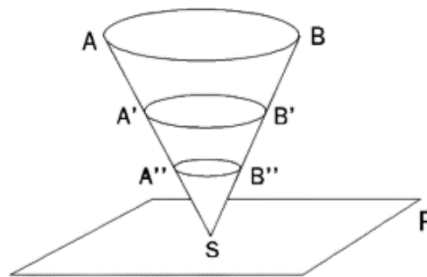


Figura 6 - Cone da memória de Bergson.

Nessa representação o cone SAB compreende a totalidade das lembranças acumuladas na memória, sendo o segmento AB (memória pura) a base assentada no passado, o vértice S sendo o momento presente que avança sempre sobre o plano P, este representando o recorte do mundo material (apresentação atual do universo). Fazendo parte do plano material P, encontramos a imagem do corpo (centro de indeterminação/segundo sistema de imagens), concentrada no vértice S, que se limita a receber e devolver os estímulos de todas as outras imagens que compõem o plano da matéria. Nessa relação do vértice S com o plano P, encontramos a ação do hábito (memória do corpo), ao qual a verdadeira memória dá sustentação. “Como elas [hábito e memória] não constituem duas coisas separadas, como a primeira não é, dizíamos, senão a ponta móvel inserida pela segunda no plano movente da experiência, é natural que essas duas funções prestem-se um mútuo apoio” (Bergson, 2010, p. 178).

Como demonstra a figura do cone, é necessário um esforço de atualização para que a lembrança possa vir à tona na consciência. A vida psicológica se dá na oscilação entre as extremidades do cone, onde o vértice S direciona a memória, por meio do estado sensório-motor, memória, esta, profunda, que exerce pressão para se atualizar, tentando se

impor em sua totalidade na ação presente. Esse movimento gera infinitas possibilidades de estados da memória (segmentos A'B' e A"B" da figura), estes que responderão ao apelo da ação presente, através de uma relação de contiguidade.

Como mostrado na ilustração do cone da memória, quanto mais estamos direcionados para a realização de uma ação, mais as memórias evocadas terão entre si uma relação de semelhança para a realização dessa ação. Porém, quando há um afastamento da ação, da necessidade de resposta imediata ao plano da matéria, a evocação de uma lembrança não seguirá uma ordem de semelhança, mas sim a de uma sucessão cronológica das imagens da vida passada “dissolvida numa infinitude de lembranças igualmente possíveis” (Bergson, 2010, p. 197).

De outro modo, retornamos ao tema do reconhecimento habitual e do reconhecimento atento das imagens. No reconhecimento habitual reconhecemos os objetos e reagimos a eles com menor excitação. Nesse tipo de reconhecimento lidamos com a multiplicidade quantitativa dos objetos no espaço, havendo uma menor zona de indeterminação e com lembranças mais contraídas (banais) de regiões menos profundas de nosso passado (mais próximas do vértice do cone da memória). Já o reconhecimento atento das imagens, se dá quando temos a *suspensão* sensório-motora, quando não temos que exercer uma ação a partir do estímulo recebido. Há, nesse tipo de reconhecimento, uma fixação no objeto percebido (que pode ser visual, sonoro, tátil, etc.), gerando um circuito entre a memória e o objeto.

Esse circuito se estabelece a partir do reconhecimento do objeto (inicialmente vindo de uma memória banal que permite o reconhecer), sem a necessidade de uma ação prática sobre o objeto reconhecido (por exemplo, a contemplação de uma pintura). Nesse circuito haverá uma expansão da memória que enriquecerá a percepção do objeto, com lembranças mais dilatadas (vindas de níveis mais profundos do cone da memória), aumentando a zona de indeterminação. Como a pressão da memória é constante, “a fim de inserir na ação presente a

maior parte possível de si mesma” (Bergson, 2010, p. 197), haverá um favorecimento da atualização do meu passado, permitindo uma percepção mais rica do objeto reconhecido.

Sobre esse processo de localização de uma lembrança no passado, Bergson fala que

[...] não consiste de maneira alguma, como já se falou, em penetrar na massa de nossas lembranças como num saco, para retirar daí lembranças cada vez mais aproximadas, entre as quais irá aparecer a lembrança a localizar. [...] O trabalho de localização consiste, em realidade, num esforço crescente de *expansão*, através do qual a memória, sempre presente por inteiro nela mesma, estende suas lembranças sobre uma superfície cada vez mais ampla e acaba por distinguir assim, num amontoado até então confuso, a lembrança que não encontrava seu lugar (2010, p. 200-201).

2.1.4. *Encruzilhadas e transversalidades*

Embora esse breve percurso pelos caminhos da memória, a partir dos passos de Bergson, esteja muito distante de chegar à definição e aos usos da memória que iremos abordar nesta tese, procuramos trazer alguns dos conceitos que estarão presentes e que servirão de ferramentas no processo de pesquisa.

Nesta breve introdução aos conceitos bergsonianos, procuramos trazer a dimensão da complexidade que envolve a reflexão sobre a memória, em seus aspectos concretos e virtuais. É a partir da afirmação dessa complexidade que procuraremos expandir e confrontar seus conceitos com o de outros autores considerados importantes para nossa pesquisa, procurando incorporar à nossa reflexão a discussão de *outros* modos de conceber a memória, a partir de uma perspectiva que leve em consideração a decolonialidade e os saberes comuns.

2.2 A memória coletiva: implicações para uma memória social

A memória, em seus aspectos mais diversos, mostra-se como fenômeno e objeto passível de ser trabalhado sob as mais diversas lentes que, em si, tocam suas bordas, por mais que em seus recortes procurem mostrar-se amplas e completas. A própria obra de Bergson sobre a memória, enquanto estatuto espiritual distinto da percepção e da relação entre a virtualidade e a matéria, apresenta sérias limitações quanto à abordagem da memória enquanto um fenômeno social, seja com relação aos sujeitos que lembram, seja na relação entre os sujeitos e a coisa lembrada (Bosi, 1994).

De forma aproximada podemos dizer o mesmo da robusta contribuição da memória coletiva de Halbwachs, herdeiro de Durkheim e de uma visão de mundo de fronteiras delimitadas, cujos estudos dos quadros sociais da memória acabam por deixar de levar em consideração o aspecto movente e transformador da sociedade a partir de suas relações de conflitos geracionais e sociais (Gondar, 2005). Porém, essas limitações apresentadas, só para ficar restrito a duas grandes referências sobre o tema, não invalidam a construção e a articulação desses e de outros autores que dedicaram seus estudos ao tema da memória.

Pensar a dimensão social da memória, na qual incluo aqui também sua dimensão pessoal, não pode se distanciar das diversas formas e possibilidades da existência em sociedade e seus aspectos macro e micropolíticos. Sem a pretensão do consenso entre teorias e conceitos díspares sobre a memória, assim como do domínio de uma teoria sobre as demais, em uma relação hierárquica de valor e importância, apostamos justamente na produção do dissenso entre teorias, na sinalização de suas fissuras e diferenças.

Ainda que possa ser trabalhado por disciplinas diversas, o conceito de memória, mais rigorosamente, é produzido no entrecruzamento ou nos atravessamentos entre diferentes campos de saber. Dito de outro modo, ainda que existam conceitos de memória no interior da filosofia, da psicologia, das neurociências e das ciências da

informação, entre outras, a idéia de memória social implica que perguntas provenientes de cada uma dessas disciplinas possam atravessar suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas (Gondar, 2005, p. 13).

Dessa forma procuramos trazer a ideia de uma transversalidade às questões que envolvem a dimensão social da memória, a partir de autores e conceitos que ajudam tanto a definir, quanto a abrir questões nesse campo que buscamos percorrer nessa tese, atentos ao caráter político, inventivo e afetivo da memória.

2.2.1 Halbwachs e a memória coletiva

Nascido em 1877, Maurice Halbwachs foi aluno de Bergson, vindo a romper com ele posteriormente em função de sua aproximação com Durkheim. Filósofo, formou-se em Direito, Matemática (estatística) e Ciências Sociais, vindo a se doutorar em Letras e Ciências Políticas e Econômicas. Em sua grande obra, Halbwachs trouxe a dimensão humana à estatística e à sociologia: “Durkheim traz à tona a razão da sociedade, Halbwachs mostra que a razão resulta dessa forma humana, a única que realiza e anima permanentemente a existência social” (Alexandre, 1990, p. 21). Suas publicações tornaram-se referência nos estudos psicológicos da memória social, tendo *A memória coletiva* sido publicada postumamente, após sua morte no campo de concentração de Buchenwal em 1945, nove meses após sua detenção em Paris pela Gestapo.

Representante da sociologia francesa, Halbwachs traça um caminho no qual procurou se afastar do que considerava por demais dogmático ou empirista:

Como sociólogo, Halbwachs traduziu o trabalho de Durkheim em termos propriamente históricos, tomando a direção de uma historicização da sociologia, num mundo onde

as ciências humanas e a história eram campos separados e quase incomunicáveis (Schmidt e Mahfoud, 1993, p. 286).

Em *A memória coletiva*, Halbwachs traz contribuições imprescindíveis para o estudo da memória, inaugurando seus estudos dentro das Ciências Sociais, nos quais postula que somente a partir da consideração dos contextos sociais é que se pode analisar fenômenos da recordação e da localização das lembranças, sendo esse contexto social a base de trabalho para reconstrução da memória (Silva, 2016).

Como aponta Bosi (1994), não é a memória como tal que Halbwachs irá estudar, mas seus quadros sociais, fazendo contraponto à dimensão conservadora do espírito bergsoniano, quando atribui a rememoração do indivíduo como sendo dependente das estruturas sociais como família, classe social, religião, enfim, aos elementos de referência do indivíduo. Dentro dessa perspectiva, aquilo que é lembrado, o é em função do que os outros fazem lembrar, por meio de uma coesão social, que toma como referência um sistema de crenças e valores.

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

Aqui encontramos a memória dentro de uma perspectiva funcional de coesão social. Embora não negue uma dimensão individual da memória, Halbwachs aponta sua produção coletiva como mecanismo de organização social, partindo dos pequenos grupos até as sociedades mais complexas, entendendo essas também formadas por grupidades. Como nos apontam Schmidt & Mahfoud (1993), o grupo aqui é tomado na perspectiva de um grupo

referencial para o indivíduo, do qual compartilha uma identidade e pensamentos comuns, que se confundem com seu próprio passado. Assim o grupo não se apresenta como uma entidade física propriamente, mas é representado pela possibilidade do indivíduo evocar suas experiências e seus modos de pensamento.

Sem necessariamente negar a totalidade da perspectiva bergsoniana, ele traz que nossa memória não se basta por si e sempre necessitará do apoio de outras memórias, de forma que é na grupalidade que a memória mantém a preservação dos acontecimentos passados, sofrendo a influência direta das desagregações dos grupos que compartilham uma mesma memória. A memória coletiva não seria uma memória impessoal de registro do passado, mas estaria relacionada com as memórias individuais de cada pessoa pertencente ao grupo, de forma que os sentimentos de cada um buscam suas fontes nas circunstâncias sociais, que situam as lembranças a partir de diferentes correntes do pensamento coletivo (Halbwachs, 1990).

É a partir desta perspectiva que se questiona uma memória puramente individual, uma vez que o sujeito nunca está só, mas sim imerso na sociedade, de forma que, mesmo em sua solidão, essa se faz presente, atravessando seu pensamento, linguagem e as demais representações sociais, evocadas neste momento.

Acontece, com muita frequência, que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. [...] Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós (Halbwachs, 1990, p. 47).

A memória individual poderia ser entendida como uma derivação do ponto de vista da memória coletiva, de forma que há mudanças de perspectivas constantes, a partir das mudanças dos meios e dos grupos que o sujeito ocupa, não passando de uma influência que seria sempre de natureza social. Assim, a memória coletiva englobaria as memórias individuais, sem se confundir com estas. A memória individual não seria algo fechado, mas em constante apelo às lembranças dos outros e em articulação aos elementos sociais da representação e, embora não se confunda com a memória coletiva, possui limites diferentes desta no tempo e espaço.

Nessa relação, Halbwachs nos propõe uma diferenciação entre uma memória autobiográfica e uma memória histórica, na qual a primeira estaria apoiada na segunda, que articula a sobrevivência do passado, por meio das anotações históricas, uma vez que nossas vidas se inserem dentro de acontecimentos sociais históricos. Mas se faz importante atentar para o fato que o registro dos acontecimentos históricos ocupa um lugar secundário para a memória coletiva, uma vez que é na história vivida e não na aprendida que a memória se apoia.

Halbwachs (1990, p. 67) deixa claro que

a história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência.

Dessa forma encontramos a existência da memória, e de sua importância, nessa proposição de uma história viva e não no seu registro impessoal estático. Essa perspectiva abre espaço para se pensar a transmissão da memória por meio da articulação da vivência dos

grupos e de suas produções no tempo histórico, que deixa traços de passados e memórias no território concreto vivido do hoje, da mesma forma que encontramos elementos antepassados nos costumes atuais, em uma afetação constante entre corpos e territórios.

Ainda sobre as reminiscências do passado, presentes no momento do agora, podemos vislumbrar a possibilidade de pensar o grupo como território da continuidade da existência do pensamento dos que pereceram. Digo continuidade porque o próprio grupo se apropria da imagem (que se torna cada vez menos nítida) de quem se foi, transformando-a ao sabor das próprias mudanças do grupo, que a recobre com novas camadas de lembranças, renovando e trazendo novas perspectivas sobre suas correntes de pensamentos e lembranças, trazendo um passado não mais imutável, mas sempre em construção a partir da intermediação do grupo em sua temporalidade.

É justamente nessa espécie de ancoragem da memória na grupalidade que encontramos uma das contraposições de Halbwachs à teoria bergsoniana da memória. Para ele não seria no espírito individual bergsoniano que residem as memórias mais profundas e dilatadas, mas na sociedade, que traria os elementos e referências necessárias para a articulação de um passado individual. Dentro dessa perspectiva, a memória se daria por um processo de reconstrução constante, operacionalizada por linhas definidas pelas lembranças pessoais em articulação com as lembranças de outros. “É assim que a memória se enriquece de bens alheios que, desde que se tenham enraizado e encontrado seu lugar, não se distinguem mais das outras lembranças” (Halbwachs, 1990, p. 78).

É neste ponto em que se faz necessário separar a memória coletiva da história. Embora possuam diversos pontos de encontro e articulação, seus caminhos divergem. Quando um grupo perde as referências de determinados acontecimentos, pelo falecimento de suas testemunhas e a fragmentação dos detentores reminiscentes desses relatos por diferentes grupos, a única forma de manter essas lembranças salvas seria pelo registro histórico escrito

dessas narrativas. Porém a história, que compila dados históricos (e que vêm a ocupar boa parte da memória), quando acessada pelo ensino e leitura, se dá por uma escolha e classificação arbitrária dos registros, que se estabelece a partir do fim da tradição. É na corrente de pensamento da vida de um grupo que a memória coletiva se encontra, enquanto a história estabelece uma linearidade artificial de acontecimentos, exteriores às diversas grupariedades.

Dessa forma, podemos pensar que a memória coletiva acolhe seu próprio esquecimento, uma vez que sua duração se dá pela vida. Sua dimensão de temporalidade não é a do tempo histórico. Essa dimensão do tempo determina também a existência de diversas memórias coletivas díspares em contraponto a uma única história linear que acolhe, tal qual um rio, as memórias afluentes, em um único fluxo. Assim, Halbwachs afirma que não há uma memória universal, mas tantas memórias coletivas quanto diferentes grupos em sua temporalidade histórica.

Para Halbwachs, pensar a memória coletiva exige o abandono da hipótese da duração puramente individual. Em sua crítica a um certo subjetivismo individual da percepção, Halbwachs chama atenção para a impossibilidade de encontro entre duas consciências individuais (presas em sua própria duração), que supõem que sua realidade se esgota na sua própria percepção. Em vez disso, postula a ideia de durações que se cruzam e se articulam ao tecido social comum, numa relação entre a vida interior e a vida coletiva “sobre o fundo de um tempo coletivo ao qual emprestam toda a sua substância” (Halbwachs, 1990, p. 100).

2.2.2. Tempo e memória coletiva

A questão do tempo é um elemento que se destaca a partir do surgimento da categoria de sujeito, para as Ciências Humanas, e que se põe como uma questão para a ideia de finitude, em contrapartida à eternidade divina (Gondar, 2005). Halbwachs também se debruça sobre

esse objeto, ao questionar um tempo que abarca todas as durações e enquadra as lembranças.

Sua reflexão traz a contraposição entre o tempo matemático (homogêneo, geométrico) e o tempo bergsoniano (vivido). Um tempo que se proponha a servir um número de seres diferentes, requer um esvaziamento crescente da matéria para que suas partes possam ser discerníveis uma da outra, porém isso produz um tempo liso que se aproximaria, e quase se confundiria com uma representação espacial uniforme (Halbwachs, 1990). Questiona-se, assim, como as lembranças poderiam se fixar nessa superfície lisa.

Um tempo matemático homogêneo, pensado dessa forma, serviria apenas para assinalar fenômenos e fatos que não têm lugar em um tempo real, que não mudam de natureza. Esse tempo se aproxima das leis da Física e de uma duração vazia, na qual essas mesmas leis possam ser aplicadas, paradoxalmente, como afirma Halbwachs, em “um movimento que está bem dentro do tempo já que dura, e que não se situa, entretanto, em nenhum momento definido” (1990, p. 102). Essa temporalidade vazia e lisa em nada ajudaria a pensar a memória de pessoas que se situam historicamente e movimentos que mudam de natureza, em um tempo vivido. Embora esse tempo homogêneo, em subdivisões (horas, dias, meses, anos), possua uma significação coletiva bem definida e reguladora das atividades sociais, esses marcadores são apenas alguns entre tantos outros que compõem suas referências, de forma que o tempo matemático, o tempo social e a duração individual não se confundem.

É nesse debate que se situa a dimensão de um tempo universal, que seria comum a todos e que englobaria todos os acontecimentos, grupos e territórios, em uma única linha de tempo. Dentro dessa perspectiva, os seres humanos constituiriam um único contínuo orgânico. Seria dentro desse tempo universal, estelar, que encontraríamos os diversos tempos históricos, que comporiam esse corpo como ramificações orgânicas de células que se interconectam. Tão diversos são os tempos históricos, e as histórias que os compõem, que se torna difícil

pensá-los como partes interconectadas de um tempo universal, dada a artificialidade da unidade produzida a partir das conexões arbitrárias, que aproxima eventos e grupos que não possuem contato e influência entre si, como se houvesse derivas de conexões entre elas, algo entre o orgânico e o artificial.

Pensar uma memória histórica requer um corte temporal com a memória coletiva. Enquanto esta progride no passado até um certo limite (o das lembranças vivas do grupo), a memória histórica avança para além desse limite. É com o desaparecimento da memória dos antigos grupos que o interesse histórico se apresenta, na tentativa de preservar seus restos, por meio do estabelecimento sucessório e da representação imagética dessas histórias perdidas. Para o historiador, que se encarrega desse processo de preservação, se faz necessário que este se ponha fora de um tempo vivido, tempo que guarda as lembranças vivas desses grupos, enquanto que é do ponto de vista das consciências coletivas que podemos pensar um meio de permanecer num tempo real, vivido.

Esses pontos de ruptura, trazidos por Halbwachs, não significam necessariamente uma relação de oposição, uma vez que esses diversos tempos ocorrem simultaneamente. Da mesma forma não podemos falar de um tempo universal, uma vez que, embora haja convenções sociais que trazem a divisão do tempo como um organizador do deslocamento social, as demandas dos diversos grupos e a vivência destes do tempo são diversas. O trânsito entre diferentes grupos, embora submetido a um tempo socialmente organizado, guarda experiências temporais diferentes de sua vivência, uma vez que “Pouco importa que aqui e ali se fale de dias, de meses, de anos. Um grupo não poderia se servir do calendário de um outro” (Halbwachs, 1990, p. 114).

Essa divisão artificial do tempo não supera a experiência cotidiana vivida, uma vez que a vida abarca o imprevisto. Não medimos o tempo exato no deslocamento pela cidade, no olhar que se perde pelas vitrines, nos encontros no território, embora carreguemos atualmente

máquinas que nos conectam cada vez mais a esse tempo vazio.

[...]o tempo não é outra coisa senão uma série sucessiva de fatos, ou uma soma de diferenças. Somos vítimas de uma ilusão quando imaginamos que uma maior quantidade de acontecimentos ou de diferenças significa a mesma coisa que um tempo mais longo. É esquecer que os acontecimentos dividem o tempo mas não o preenchem. Aqueles que multiplicam suas ocupações e suas distrações acabam por perder a noção do tempo real, e talvez apagar a substância mesma do tempo, que, dividido em tantas partes, não pode mais se estender e se ampliar, e não oferece mais nenhuma consistência (Halbwachs, 1990, p. 118).

Encontramos essa reflexão do tempo alicerçada na ideia de diferença. Diferentes indivíduos, grupos, diferentes territórios, produzem temporalidades e vivências dessas temporalidades de forma diferente. A comparação feita entre grupos, no que diz respeito à temporalidade, mostra que estes não guardam natureza semelhante, muito menos ocupação. Há uma diferença entre a vivência do tempo na capital urbana e no interior rural. A divisão do tempo se dá por ocupação das atividades de um grupo. O tempo da colheita não se submete ao tempo mecânico vazio, a natureza estabelece durações nas quais um determinado grupo, para o qual ela se impõe, deve se adaptar. É dessa relação com a natureza e as máquinas (que estabelecem durações próprias também) que a percepção do tempo se difere entre si, sendo aquilo que deve ser.

Em oposição a Bergson, Halbwachs sustenta que é no tempo grupal que o espírito individual busca alcançar e reconstruir as lembranças. É nesse tempo construído coletivamente, um tempo comum, que a lembrança passada encontra suporte para se apresentar no tempo de agora.

O tempo não escoar, mas dura e se conserva. É justamente num tempo que perdura, que a memória pode percorrer seu curso. Uma duração interior, individual, se desdobra em

correntes de pensamento que emanam dos próprios grupos. Assim o que tomamos por consciência individual seria justamente o lugar de passagem, atravessamentos, de correntes de pensamentos do grupo, um ponto de encontro de tempos coletivos.

2.2.3. Memória e território

A discussão sobre relações grupais e o tempo para a produção de uma memória coletiva demandam também um olhar para o atravessamento do espaço físico nessa produção. Uma vez que o ser humano se movimenta, esse movimento se dá num plano territorial concreto, um movimento que só pode ser perceptível em relação aos outros objetos desse mesmo plano, que marca as diversas temporalidades no espaço comum dos sujeitos e grupos. Halbwachs (1990) retoma o pensamento de Comte, ao pontuar uma relação de equilíbrio da psique com a permanência dos objetos materiais.

Os grupos se relacionam entre si, mas também com objetos e suas representações, que retornam sua influência sobre o grupo. Dessa forma, há uma produção mental que resulta das diversas relações com o mundo e nos diferentes tempos de permanência e aparente imutabilidade das coisas que compõem esse plano. Uma vez que o plano material sofra efeitos concretos de desagregação, esses efeitos podem ser vistos na relação de equilíbrio dos sujeitos e grupos deste território. Vemos uma relação da constituição psíquica de grupos e sujeitos com seus diferentes territórios, que se afetam mutuamente, em relações de mudanças que comportam diferentes tempos.

Da mesma forma que, na relação cotidiana com o território, um ataque (de forma tanto concreta quanto simbólica) ao território se configura num ataque a certa estabilidade psíquica que organiza a grupalidade. A saída de um território para outro opera rupturas na organização psíquica com os objetos que compõem o território ancestral, território esse no qual nos subjetivamos e que possuímos relações com suas imagens externas (que são inseparáveis do

eu) até que possa haver uma nova relação de adaptação ao novo território aportado.

Assim podemos entender a relação intrínseca do território com a identidade de grupos e sujeitos, território esse que carrega marcas concretas dessas pessoas, produzindo durações dessas imagens marcadas no concreto.

Não só no campo macrossocial encontramos essas insígnias dos grupos e sujeitos, mas também na vivência individual das pessoas, vislumbramos, no cotidiano, a relação com os pequenos objetos que descortinam instantes e produzem memória. Bosi (1994), em sua escrita sobre as memórias de velhos, traz sobre os objetos da memória que produzem durações e alicerces para o resgate de momentos e lembranças, narradas pelas pessoas que se relacionam com tais objetos. Mas não pensemos que esses pequenos objetos, que compõem o território da vida particular, se encerram em microgrupalidade familiar ou na relação singular do sujeito que o detém. O objeto em si, para além da relação individual, traz consigo um tempo e uma construção imagética que lhe são próprias, uma vez que o objeto se situa em um determinado momento, em um contexto histórico, em uma estética que compõe um quadro social artístico específico, e que será significado e ressignificado nas relações com os sujeitos.

Em uma loja de antiguidades, todas as épocas e todas as classes se defrontam assim, nas peças espalhadas e fora de uso das mobílias dispersas; e certamente, perguntamo-nos: a quem pode ter pertencido essa poltrona, essas tapeçarias, este conjunto, aquela taça? Mas ao mesmo tempo sonhamos (e é no fundo a mesma coisa) com um mundo em que se reconheceria tudo aquilo, como se o estilo do mobiliário, o gosto pela disposição fossem para ele o equivalente de uma linguagem que ele compreenderia (Halbwachs, 1990, p. 132).

Deixemos claro aqui que essa relação do grupo com os objetos que compõem o espaço não segue uma formatação pré-definida ou padronizada, mas reflete o momento comum e as características desse grupo em uma relação de afetação mútua. Os objetos que nos cercam têm

significações que lhe são atribuídas, mas também as devolvem ao grupo a partir de uma permanência imagética que passa a possuir uma outra temporalidade, cuja mudança lenta volta para confrontar o próprio grupo em um momento diferente. Dessa forma, não podemos falar de uma imutabilidade total das coisas. Esses objetos inanimados se transformam; mudos, se comunicam.

Podemos pensar a necessidade de uma duração mais lenta dos objetos, através de uma percepção de certa imutabilidade, como forma de fazer durar também a memória de um grupo que se transforma em uma velocidade muito maior e que recorre à imagem desses objetos como recursos de evocação e de estabilidade da própria tradição do grupo. Sua natureza material influencia diretamente o equilíbrio de um determinado grupo, lhe trazendo certa unidade e equilíbrio em sua organização. Assim, os objetos e suas imagens no espaço desempenham um papel importante na memória coletiva de um grupo. O território é marcado pelo espírito do grupo, se é que assim podemos dizer.

O espaço é tomado pelo movimento do grupo, por suas características e afetos, se impregna de imagens e acontecimentos, de tempo e duração em uma relação de afetação dupla. Os acontecimentos que tomam lugar no plano concreto, produzem marcas que modificam a própria relação do grupo com o território. Podemos pensar numa ligação orgânica dos objetos com o próprio território, onde fundações se enraízam no solo, construções sobem aos céus como montanhas, ruas e becos como trilhas abertas na mata. Essa ligação produz, como efeito, uma dificuldade de percepção do processo de transformação do próprio grupo sobre si, uma vez que são nessas estruturas permanentes que se encontram a constância e a permanência de estruturas com as quais o grupo se relaciona.

Há também a constatação de que prestamos pouca atenção ao aspecto material da cidade, de forma que a imutabilidade de seus muros, a paisagem constante, acaba por se tornar um elemento presente numa certa passividade do grupo que se confunde aos muros e

paredes das construções, em uma vida e num movimento que seguem inertes como as pedras da cidade. Essa impressão se traduz na forma como a cidade parece não refletir as nossas paixões e repercutir situações que nos são acometidas e que parecem se perder numa insensibilidade e indiferença, que encontram eco nas grandes grupalidades nas quais esses acontecimentos e afetações não encontram repercussão.

Pensar uma relação tão intrínseca das pessoas com o espaço concreto e na produção mútua de uma grupalidade que afeta e é afetada pelo território nos mostra a força desse espaço para a constituição de uma memória coletiva. As tradições e hábitos locais possuem uma tendência a resistir às transformações e esse processo de resistência encontra suporte sobre os objetos e imagens presentes no território, que mantêm uma permanência e estabilidade que será transformada somente no curso de um tempo histórico (Halbwachs, 1990). Porém, para que haja resistência, se faz necessário que esta emane do grupo. A resistência, produzida na coletividade das tradições, procura manter um equilíbrio entre o antigo e aquilo que muda, na tentativa de preservar o que sobra dos escombros, de forma que o passado possa ser, de certa forma, reerguido e ressignificado no que muda.

Halbwachs afirma, assim, que não há memória coletiva fora do quadro social, uma vez que o espaço é uma realidade que possui duração de forma que “[...] não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (Halbwachs, 1990, p. 143). Assim, não há grupo ou ação coletiva que não esteja assentada em um território, da mesma forma que a posse da terra pelo grupo ou por um indivíduo só adquire valor pela memória coletiva, no seu reconhecimento de uma relação intrínseca e permanente entre sujeito e território, ou seja, uma memória que garante uma situação jurídica de posse, por meio das convenções sociais.

Da mesma forma que encontramos uma relação da memória coletiva com o espaço jurídico (que inclui relações de posse de objetos, inclusive de pessoas objetificadas, como no

caso da escravidão), vemos sua relação com o espaço econômico e religioso. No que diz respeito à vida econômica, Halbwachs chama atenção para o valor do objeto como algo que não decorre de suas características e sim da grupalidade, de forma que se estabelece uma certa memória econômica que organiza as relações comerciais de precificação das coisas. Do ponto de vista religioso, a memória coletiva se estabelece nas relações objetais e territoriais com os símbolos da fé, compartilhados pelo grupo religioso. Na relação com as imagens e espaços religiosos, o grupo procura manter uma necessidade de permanência que não difira da imagem original de suas tradições. Aqui vemos a operação de resistências às mudanças no grupo religioso, por meio da constância das edificações, imagens, ritos, sacramentos e dogmas, o que remonta a uma memória religiosa das antigas tradições escritas sobre o solo.

Cada sociedade recorta o plano espacial a partir de suas características, imprimindo suas marcas no solo e cada território terá tantas características e representações quantos forem seus grupos. Esse plano espacial, do qual jamais saímos, é justamente o alicerce para uma memória que se produz nos processos de mudança, transformação e relação plural entre os elementos do espaço, de forma que é na imagem de estabilidade do espaço no tempo que se permite encontrar o passado no tempo de agora.

2.3. Memória e dimensão política em Benjamin: narração, história e o trabalho com os restos

A memória não se desvincula de sua transmissibilidade. Nessa afirmação encontramos uma das maiores contribuições de Walter Benjamin aos estudos da memória, em conjunto com suas teses sobre o conceito de história, sobre a narração e o conceito de experiência.

Judeu alemão, Benjamin foi ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo, sociólogo e um dos maiores pensadores do século XX. Marxista, soube traduzir como ninguém seu

momento histórico, a partir da experiência de um corpo no mundo em mudanças. Testemunha do nazifascismo, manteve uma escrita em trânsito, na contramão, alicerçada na experiência humana e seus atravessamentos: arte, filosofia, literatura, teologia, política, economia, trabalho, afetos, escritas, história, etc. Produtor de uma obra, nas palavras de Gagnebin (2018), tributária de um “*fracasso exemplar*”, de pequenas vitórias e grandes derrotas, que dá testemunho da decadência intelectual e política do surgimento do fascismo nos anos que se seguiram ao surgimento da República de Weimar, a ascensão do nazismo e as tentativas de sobreviver ao que mais tarde seria definido como a solução final (o holocausto de judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e demais grupos sociais considerados inferiores). Seu suicídio em 1940, durante a travessia dos Pirineus, na tentativa de fugir de uma França tomada pelo avanço das tropas nazistas, mostrou-se a efetivação de um ato já ensaiado outras vezes, a partir de sua própria experiência em um campo de concentração.

A evocação do pensamento benjaminiano, como elemento a compor um capítulo que aborda diferentes teorias e aspectos da memória, surge justamente de sua transversalidade ao contexto particular e histórico-social do campo da memória. Suas reflexões trazem uma implicação àquele que se propõe um trabalho sobre memória, seja ele pesquisador ou historiador materialista. Benjamin traz de forma muito clara a dimensão política, que perpassa esses campos, através dos efeitos da Primeira Guerra Mundial na transmissão da experiência pelos sobreviventes, o embate entre a arte romântica e os movimentos de vanguarda, à assunção do nazifascismo. Não há, assim, reflexão filosófica desagregada do momento histórico, pois é sempre no presente que se pensa o passado, com vistas ao futuro.

Façamos assim esse esforço de um percurso, no qual possamos atravessar momentos, lugares, pensamentos e memórias, em uma caminhada em contramão.

2.3.1 Experiência e Narração

Iniciemos essa caminhada por dois textos preciosos: “Experiência e pobreza” e “O narrador”. Textos irmãos, escritos em anos próximos, seus argumentos trazem uma temática crucial para Benjamin. Escritos respectivamente em 1933 e 1936, eles se inserem em um contexto histórico do estabelecimento do III Reich na Alemanha, forçando a mudança de Benjamin para Paris, onde faz contato com outros refugiados alemães, com Hanna Arendt e Herman Hesse, contando com um curto período de refúgio na Itália e seu encontro com Brecht, na Dinamarca (Witte, 2017).

Podemos dizer que esses textos, de certa forma, são textos em deslocamento, como boa parte dos textos de Benjamin, incluindo sua obra final inacabada das teses sobre o conceito de história. Ambos textos, de forma singular, inicialmente remetem ao retorno dos combatentes da Primeira Guerra Mundial e o fenômeno da dificuldade do relato de uma experiência transmissível daquilo que fora vivenciado pelos combatentes no *front*.

Encontramos, em seu texto sobre experiência e pobreza, a ideia da experiência como elemento de duração por meio da palavra, que assegura sua transmissão de geração em geração como uma aliança que atravessa o tempo. Aqui a experiência narrada aos pés da lareira aos jovens ou transmitida por meio dos conselhos ou na fala do moribundo em seu leito de morte, encontra com o silenciamento e empobrecimento da transmissão de uma experiência comunicável. Esse fenômeno é observado por Benjamin, ao relatar o retorno dos combatentes da Primeira Guerra que retornam “mais pobres em experiências comunicáveis” (Benjamin, 2012c, p. 124), ao passo que o mercado editorial da década seguinte mostrava-se repleto de publicações sobre a grande guerra, porém sem o que ele caracteriza como experiências passíveis de serem transmitidas oralmente. Esse ponto de vista é ancorado em um processo de desmentido da experiência frente ao argumento técnico, presente em uma sociedade empobrecida pelo desenvolvimento vazio da técnica, que marca a modernidade.

Essa subtração da experiência daquilo que entendemos como valores culturais leva a um processo de pobreza generalizada que priva as pessoas não só de suas experiências privadas, singulares, mas da própria experiência humana. Esse empobrecimento, ao contrário do que poderíamos entender como a busca de novas experiências para suprir sua falta, é justamente a tentativa de se abolir toda a experiência. Segundo Benjamin, o reconhecimento dessa pobreza produz um novo tipo de barbárie. Tomada aqui em um sentido positivo, essa nova barbárie produz sujeitos que, a partir dos escombros dessa pobreza, são impulsionados para a frente, produzindo a partir dos cacos, do pouco, dos restos, tendo por principal característica “uma desilusão radical com a época e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século” (Benjamin, 2012c, p. 125.).

Longe de ser uma análise conservadora ou saudosista de um passado supostamente “mais rico”, Benjamin ancora sua reflexão no momento atual da sociedade entre guerras, que sofre os impactos econômicos e sociais dos efeitos devastadores da guerra e da impossibilidade de traduzir sua influência sobre uma sociedade que vê nascer o fascismo, de forma insidiosa, sob os escombros da pobreza e pela instrumentalização da técnica e da ciência. Como aponta Gagnebin (2014a), Benjamin caracteriza a modernidade justamente por essa crise da transmissão e da transmissibilidade, a partir de uma generalização da forma mercadoria pelo capitalismo, que singra o texto literário, esvaziando este de uma transmissão possível de experiência.

No texto do narrador vemos o mecanismo pelo qual se opera a transmissão da experiência. Desdobrando o argumento trazido no texto anterior, Benjamin retoma o ocaso da transmissão da experiência a partir do fenômeno das publicações sobre a primeira guerra que trazem diversas informações, porém nenhuma passível de ser considerada um relato de experiência transmissível, para contrapor a figura do seu narrador como elemento que permite a transmissão dessa experiência.

A figura do narrador é trazida aqui como elemento a serviço da transmissão da experiência, uma vez que é dela que o narrador retira tudo aquilo que ele relata. O narrador recorre não só à própria experiência, mas às que lhe foram contadas por outros, costurando às experiência de seus ouvintes o relato que transmite. Um elemento importante nesse processo é que, diferente do que encontramos nas comunicações informativas, o narrador não busca explicar aquilo que relata, não faz parte de seu testemunho a produção de um significado único, deixando aos ouvintes a interpretação e as lições que lhes couberem. Essa postura é o que permite intercambiar experiências entre aquele que narra e aquele que ouve.

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido (Benjamin, 2012a, p. 221).

Vemos aqui como esse esquecimento de si, ao qual se refere Benjamin, dialoga com o que Bergson aponta como um processo de aumento da zona de indeterminação, proporcionando um acesso evocativo às memórias mais dilatadas. Narrar pode ser entendido também como esse processo evocativo de uma memória, uma história, que se atualiza com uma grandeza de detalhes, por uma pressão do virtual sobre o espírito.

Aplicando a postura do narrador ao relato do passado rememorado, podemos pensar, com Gagnebin (2014a), esta posição como uma forma de sustentar a não univocidade do passado, reconstruído a partir dos restos e traços desse passado, encontrado das mais diversas formas no presente do narrador. Assim, a própria narração nega uma apropriação única daquilo que é transmitido, pois o tempo presente falha cabalmente na sua tentativa de apropriação do passado como um todo. Nesse sentido, podemos entender que a narração se dá sempre em uma relação dialógica, de construção mútua entre narrador e ouvinte,

independente do meio em que esta narração se dê, uma vez que “Quem escuta uma história está na companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (Benjamin, 2012b, p. 231).

Nessa relação dialógica que a narração nos impõe, diferente do que ocorre nos diferentes meios de comunicação que transmitem informação, há a manutenção de uma potência daquilo que é transmitido no sentido de uma duração que produz formas de sobrevivência daquilo que é narrado. Benjamin (2012b) nos alerta que o valor da informação se dá somente no momento em que esta é nova (marco aqui uma diferença entre novo e atual⁷), podendo ser consumida como forma mercadoria, enquanto que a narração mantém suas forças germinativas, esta não se consome na sua transmissão mas se produz, espalha rizomas, dura em outras narrativas.

A relação do narrador com o ouvinte é dominada pelo desejo de conservar a história narrada. Essa relação garante a possibilidade de transmissão para um ouvinte imparcial. Essa conservação mnêmica é que dá à memória seu caráter épico que, por meio da rememoração, funda a corrente da tradição. Essa corrente proporciona uma cadeia de transmissão da experiência narrada para além da duração individual, cortando diferentes gerações como uma herança. Encontramos assim, na narração, uma oposição à reprodutibilidade vazia do mesmo, mas o enriquecimento da história narrada a partir de novas camadas de experiência, trazidas pela cadeia de transmissão.

A ideia de herança e tradição transmitidas aqui, parecem dialogar com a perspectiva de Halbwachs (1990), quando este traz que elementos presentes no território mantêm uma permanência e estabilidade de tradições, que mudam em uma temporalidade diferente do

⁷ Ao contrapor a informação (jornalística, por exemplo) à verdadeira narração, Benjamin aponta para a fugacidade da informação, cujo valor se mostra somente no momento da novidade, de forma que, após seu consumo, esta perde a força, seu valor, a potência para se perpetuar em uma cadeia de transmissão após seu consumo. Nesse sentido o novo só sobrevive enquanto objeto de consumo. Já o atual assume uma dimensão de duração, cuja sobrevivência não está ligada ao consumo, mas à produção, à possibilidade de se inserir em uma cadeia de transmissão que corta o tempo.

grupo que ocupa esse território, mas numa relação com este grupo. Como nos lembra Gagnebin (2014a), Benjamin não considera memória, história e identidade como coisas imutáveis, mas sim elementos que se transformam historicamente. Faz-se necessário pontuar aqui essa dimensão territorial no qual a narrativa opera, para não se cair numa ideia abstrata da narração como apenas um exercício intelectual ou uma técnica vazia que garantiria a transmissão da experiência. A dimensão territorial está presente entre quem narra e quem escuta, uma vez que o território corta a relação dialógica entre narrador e ouvinte. Lembremos que Benjamin diz que o verdadeiro narrador possui suas raízes no povo, em suas camadas populares, onde também residem as múltiplas possibilidades de transmissibilidade e narração.

A narração aqui toma ares artesanais, na qual a experiência se torna matéria-prima do narrador/artesão, que modela coletivamente a experiência de si e dos outros na criação de algo que não se destina ao consumo, mas à continuação de uma cadeia produtiva da memória.

2.3.2. Memória, luta e redenção

Os últimos textos de Benjamin compõem as chamadas teses sobre o conceito da história, composta por dezoito teses e dois apêndices, escritos em deslocamento, em rota de fuga do avanço nazista na Europa. Textos célebres pelo testemunho final de possibilidades de futuro a partir da análise e da reflexão sobre a tradição dos oprimidos, trazendo uma constelação de conceitos que tornam essas teses, nas palavras de Löwy (2005, p. 17), “um dos textos filosóficos e políticos mais importantes do século XX”.

Buscamos aqui, não uma apresentação formal dessas teses ou seu deciframento, empreitada de vida de diversos acadêmicos, mas naquilo que, em sua potencialidade, nos ajuda a pensar a dimensão da memória em sua articulação à história e à produção de uma possibilidade de transmissão de memórias minoritárias, muitas vezes sujeitadas, em um

campo político de embates sobre verdades, dominações e sobrevivência daqueles que compõem o grupo dos vencidos historicamente. Aqui a dimensão das teses se dá pelo seu uso como ferramenta que nos ajuda a compreender a possibilidade de pensar criticamente o presente, com possibilidade de intervir neste para a produção de mudanças e desvios de um curso universal, a partir das histórias dos vencidos que nos são negadas (Coimbra, 2001). Desta forma, fazemos uso dessas teses como quem cata peças em uma gaveta, fazendo junções, encaixes, montando engrenagens que possam produzir um aparelho que possa produzir movimento e intervenção no campo de batalha do agora.

Em sua primeira tese, Benjamin (2012a) traz a figura do autômato jogador de xadrez, referência ao conto de Poe, *O jogador de xadrez de Maelzel*, traduzido por Baudelaire (Löwy, 2005). Nesta primeira tese, o autômato, que na verdade é controlado por um anão corcunda enxadrista escondido por um jogo de espelhos, é dito ser o “materialismo histórico” [que] deve ganhar sempre” (Benjamin, 2012a, p. 241), mas somente na condição de tomar a teologia ao seu serviço (o anão corcunda que não se permite mostrar). Esta primeira tese (uma das mais controversas e que gera abertura para diversas interpretações) traz toda uma perspectiva do que inicia o tema do messianismo nessas teses. Gagnebin (1999) nos chama atenção para o campo arriscado e para as armadilhas em torno do debate sobre o messianismo benjaminiano (seja pela via da mística judaica de Scholem ou pela crítica materialista trazida por Brecht). Sem enveredar por esses dois caminhos arriscados, nos servimos do conselho prudente de sua leitura em contexto, naquilo que Gagnebin (1999) afirma que Benjamin se apresenta como “um dos primeiros teóricos da esquerda que havia questionado o determinismo economicista e político da Segunda Internacional, Benjamin tornou-se o emblema de um pensamento autenticamente político e materialista, porém, antideterminista e antitotalitarista” (p. 192). Isso sim nos interessa para essa tese! Benjamin nos apresenta um caminho, ainda que em aberto, para um materialismo em vias de se fazer, de se tornar e, por

isso mesmo, possível.

A potência dessa abertura pode ser vista pela via da rememoração como redenção messiânica, que restitui uma força revolucionária à serviço da luta dos aviltados, dominados, como nos aponta Löwy (2005), em que Teologia, associada ao Marxismo, produziu na América Latina o fenômeno político e social da Teologia da Libertação. A ideia da rememoração como redentora mostra-se na segunda tese, quando Benjamin nos lembra que assim como a ideia de felicidade é indissociável da redenção, “o passado traz consigo um índice secreto, que nos impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?” (Benjamin, 2012a, p. 242). Aqui podemos ler essas vozes como assombros de um passado que nos chegam ao presente e demandam ação sobre o tempo de agora. A ideia de redenção, então, se daria não só pela via da rememoração de um sofrimento, mas de uma abertura para sua reparação, como tarefa destinada aos vivos, pelos que vieram antes. Aqui a dimensão do tempo difere do tempo e da duração bergsoniana em sua tendência mais individual, ou do tempo histórico e social que Halbwachs nos apresenta, abrindo caminho para um tempo messiânico que se afirma não na forma de uma continuidade, mas naquilo que interrompe o tempo como um todo para a chegada do messias. Ainda seguindo a recomendação de Gagnebin e Löwy (1999, 2005), o messias aqui não é enviado dos céus para nos redimir, mas somos nós os depositários de uma frágil (muito frágil) força messiânica, que nos pede que, pela via da ação coletiva, revolucionária, rememorativa, possamos redimir os mortos e a nós mesmos.

Esta tarefa pode ser vista na atividade do cronista da terceira tese, que “narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (Benjamin, 2012a, p. 242). É no momento da redenção que pode-se citar o passado, pela via da

rememoração que não separa os grandes dos pequenos acontecimentos. Eis a difícil, e frágil, tarefa do narrador: trazer à luz as migalhas, fragmentos, pedaços, elementos esquecidos da grande história, sob a condição, como aponta Löwy (2005), de que só haverá redenção quando não houver um único ser humano esquecido.

Tomemos o narrador, não como pessoa em sua singularidade, mas como elemento coletivo ou, se quiserem, aquele que se permite ser habitado por uma multidão, pois o trabalho aqui é comum, geral, apontando para

uma história onde os segmentos populares não são meros espectadores dos fatos, mas produtores dos acontecimentos. De uma história onde a subjetividade dominante - apesar de seu poderio e tentativas - não consegue silenciar e ocultar a produção de espaços singulares, de práticas diferentes e eliminar a memória histórica de uma outra memória (Coimbra, 1999, p. 1).

A urgência dessa ação coletiva encontra eco nas teses quatro e cinco, a partir do efeito das ações, no tempo de agora, que afetam tanto o passado quanto o presente. Agir concretamente no mundo, produz efeitos para além da matéria que compõe o campo de disputas, produzindo efeitos que voltam no tempo de forma que esta “é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais [que] questionarão sempre cada vitória dos dominadores” (Benjamin, 2012a, p. 243). O passado, cuja imagem relampeja veloz ao ser identificada no presente, só pode ser salvo no momento de agora, a partir do instante que seu reconhecimento produz mudança nos dois regimes de tempo (passado e presente), onde “transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível da promessa anterior” (Gagnebin, 2012, p. 16).

Podemos tomar essa transformação como a produção de desvios e cortes dentro de

uma história maior, positiva e única. Tal produção é arriscada e pede um posicionamento do narrador-historiador comprometido com a tradição dos oprimidos, pois ele também faz parte de uma cadeia de transmissão que busca a instauração de um estado de exceção que possa fazer frente à barbárie. Aquele que ousa rememorar, tomar notas, encontrar no tempo de hoje os fragmentos do passado, assume um risco e o compromisso de “despertar no passado as centelhas da esperança [por estar convencido] de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer” (Benjamin, 2012a, p. 244). Eis o compromisso que pede a não neutralidade daquele que trabalha com memórias, fragmentos, trapos e pedaços de histórias dos indesejados, vencidos e subjugados, o compromisso de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2012a, p. 245).

Michael Löwy (2005), estudioso que nos abre caminhos e reflexões interessantes sobre as teses que estamos a pensar, traz posições importantes sobre as teses seis e sete, referenciadas no parágrafo anterior. Tanto no alerta que faz ao risco da captura de uma transformação da história do passado e do sujeito histórico atual como ferramentas nas mãos do opressor, quanto na captura de um desejo que se identifica com os vencedores, a ideia de escovar a história a contrapelo se apresenta em um duplo sentido. No sentido histórico significa opor a tradição dos oprimidos ao “cortejo fúnebre” da história oficial, produzindo interrupções por meios das ações de revolta das populações sujeitadas; já no sentido político, a redenção esperada só acontecerá por meio da luta ativa contra a direção da corrente da história (aqui a história dos vencedores). Essa dimensão política de compromisso pode ser encontrada nas palavras de Cecília Coimbra (1999) a respeito das formas de se combater as produções de esquecimento da ditadura militar brasileira:

[...] há sempre singularidades sendo forçadas, há movimentos instituintes que apontam, mostram, denunciam o que até então parecia inabordável pelas palavras, pelas práticas. Movimentos que se convertem, assim, numa instância de esclarecimento e tomam o

lugar do não-dito, do horror, do não-sabido. [...] uma série de trabalhos e pesquisas que, desde os anos 80, ocorrem no Brasil, apontam para “outra” história. Uma história que tem produzido o desmascaramento e demonstrado as tentativas que se tem feito para aniquilar com o que foi gestado e “vencido” no bojo dos confrontos. Uma história que aponta como o “vencedor” buscou e continua buscando liquidar não somente os seus adversários na luta política, mas sobretudo, apagar a lembrança de suas propostas, de seus projetos e das atrocidades cometidas em nome da “segurança nacional” (Coimbra, 1999, p. 17).

O relato de Coimbra exprime a convocação, feita por Benjamin, para a produção de “um verdadeiro estado de exceção” (2012a, p. 245) a partir da tradição dos oprimidos, em sua oitava tese. A atualidade desta tese reside ainda na luta contra o fascismo que continua a assombrar o século XXI, talvez na mesma dimensão à qual o filósofo faz referência ao século XX. É também nesse contexto que se dá sua tese mais famosa (tese nove) sobre o anjo da história. Nela, ele é levado contra sua vontade pela tempestade que toma suas asas e o impele ao futuro, impedindo que possa se deter e acordar os mortos e juntar os fragmentos dos escombros: “O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde *nós* vemos uma cadeia de acontecimentos, *ele* vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés” (Benjamin, 2012a, p. 246).

A ideia de catástrofe também pode ser encontrada nas *Passagens*, principalmente na fase tardia do arquivo N, fundamentando o conceito de progresso como aquilo que se repete infinitamente: “Que ‘as coisas continuam assim’ - *eis* a catástrofe” (Benjamin, 2018, p. 784). A continuidade das iniquidades, das violências, do sofrimento, em nome do progresso é a tempestade que nos angustia, tal qual o anjo que nada pode fazer. Somente o messias pode fazer algo. Talvez possamos pensar a figura do anjo a partir da individualidade de quem se depara com a catástrofe de uma sociedade que esmaga a grande massa das classes menos

abastadas, espezinhando os corpos dos indesejados reiteradas vezes, e se vê tomado pela sensação de impossibilidade de ação sobre tal destruição; ao passo que o messias poderia ser tomado em sua dimensão de multiplicidade, pela ação coletiva revolucionária das infinitas, e frágeis, forças messiânicas que carregamos e que podem produzir movimentos sociais de enfrentamento e resistência, pois “somente o Messias poderá fazer o que o Anjo da História é impotente de realizar: deter a tempestade, cuidar dos feridos, ressuscitar os mortos e rejeitar o que foi quebrado” (Löwy, 2005, p. 94).

A ideia de multiplicidade na figura do messias pode nos fazer ler as teses dez e onze a partir da crítica ao conformismo que nos toma, e despotencializa ações coletivas de resistência pela fé em figuras políticas que encarnariam a figura messiânica: “[...] os políticos nos quais os adversários do fascismo tinham depositado suas esperanças jazem por terra e agravam sua derrota com a traição à própria causa” (Benjamin, 2012a, p. 246). Fazem companhia a essa figura política o que Löwy (2005) aponta como o culto ao trabalho e ao progresso técnico vazio, compondo uma certeza determinista da vitória socialista, que despotencializa ações e borra a compreensão de que o fascismo é manifestação patológica da modernidade técnica-industrial. A esse conformismo com relação ao futuro certo da vitória, Krenak (2022) nos lembra que tal futuro não existe, é imaginado e, como tal, dizer que ele acontecerá, não exige nada de nós, por ser uma ilusão. A ideia de um futuro dado como provável, que não nos implica, produz unicamente um mundo com uma única história.

Como possibilidade de resposta à imobilidade e conformismo, a tese doze nos pede que nos lembremos e façamos algo com essas memórias. Benjamin chama atenção para como a social democracia produziu apagamentos de figuras revolucionárias importantes, preferindo “[...] atribuir à classe operária o papel de redentora de gerações *futuras*. [...] A classe operária desaprendeu nessa escola tanto o ódio como o espírito de sacrifício. Porque ambos se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não do ideal dos descendentes

liberados” (2012a, p. 248). Aqui, a necessidade de afirmar as gerações passadas derrotadas assume uma característica tão mais importante do que as vitórias. Podemos ver neste fragmento, e em pistas pelas teses benjaminianas, o seu olhar para o que é considerado descartável, trapos e pedaços de uma revolta sufocada. A imagem da vitória caminha ao lado da certeza conformista, tornando-se instrumento de forças que exercem poder sobre as massas. Nesse sentido a rememoração dos vencidos, mantém uma centelha explosiva de ação, pelo sentimento de urgência que ela provoca, não só com relação ao futuro conquistado, mas na redenção dos mortos tombados no passado. Essa ideia responde à crítica que Benjamin faz, em sua tese treze, à marcha do progresso humano, como um caminhar vazio, igual, repetitivo, ao passo que a ação, agenciada pela rememoração das derrotas, produz paradas a essa marcha. Como nos diz Löwy (2005) “não há, portanto, progresso ‘automático’ ou ‘contínuo’; a única continuidade é a da dominação [...]. Os únicos momentos de liberdade são interrupções, descontinuidades, quando os oprimidos se sublevam [...]” (2005, p. 117).

O tempo ocupa um lugar importante nas teses sobre o conceito da história, em especial nas teses quatorze a dezesseis. Nelas nos é apontado um tempo repleto de *agoras*. Essa ideia faz com que o momento presente seja sempre o momento da ação, sem se desvincular do passo, de forma que a ação no presente, transforma o passado e impede o curso do tempo futuro, produzindo desvios. Benjamin (2012f) também faz esse alerta em seu texto sobre *Escavar e Recordar* ao trazer que, tão importante quando os achados que faz o historiador, é sinalizar o local que o velho ocupa no presente. É desse lugar de encontro, que se apresenta ao faiscar do relâmpago, que se pode detonar o *continuum*, produzindo-se novos calendários, a partir das breves interrupções da marcha dos vencedores. São sobre essas interrupções que seu materialista histórico se debruça: onde “o historicismo apresenta a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única” (Benjamin, 2012a, p. 250).

As últimas teses que compõem seu conceito de história (teses dezessete, dezoito, além dos apêndices A e B) trazem a transição do tempo histórico para a produção de um tempo messiânico. Enquanto o tempo histórico se apresenta como acúmulo, utilizando a “massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (Benjamin, 2012a, p. 251), o tempo messiânico faz frear essa produção aditiva, arrancando-o de seu curso, produzindo fragmentos, átomos, mônadas que se ligam à outros regimes de tempo que se ligam em constelações, pois “para que um fragmento do passado seja tocado pela atualidade, não pode haver qualquer continuidade entre eles” (Benjamin, 2018, p. 779). É a essa interrupção que Benjamin faz referência, dentro de seus fragmentos teológico-políticos, ao dizer que “o Messias interrompe a história; o Messias não aparece no fim de uma evolução” (Benjamin, 2016, p. 189).

É essa frenagem, essa quebra que produz o tempo de agora como o tempo messiânico do acontecimento, o momento da ação revolucionária que se torna ponto de encontro de todas as revoluções passadas, de forma que nesse momento elas explodem em sua força, trazendo assim a possibilidade de encontro de todos os oprimidos, vivos e mortos no momento da redenção. Não há nesse momento o desenvolvimento de algo, uma progressão de um acontecimento anterior diretamente ligado, senão os estilhaços temporais (messiânicos) de “[...] acontecimentos que podem estar [...] separados por milênios” (Benjamin, 2012a, p. 252). Mas como produzir essa frenagem? Como puxar os freios da locomotiva da história? Benjamin nos responde: na rememoração, pois esta se relaciona com um tempo que não é vazio, nem homogêneo. Por isso, talvez rememorar não nos dê certeza do futuro, mas o desencanta das certezas, “pois nele, cada segundo era a porta estreita pela qual poderia penetrar o Messias” (Benjamin, 2012a, p. 252).

2.3.3. Pistas para um trabalho com a memória: catação, transmissão, narração

A partir de Benjamin, o trabalho com a memória, pelo seu atravessamento político, histórico, revolucionário, nos pede uma prática subversiva de afirmação de histórias esquecidas e negadas. A narração, por seu caráter artesanal, nos põe diante de um trabalho coletivo. Para nós, o narrador ocupa o lugar da multidão, pois várias são as vozes e vários os fragmentos dos quais ele monta a história a ser narrada.

Aqui a figura do narrador-sucateiro de Gagnebin (2006), une-se à do pesquisador-trapeito de Baptista (2022), para nos mostrar que o trabalho com a memória, em sua dimensão subversiva ao domínio, se dá naquilo que recolhemos de insignificante para os grandes feitos, as sobras do desimportante para uma memória maior. Isso exige que estejamos também dispostos a chafurdar no meio do que é tido como sujo, descartável, abrindo mão desse lugar incólume do herói limpo e também benevolente. Ocupar erroneamente esse lugar, denunciado por Baptista, é assumir o papel messiânico das figuras políticas criticadas por Benjamin em suas teses, lugar do engodo, da traição. O trabalho com a memória se dá justamente na produção do corte, do incômodo de lembrar e afirmar aquilo que se quer esquecer, se manter no anonimato.

É nesse sentido que “o pesquisador-trapeiro ensaia incansavelmente borrar, com libertária destrutividade, o rosto nítido e exclusivo da autoria de uma história finalizada. [...] O catador de dejetos desfigura-se no ato da coleta. Estranha-se e estranha o que cata” (Baptista, 2022, p. 25). Lidar com os restos também é um processo pelo qual a unidade do Eu é posta em questão, onde este pode se tornar uma multidão polifônica de memórias que escapam ao narrador-pesquisador. Continuando nessa ideia de pluralidade de vozes que se misturam e compõem os trapos de tecido que se juntam na produção de uma narração, cabe aqui se questionar sobre o processo de transmissão.

Segundo Gagnebin (2014a), Benjamin, a respeito da temporalidade que perpassa as

obras produzidas, introduz o conceito de *Überlieferung*⁸,

[...] palavra que pode ser traduzida também por “tradição”, mas que prefiro restituir de maneira mais literal como “transmissão”, ressaltando aí o processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de lutas e de violência que transporta ou não, leva ou não, transmite ou não um acontecimento ou uma obra do passado até nosso presente (p. 213).

Podemos pensar assim que a ideia de transmissão, como algo que não se traduz como acúmulo neutro dos fatos, mas o próprio processo histórico pelo qual a obra, ou, no caso, o relato da memória, nos chega, sobrevive para se enunciar no presente. Da mesma forma, o que é transmitido não é da ordem do fato puro. Aqui a ideia de pureza assume ares fascistas, naquilo que o que realmente luta para sobreviver e ser transmitido são os restos, os escombros. Dessa forma podemos tomar o processo de transmissão “[...] como um palco de cortes, de usos, de desvios, de luta, enfim” (Gagnebin, 2014a, p. 95).

A transmissão da experiência, a partir do trabalho sobre a memória, pelo narrador-sucateiro/pesquisador-trapeiro é justamente a que se distancia das pequenas experiências individuais e particulares do Eu, encontrando eco para além do âmbito da individualidade do sujeito⁹, podendo ser direcionado aos descendentes, pela via da rememoração, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin, 2012g, p. 39).

Beatriz Sarlo (2007), ao abordar a Grande Guerra, nos apresenta a relação intrínseca entre relato e experiência. Seguindo o caminho de Benjamin, ela nos diz que a experiência é

⁸Gagnebin (2014) chama atenção para a distinção entre as traduções de um grupo de categorias polêmicas na obra benjaminiana, a saber: herança (*Erbe*), tradição (*Tradition*) e transmissão (*Überlieferung*).

⁹ Para mais informações sobre a diferenciação entre experiência individual (*Erlebnis*) e a verdadeira concepção benjaminiana de experiência (*Erfahrung*), ver a sessão de entrevista com Jeanne Marie Gagnebin em: Gagnebin, J. M. (2014b). Entrevista. *Redobra*, (14), UFBA. pp. 13-17.

justamente aquilo que pode ser depositado em um relato, algo da ordem não só da vivência do sofrimento, mas de sua transmissão, como as que encontramos nos testemunhos de vítimas de violências. Dessa forma, a experiência transmitida nunca é da ordem do relato individual, de forma que “não é o sujeito que se restaura a si mesmo no testemunho do campo [de concentração], mas é uma dimensão coletiva que, por oposição ao imperativo moral, se desprende do que o testemunho transmite” (Sarlo, 2007, p. 36).

Trabalhar com a memória pede que abandonemos a intenção de nos apropriar do passado tal qual ele foi, como nos aconselha Benjamin, por este ser o fruto de uma construção em disputa constante. Requer também que possamos ter contato com a nossa própria finitude, não por nos resignarmos com a derrota, mas pela certeza que, pela luta que travamos no tempo de agora, nos inscrevemos em uma linha de transmissão que poderá, após nossa morte, compor a frágil força messiânica que poderá frear a locomotiva da história, explodir seus trilhos e, *se Deus quiser*, redimir a nós todos.

2.4. Trilhas para uma perspectiva decolonial da memória

Até aqui apresentamos um encadeamento temporal de conceitos e reflexões sobre a memória e sua transmissão, a partir de autores europeus que vivenciaram a ascensão do nazifascismo, porém não o seu fim, falecendo em diferentes tempos do nomeado III Reich. Marco esse fato, no início de uma tentativa de pensar a memória por outras lentes divergentes do olhar ocidental, não por uma oposição dualista do olhar, mas pela ideia da diferença. Diferença que permite a devolução de uma imagem de nós, que não reconhecemos, onde a experiência de uma cultura outra ocasiona uma experiência com nossa própria cultura (Castro, 2018).

Partir de uma tríade de pensadores europeus brancos para chegar ao debate decolonial

sobre um pensamento da memória em diferentes óticas também se mostra como o próprio processo de transformação deste pesquisador, formado em instituições que ainda carregam historicamente um pensamento filosófico ocidental hegemônico e que encontra, durante o processo de escrita desta tese, nos encontros com outros pesquisadores, no questionamento de uma produção científica que possa dialogar com a comunidade, nos atravessamentos da militância antimanicomial com os temas da raça, classe e gênero, possibilidade de se estranhar e se reconhecer por outras lentes. No encontro com os saberes locais de usuários da rede de saúde mental, nas produções artísticas coletivas de pessoas historicamente marcadas pelas violências institucionais sobre seus corpos, na aliança com pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com os efeitos políticos e sociais de uma produção de saber, mais do que com os títulos de seus currículos acadêmicos, novas possibilidades de uma ação-pensamento se manifestam e apontam trilhas abertas por outros que vieram antes.

Essa trilha, que se apresenta como um caminho possível para outros saberes, não é produção do pensamento de uma única pessoa. Essa trilha não se percorre sozinho. Seus caminhos se repartem infinitamente, agregando mais pessoas e saberes. Aqui a tríade se torna uma multiplicidade, que se aproxima e diverge, que erra direções e se encontra, sem a pretensão de unidade, mas na afirmação da diferença.

A propósito de um debate sobre uma antropologia como uma disciplina que permite um outramento, a partir do perspectivismo ameríndio, Viveiros de Castro (2018) põe à baila questões que tocam outras disciplinas e as convocam a se comprometerem com um projeto de ciência que subverte, efetua uma torção, nas posições daqueles que historicamente foram colocados no lugar de objeto e permite que o pensamento praticado por estes possa se tornar a força motriz da própria disciplina. Da mesma forma que podemos clamar por uma antropologia das multiplicidades, assim podemos também pedir por uma Psicologia e uma Filosofia múltiplas, dissidentes.

Não se trata, aqui, de negar os saberes constituídos, saberes histórico-acadêmicos produzidos em contextos de colonização, hora importados, reproduzidos e reafirmados na colônia, mas de efetuar um duplo percurso, como nos propõe Viveiros de Castro (2018), uma leitura cruzada dos saberes acadêmicos com os saberes tradicionais, ancestrais, que permitam um movimento antropofágico de conhecimentos, numa proposta perspectivista parceira de programas filosóficos que propõe mundos possíveis.

2.4.1 Pensamento, fronteira e desobediência: uma defesa

A memória, até o momento abordada aqui por meio de uma leitura eurocentrada, atravessa as dimensões do tempo, do espaço geográfico, econômico, político, dos aspectos históricos, das relações, da linguagem, e tantas outras dimensões que se abriram no aprofundamento do debate ao seu respeito. O tema da memória é constitutivamente um tema desviante, ramificado, produtor de pensamentos diversos. A questão que se apresenta neste momento sobre a memória é que, ao contrário desse tema que abarca diferentes dimensões sem pretensão de pertencer a nenhuma área, a epistemologia que sustenta sua reflexão ignora estar inserida nas mesmas dimensões que impõem ao seu “objeto” de estudo.

Dentro de uma perspectiva totalizante, como aponta Mignolo (2021), esta ignora a dimensão geopolítica de produção de saber e poder, operando como um árbitro definidor de quem produz conhecimento, suas condições de produção e de enunciação. Essa posição produz hierarquias de saber, numa classificação que subalterniza produções oriundas de línguas que não sejam o grego, o latim ou as seis línguas europeias modernas (Mignolo, 2017), ou se alicercem em cosmovisões que desviem de um determinado processo histórico de progresso universalizante europeu. Vemos, assim, operar um mesmo molde colonial de dominação, que exerce uma imposição de poder que violenta e subjuga outras formas possíveis de pensamento e percepções de mundo. Dessa forma, não podemos falar de

produção de saber sem falar de colonialidade.

Como dito anteriormente, a colonialidade equivaleria “a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 13). Essa relação de poder está diretamente atrelada à produção de um outro conhecimento, tornado objeto por sua diferença do universal do identitarismo europeu.

Nós, só nós, os europeus, somos os humanos completos e acabados, ou melhor, grandiosamente inacabados, os exploradores destemidos de mundos desconhecidos (*plus ultra!*), os acumuladores de mundos, os milionários em mundo, os “configuradores de mundos”. Como se vê, a metafísica ocidental é a *fons et origo* de toda espécie de colonialismo – interno (intraespecífico), externo (interespecífico), e se pudesse, eterno (intemporal). Mas o vento vira, as coisas mudam, e a alteridade sempre termina por corroer e fazer desmoronar as mais sólidas muralhas da identidade (Viveiros de Castro, 2018, p. 27).

Assim, não podemos propor uma aproximação de uma perspectiva decolonial da memória, sem antes esclarecer as relações de poder em jogo para sua afirmação. A impressão tida de uma linearidade e progresso do pensamento, trazida até agora, ainda é a expressão de um processo específico de produção de conhecimento, por meio de uma reflexão lógica que se impõe universalmente diante de outras possibilidades, não de visão, mas de “sensibilidade do mundo” (Mignolo, 2017, p. 20). De certa forma, a primeira tese de Benjamin (2012a) sobre o conceito de história, parece prenunciar um certo incômodo a respeito desse encontro com uma lógica do “sensível”, ao abordar a relação paradoxal de um “materialismo histórico” com a teologia (Löwy, 2005). Nessa alegoria, o “materialismo histórico”¹⁰, ao ignorar a contribuição

¹⁰ É necessário pontuar que, segundo Löwy (2005), o uso das aspas em “materialismo histórico” sugere uma crítica de Benjamin a um falso materialismo histórico, usado de forma mecânica, que seria incapaz de levar à

da teologia (uma certa sensibilidade de mundo divergente), mostra-se um caminho mecânico fadado a não se realizar.

A partir dessa crítica, naquilo que dialoga com uma proposta decolonial de afirmação da diferença e da produção de encontros e fluxos com cosmovisões diferentes, afirmamos aqui uma posição na qual o conhecimento deve ser produzido na fronteira.

Bispo dos Santos (2023) caracteriza o pensamento fronteiriço como oposição ao pensamento binário humanístico, sem a tentativa de suplantá-lo mas de estabelecer com ele, diálogos de fronteira. Fronteira, aqui, não assume a rigidez estática de um limite conceitual predeterminado, mas reivindica um lugar semântico geográfico, político, histórico, temporal, movediço. Nesse sentido, a fronteira é território vivo de contato e troca.

Pode ser que, no futuro, [...] a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo (Bispo dos Santos, 2023, p. 31).

Habitar a fronteira também se mostra como processo de resistência à assimilação e dominação. Mignolo (2017) aborda a fronteira do ponto de vista epistemológico e ontológico, ao pontuar que nossos corpos (colocados nesse lugar de “outro” pelo colonizador) habitam essa fronteira, se subjetivam nela e produzem a partir desse lugar, uma vez que “Nossos sentidos foram treinados pela vida para perceber nossa diferença, [...] que não formamos parte [...] da esfera de quem nos olha com seus olhos como *anthropos*, como ‘outro’” (Mignolo, 2017, p. 21). Assim, esse lugar que habitamos acaba por pedir que sejamos desobedientes epistemologicamente. Porém, essa desobediência (própria do pensamento fronteiriço, que pensa uma exterioridade) não passa incólume no campo acadêmico hegemônico, exigindo um

rigor em sua produção, que em nada deve à produção do saber ocidental eurocentrado.

Invoco aqui a desobediência epistemológica ao propor uma aproximação da memória que faça juz a outras cosmovisões, na possibilidade que esse contato com a diferença do pensamento possa também provocar a própria criação de diferenças dentro do pensamento estabelecido. A desobediência estaria, assim, a serviço de uma aproximação, visto que o que se nega aqui não é a existência do saber hegemônico, mas sim a submissão hierárquica de um saber sobre o outro, o estabelecimento de relações políticas e diplomáticas entre saberes, agora, soberanos.

Por meio da desobediência podemos afirmar o uso de ferramentas que escapam à lógica mercadológica de uma produção de saber. Ailton Krenak (2019) aponta que as inovações do conhecimento são capturadas pela máquina capitalística e transformadas em mercadoria, a exemplo dos “laboratórios [que] planejam com antecedência a publicação das descobertas em função dos mercados que eles próprios configuram para esses aparatos” (p. 30-31). Como evitar essa captura? Será possível operar efeitos desta desobediência epistemológica? Talvez não seja bem o caso de se evitar. Sustentar um pensamento fronteiro é justamente se contaminar com aquilo que nos é estranho e produzir desse lugar de estranhamento, porém, sem que esta produção se transforme em mercadoria esvaziada de potência.

A forma de produção de saberes em fronteira permite, por meio da desobediência, a subversão do que o lado hegemônico tenta impor como regra:

Se alguém me pergunta se nossos livros estão chegando aos quilombos, respondo que eles não são feitos para os quilombos, eles saíram dos quilombos e tem que chegar aos Alphavilles! Chegar às universidades e aos shoppings. No quilombo, somos da oralidade [...] (Bispo dos Santos, 2023, p. 68-69).

Usar os objetos de mercado como estratégia para os saberes tradicionais chegarem aos lugares de colonialidade mostra-se como uma possibilidade de operar desobediências epistêmicas, transformando as próprias armas do inimigo colonizador. Contaminar o outro para além da fronteira, promovendo o alargamento deste território, porém com potencialidades e riscos de capturas ainda presentes. Indo ao encontro da crítica de Krenak (1992) sobre as toneladas de livros, arquivos, museus e acervos que guardam o que se chama de memória da humanidade, cabe pensar como o acesso aos saberes tradicionais tensionam a ideia de qual humanidade é essa que precisa depositar sua memória-objeto em caixas e paredes fechadas. A subversão das palavras de Bispo dos Santos propõe um convite ao encontro com o outro, na possibilidade de um caminho do livro à oralidade, da oralidade à tradição, da tradição ao sonho.

A ideia de contaminação, traz aqui também as raízes colonizadoras das mortes pelos conquistadores ao chegarem ao “novo mundo”. Contágio que operou por epidemia de pessoas que não se relacionam, que fez populações originárias inteiras perecerem (Krenak, 2019; Bispo dos Santos, 2023). A contaminação que propomos aqui não tem um caráter menos *destruidor*, porém se propõe a afirmar existências e não dizimá-las. Uma contaminação, como nos propõe Baptista (2024), cujos anticorpos produzidos não nos imunizam aos perigos da vida, que desacomode o sujeito para a diferença, profanando relações estabelecidas pela distância imunizante do contato com o outro.

O efeito poético/estético desse convite à destruição, da qual algo novo e ancestral se produz, não deve ser confundido com uma recusa ao rigor, ou a uma proposta mágica de um subjetivismo árido, desconexo de saber. Se assim pode parecer, para um leitor desavisado, é porque as palavras escolhidas aqui podem destoar de uma organização esperada para um texto científico, advindo de um projeto político de produção de saber que não se mostra. O exercício de se procurar outras formas de escrita busca, de fato, lidar com a complexidade

gerada pela perspectiva de uma leitura descentralizada do Norte que, como reflete Melken (2014) a respeito da relação da modernidade e da decolonialidade, abarca as mais diferentes formas de relação com o mundo, assim como diferentes formas de pensar, sentir e estar, vindas de outras “geo-genealogias”.

Aqui a produção de conhecimento encontra as dimensões políticas, históricas, de forma e dominação, trazendo uma análise crítica que põe em cena a produção de um saber “universal” que, na realidade concreta e não só abstrata, aniquila a diferença.

A crítica decolonial não é, pois, uma crítica metateórica que busca sua validação na crítica à razão instrumental, na dialética do capitalismo, ou em uma anteposição de uma filosofia da diferença em relação à metafísica moderna¹¹. A crítica decolonial encontra sua certeza nas experiências de marginalização e opressão vividas sob o jugo do sistema moderno-colonial. A colonialidade não se sustenta em uma dialética abstrata em relação à modernidade, mas sim na experiência vivida historicamente pelos oprimidos. A colonialidade não é mera abstração, não é uma simples dialética em relação à modernidade. É o conjunto de práticas e formas historicamente concretas de exclusão exercidas pelo projeto moderno/colonial. Da mesma forma, a ‘exterioridade’ da modernidade não é somente ‘a alteridade abstrata ou imaginada’ da identidade moderna. É, por um lado, a expulsão do não-civilizado, o não-desenvolvido, a não humanidade, o empobrecimento e a extração. Por outro lado é onde se rememora, se vive e floresce outras formas de ser, de estar, de recordar e de habitar o mundo (Melken, 2014, p. 175-176. Tradução nossa).

Há aqui o reconhecimento do limite da modernidade, de suas ferramentas e formas de produção, em oposição à ideia de universalização inesgotável de uma forma de produção de saber. Esse limite encontra fronteira justamente com a exterioridade negada, que opera forças de produção outras, em oposição a uma produção, ao mesmo tempo, totalizante e excludente.

¹¹ O termo modernidade, aqui, é tratado pelo autor de forma ampla, sem adjetivos e prefixos por ser “o nome que o projeto histórico que o ocidente deu a si mesmo” (Melken, 2014, p. 173. Tradução nossa.). Embora tenha diferentes formas de expressão, mantém-se aqui sua “vocaç  o” totalizante, para a realização da cr  tica do presente texto.

Cabe aqui destacar o papel da memória, como força tensionadora dessa fronteira, por meio da coletivização da rememoração a afirmação de formas outras de existência e de afetações que escapam ao controle universal do projeto político moderno.

2.4.2. Memória como uma prática contra colonialista

“Nós estamos em guerra. Eu não sei porquê você está me olhando com essa cara tão simpática. Estamos em guerra. Seu mundo e meu mundo tão em guerra”.

Ailton Krenak (2019)¹²

*Rompí tratados, traí os ritos / Quebrei a lança, lancei no espaço
/ Um grito, um desabafo / E o que me importa é não estar
vencido / Minha vida, meus mortos / Meus caminhos tortos /
Meu sangue latino / Minh'alma cativa*

João Ricardo & Paulo Mendonça (1975)¹³

Estamos em guerra. Guerra cujas fronteiras mostram-se cada vez mais movediças. “Guerras da Colonização”, como afirma Bispo dos Santos (2015, p. 47.), onde estão em disputa forças colonizadoras e contracolonzadoras. A colonização é entendida por ele como a composição de “[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (p. 47-48). Já a contracolonzização seria a composição de “[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (p. 48). Procuramos, com esses conceitos, pensar formas de enfrentamento por meio da afirmação de memórias e histórias negadas, na perspectiva de produção de uma máquina de guerra que opere por meio de fronteiras e enfrentamentos amplos

¹² Fala antológica, retirada de uma entrevista do primeiro episódio do documentário “Guerras do Brasil.DOC”, dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro de Felipe Milanez e Luiz Bolognesi. Produção: Buriti Filmes Co-Produção: EBC / TV Brasil, 2019.

¹³ Trecho da letra de “Sangue Latino”, da banda Secos e Molhados, eternizada na voz de Ney Matogrosso.

(epistemológicos, políticos, territoriais, estratégicos).

Dentro das possibilidades de ações contracolonizadoras, trazidas por Bispo dos Santos (territoriais, religiosas, comunitárias, etc), nos lançamos a pensar com outros autores sobre a memória, em especial as memórias infames, profanas, descartáveis, menores, fragmentárias, negadas, como forma de produzir resistências e afirmar vidas e histórias negadas historicamente, por meio de um posicionamento crítico que busque escapar ao dualismo maniqueísta e permaneça em fronteira, expandindo-a.

Nessa guerra de fronteira, onde corpos, instituições e forças se fazem presentes, procuramos pensar com Certeau (1998) o conceito das táticas e estratégias aplicadas a este campo de batalha. Tomemos esse território fronteiro, como espaço de produção cotidiana atravessada pelas mais diversas forças e instituições, que operam uma temporalidade de transformação dentro de um contexto colonial de disputa de território, em sua dimensão material e existencial. As práticas cotidianas produzidas nesse território trazem a reconstrução da realidade a partir da vida ordinária atravessada pelas forças de opressão que transpassa cada *sujeito ordinário*¹⁴ individualmente, em uma relação de produção de si e do próprio cotidiano que se apresenta ao outro que compartilha do território. Como pontua Pereira (2006), enquanto as estratégias se apresentam como formas objetivas do uso do poder, direcionadas a um alvo específico, na manipulação e produção de um Outro, as táticas se mostram como o uso astuto do poder invisibilizado do “fraco”, no campo de batalha inimigo.

As táticas privilegiam o tempo e as circunstâncias, capazes de favorecer uma mudança na situação de quem está em posição desfavorável nas relações de poder: cria surpresas e simulações, opera através de astúcias, de manobras polimórficas, de achados e acasos, a partir dos seus interesses, dos seus desejos e das regras que

¹⁴ Tomo aqui sujeito ordinário, em substituição ao termo “homem ordinário” trazido por Certeau, por entender que este contempla a ideia de construção de gênero. Tal substituição não se dará nas citações diretas das palavras do autor, sendo mantido o termo original.

consegue driblar, mudar ou criar em determinada situação. São gestos hábeis que escapam ao controle e representam um contra-poder do oprimido, capazes de lhe conferir vitórias, ainda que frágeis e momentâneas. A tática opera golpe por golpe, lance por lance, aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios. Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, comandada pelos acasos do tempo, a arte de dar um golpe, diz De Certeau, é o senso da ocasião (Pereira, 2006, p. 75).

Essa tradução de Certeau, por Pereira (2006), pode nos dar pistas de como a memória pode tornar-se uma arma tática de ação de enfrentamento e resistência. Ao falar sobre os jogos, contos e as artes de dizer, Certeau (1998) traz a ideia do relato como elemento de compartilhamento das táticas, a partir da memória como fio condutor que transmite as histórias, contos, lendas, na produção de “museus vivos dessas táticas, marcos de uma aprendizagem” (p. 85). A dimensão coletiva aqui é condição *sine qua non* para a circulação do relato e da memória e, embora seja tentador trazer o narrador benjaminiano para compor e afirmar essa dimensão artesanal da narração, lembremos de que tal prática é uma herança histórica dos povos originários, quilombolas e de tradições, cujo registro de sua diferença foi apagado e tornado algo genérico, amorfo. Assim como suas diferentes táticas.

Resgatar essas memórias e reafirmá-las passa por uma dimensão comunicacional oral em um processo que se traduz num avivamento dos corpos que carregam uma ancestralidade negada. Esse movimento convoca a uma outra gramática dos corpos historicamente colonizados, uma produção outra de palavras que escapam à língua do colonizador, subvertendo-a, emprenhando-a da língua esquecida, dessacralizando a gramática normativa que nomeia o mundo. Uma nova gramática que possa acolher e nomear memórias esquecidas, produzindo diferentes corpos, formas diversas de nomear a si e ao mundo. Por fim, a possibilidade de existir.

Não deixemos de atentar que essa possibilidade de articular essa dimensão

comunicacional da memória não se dá de forma etérea, mas se articula com momentos históricos, políticos e ideológicos. Sarlo (2007) pontua sobre os processos de transformações sobre os objetos da história e suas fontes. A autora pontua sobre como a história oral passa a compor a disciplina acadêmica, que lhe confere legitimidade, ao mesmo tempo que a história oral, sustentada quase que exclusivamente pela memória, assume uma circulação que vai para além da academia e percorre a esfera pública, política e Estatal. Ela nos lembra do processo de construção das *visões do passado*, cujas modalidades de discurso instituem um tom dominante e um uso para estas (vide as capturas nacionalistas de construção de uma identidade nacional, ou propriamente seu uso como instrumento de acusação e reparação em processos pós-ditatoriais, como os da Argentina, ao qual a autora se refere em sua obra).

Entendemos, assim, que a história oficial tem sido produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta em um esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como práticas que forjaram e estão forjando também outras histórias, nunca narradas oficialmente. Conseguem, com isso, produzir subjetividades que desconhecem, desfiguram ou distorcem os embates dos “vencidos” como se estes não estivessem presentes no cenário político. Além da tentativa de liquidar seus adversários na luta política, essa história oficial tenta, também principalmente, apagar a lembrança de suas propostas, de seus projetos (Coimbra, 2008, p. 28).

Estar atento a este processo e ao jogo de poderes, que envolvem a disputa pela memória, é imprescindível para pensar seus usos táticos. Nesse sentido, a produção de narrativas outras mostra-se como um caminho importante, uma vez que, muitas vezes, o jogo de forças se dá somente na disputa histórica de memórias institucionalizadas, construídas e legitimadas pelas instituições políticas, que as usam como estratégias de poder sobre alvos específicos, como forma de violência pelo silenciamento. Coimbra (2008; 2001) nos convoca

a pensar sobre a publicização justamente dessas histórias e memórias mantidas nas sombras do reconhecimento institucional, como forma de sair da marginalização e do lugar de uma vítima passiva. A autora aponta a dimensão coletiva e política que a publicidade da fala traz para a produção de novas narrativas que põe em xeque a história oficial, uma vez que impõe uma mudança de forças, por meio da afirmação de vidas até então ignoradas, deliberadamente esquecidas das grandes narrativas, infames, em um processo de afirmação ético-política.

Lembremos que o “retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (Sarlo, 2007, p. 09). A lembrança é incontornável, cujo momento em que se mostra é o presente, e ela exige rebeldia. É necessário rebeldia para produzir resistência frente ao processo de silenciamento histórico, para a produção de uma inventividade subalterna de outros sujeitos desejantes, que articulam sua própria história politicamente. Sujeitos que não controlam a memória, mas a articulam com outros movimentos, que dançam com ela, que a multiplicam, que juntam seus fragmentos, que a coletivizam sem pretensão de unicidade. Uma memória que repara e muda o presente, sob efeito da luz jogada na história dos vencidos, que atravessa os corações e as memórias de pessoas que atuaram diretamente em processos de resistência e ruptura, mas que, ainda hoje, têm suas histórias jogadas na clandestinidade do esquecimento¹⁵ (Coimbra, 2001).

A memória aqui proposta é política, é prática, abre veredas e liga pessoas, aquece corações, provoca rebeldia, não é dada ao controle, mas fia a condução de outros movimentos que afirmam a vida. Há nela um antídoto para o apagamento da morte, que pode adiar o fim do mundo, adiar o mundo que lembra das próprias histórias de resistência (Krenak, 2019). Queimaram Palmares, mas não apagaram sua memória (Bispo dos Santos, 2015). Grupos e coletivos a reivindicam e fazem dela arma de resistência (Coimbra, 2001; Vasconcelos, 2008;

¹⁵ Neste sentido, encontramos, no cinema, uma força subversiva de afirmação das histórias negadas. Podemos nos referir aqui à potência de filmes como *Ainda estou aqui*, adaptação de Walter Salles para o livro de Marcelo Rubens Paiva; *Holocausto Brasileiro*, adaptação do livro jornalístico de Daniela Arbex; *Nostalgia da luz*, *O botão de Nacar* e *Cordilheira dos sonhos*, que formam uma espécie de trilogia da memória de Patricio Guzmán, dentre tantos outros.

Feitosa, 2019; Amorim, Severo & Romagnoli, 2015), não só no campo da saúde mental, mas dos movimentos políticos de resistência à ditadura, feministas, negros, indígenas, de esquerda, LGBTQIAP+, de trabalhadores e tantos outros atravessados por uma construção colonial que tenta apagar seus rastros, suas histórias.

Aqui, a imanência da memória articula processos sociais e políticos de insubordinação. Nessa proposta não se trata de metaforizar a memória, ou de estabelecer a teoria como metáfora da realidade. O plano da imanência convoca a mobilidade dos corpos, sua experiência e seus atravessamentos à produção de um possível porvir que se anuncia no horizonte. Não é só o passado que se manifesta no presente, as lutas e a insubordinação presentificam um futuro que se anuncia e pelo qual vale a pena lutar.



Figura 7. Ciranda de usuários e profissionais no Centro de Convivência de Natal, em defesa da RAPS, por ocasião do Dia da Luta Antimanicomial.



Figura 8. Batuque de usuários, profissionais e manifestantes, em defesa da saúde mental, realizado no vão da Pinacoteca do Estado, por ocasião do Dia da Luta Antimanicomial.



Figura 9. Protesto na praça dos três poderes do município de Natal, em defesa da RAPS.

3. Por uma memória minoritária: aberturas para se pensar caminhos

Em seu texto de 1975, Deleuze e Guattari se debruçam sobre a obra de Kafka para pensar um de seus conceitos mais interessantes: a literatura menor. Sua primeira característica é a marca de “um forte coeficiente de desterritorialização” (Deleuze & Guattari, 2017, p. 35), deslocamento linguístico e territorial que transversaliza processos históricos identitários, culturais e políticos de discriminação de sujeitos e classes sociais, elementos muito próximos do que observamos com respeito à experiência da loucura na sociedade. Como segunda característica, Deleuze e Guattari dirão que tudo numa literatura menor é político, lançando luz sobre uma polifonia do imediato histórico e político na qual se encontra a literatura, na produção de um dialeto próprio, único. A dimensão coletiva se apresenta como a terceira característica de uma literatura menor, pois esta se dá por meio de uma enunciação coletiva revolucionária. Essa dimensão coletiva permite a criação de novos porvires, por meio de uma solidariedade ativa.

Quantas pessoas hoje vivem em uma língua que não é a sua? Ou então não conhecem mesmo mais a sua, ou não ainda, e conhecem mal a língua maior de que são forçados a se servir? Problema dos imigrados, e sobretudo de seus filhos. Problema das minorias. Problema de uma literatura menor, mas também para nós todos: como arrancar de sua própria língua uma literatura menor, capaz de escavar a linguagem, e de fazê-la escoar seguindo uma linha revolucionária sóbria? Como devir o nômade e o imigrante e o cigano de sua própria língua? Kafka diz: roubar a criança no berço, dançar sobre a corda bamba (Deleuze & Guattari, 2017, p. 40-41).

Essas questões se impõem também no trabalho sobre a memória, a partir da perspectiva da transmissão da experiência de pessoas tão singulares, também marginalizadas, pobres, hora alienadas do próprio corpo e da própria língua, das quais escuto relatos e fragmentos de suas vidas. Propomos, aqui, abordar a memória em sua dimensão coletiva e

dialógica, entendendo ela dentro de um campo de forças histórico, geográfico, político, linguístico, produtor de realidade e de afirmação de vidas, a partir das reflexões sobre o seu uso contracolonial. Antes, porém, é necessário fazer uma distinção entre aquilo que tomamos por maior e menor no campo da linguagem.

Como apontam Deleuze e Guattari (2011b), não queremos afirmar que haja dois tipos de línguas, mas sim formas diferentes de articulá-la. A língua maior pode ser entendida pela constância invariável de sua estrutura, uma forma de uso de uma língua que se dá pela dominação dentro de um estado de poder ao qual ela se vincula. Podemos entender a ideia de maior, como uma sobreterritorialização que produz diretividades, padrões, o que Bispo dos Santos (2023) poderia chamar de língua do colonizador, do inimigo. A dimensão política de uma língua maior se dá justamente no lugar de tomada de poder, como apontam Deleuze e Guattari (2011b), ao afirmarem que não existe uma língua-mãe, mas antes uma língua dominante que toma poder sobre outras, produzindo homogeneidade, centralidade e constância.

Ao mesmo tempo, é sob uma língua maior que as derivas menores se produzem. Derivas que também se apresentam tanto como resistência à dominação e afirmação de vida, como um convite à contracolonização, de Bispo dos Santos:

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las [...]” (2023, p. 13).

A ideia de uma dimensão menor em uma língua também se expressa pela dimensão de poder, não pela sua tomada como uma língua maior, mas justamente pela sua potência de multiplicação, de variabilidade. Não tomemos por variabilidade aqui aquilo que seriam os

dialetos, regionalismos, as gírias, o bilinguismo, como exemplos únicos de um exercício minoritário da língua. Como nos recordam Deleuze e Guattari (2011b), não é a dimensão gramatical do dialeto o que torna essas formas expressivas menores, mas sim a língua menor que produz a variabilidade dos dialetos. Tomemos aqui a dimensão intensiva da língua menor como vetor para as demais dimensões de variáveis extensivas.

Retomamos nosso alerta de que não se trata aqui de línguas diferentes, uma língua maior assim se torna a partir das variações que dela provém, de forma que “não existe língua que não tenha suas minorias internas, endógenas, intralinguísticas” (Deleuze & Guattari, 2011b, p. 52). A partir desse alerta, buscamos trazer a memória para esse jogo, procurando pensar sua dimensão minoritária a partir do conceito de língua e literatura menor, proposto por Deleuze e Guattari.

Como a língua, podemos entender que a memória não é objeto de posse de um indivíduo ou grupo privilegiado, da qual se origina, mas, tal como a língua, produzida por um agenciamento, não se desvinculando de suas formas de enunciação, representação, capturas e fissuras. Dessa forma o sujeito que enuncia a memória é o agenciamento, uma vez que a “[...] unidade real mínima não é a palavra, nem a idéia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento [...] que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 65).

Segundo Deleuze e Guattari (2011b; 2017), o agenciamento opera tanto em um eixo vertical, quanto horizontal. Em seu eixo horizontal temos tanto a corporeidade das paixões e ações, quanto o agenciamento coletivo de enunciação, este composto por transformações incorpóreas direcionadas aos corpos. Já no eixo vertical, o agenciamento transita entre territórios estabilizados, organizados, reterritorializados, ao passo que mantém também intensidades desterritorializantes, desagregadoras, produtoras de linhas de fuga. Dessa forma, não podemos pensar a memória fora dessa fronteira ora intensiva, ora extensiva, abstrata e

corpórea de produção.

Pensemos a memória em sua constância e variabilidade. Em uma posição majoritária, podemos vê-la como produção de uma memória única, de uma história sincrônica diretiva, que toma poder e produz regimes de dizibilidade e verdade que denega reconhecimento para discursos desviantes da memória oficial. Essa memória maior opera, por meio de atravessamentos institucionais, o exercício de um poder que ordena e organiza espaços, corpos, tempo, sociedade, produzindo significantes mestres que produzem cadeias seriais de discurso. Por outro lado, podemos pensar uma memória minoritária como elemento diacrônico, que quebra a constante de uma memória-história maior, promovendo desvios, fazendo elipses, escapando ao curso maior e se ramificando, negando-se a se encerrar, agregando outros ramos e braços, produzindo torrentes, questionando um discurso homogêneo. Nessa posição minoritária, cada fragmento de outras memórias adicionam camadas que a tornam cada vez mais difícil de ser capturada em uma forma única, tanto no que diz respeito ao conteúdo rememorado, quanto às formas de sua expressão. Sua potência política mostra-se justamente na possibilidade de se infiltrar em uma memória maior homogênea, totalizante e, dentro dela, fazer explodir devires em seus eixos, produzindo enunciados outros.

O devir, enquanto uma dupla captura produtora de um novo que escapa à síntese dos objetos das quais devem, é o próprio movimento de desvio. Nesse sentido, apontam Deleuze e Guattari (2011b), o devir é sempre minoritário, desterritorializante e incontrolável, por isso, pertencente a “outro domínio, que não o do Poder e da Dominação” (p. 57). A propósito do conceito deleuziano, Viveiros de Castro (2018) aponta a dimensão da síntese disjuntiva do devir, enquanto produtora de multiplicidade, na qual não há relação na multiplicidade que devém, mas uma disjunção inclusiva, produzindo diferenças.

Falamos aqui também do que Deleuze e Guattari (2011a) tomam pelo conceito de

rizoma, ao abordarem a ideia de memória curta como diagrama, se estruturando de forma rizomática diante de uma memória longa, arborescente, centralizada, universal.

A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contiguidade ou de imediatidade em relação a seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade. Além disso, as duas memórias não se distinguem como dois modos temporais de apreensão da mesma coisa; não é a mesma coisa, não é a mesma recordação, não é também a mesma ideia que elas apreendem. Esplendor de um Ideia curta: escreve-se com a memória curta, logo, com ideias curtas, mesmo que se leia e releia com a longa memória dos longos conceitos. A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso. A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, "intempestivamente", não instantaneamente (Deleuze; Guattari, 2011a, pg. 35).

Nesse sentido, Deleuze e Guattari falam de uma antimemória, como negação de uma memória universal única, como força produtora que se nega à captura, que toma o esquecimento como processo, que ameaça a estabilidade. O devir então se apresenta como antimemória (Deleuze; Guattari, 2012), justamente por não possuir início nem fim, origem ou destino. Embora admitam a existência de uma memória molecular, esta se apresenta como processo de integração a uma outra memória molar, num processo de reterritorialização pela lembrança.

3.1. Memória e devir

Falar de uma memória molecular que se integra a uma memória molar, por meio de um processo de reterritorialização pode parecer, a princípio, um pensar fadado a um

movimento que se encerra em si. Ora, do quê adianta a produção de desvios, se estes retornam ao caminho hegemônico, instituído? - talvez possam se perguntar.

Embora Guattari (2015) nos alerte para a existência de uma reificação de territórios existenciais por uma discursividade estratificada, lembremos que a reterritorialização, assim como a desterritorialização, é mais um processo dinâmico do que uma captura em um estado estático. Nunca se reterritorializa no mesmo, mas sim numa diferença, por mais que esta se ligue à ordem hegemônica de alguma forma. Nesse sentido, “é preciso não confundir ‘minoritário’ enquanto devir ou processo, e ‘minoria’ como conjunto ou estado” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 92). Desterritorializar-se em um devir é um processo pelo qual outro tipo de território pode ser produzido, estados outros que, mesmo ligados à molaridade, podem divergir de um caminho maior. Talvez possamos dizer que nos territorializamos a partir da montagem dos fragmentos que fazemos explodir e produzimos em estados maiores.

Loucos, militantes, revolucionários, mulheres, negros, indígenas, trabalhadores, pessoas LGBTQIAPN+, terão de devir. Nossa aposta é que a afirmação de uma memória minoritária possa ser potência agenciadora dos processos de devir. A minoria, tem de devir menor, de forma que o “Devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 93).

Por ser pensado fora de um estado temporal, em termos de passado e futuro, o devir produz coexistência e movimento, fazendo coexistir diferenças e semelhanças. Quando Krenak (1992) aponta as diferenças de uma memória ocidental datada, que contrasta com uma memória ancestral que usa como referência a natureza (criação do fogo, nascimento das estrelas), ele apresenta as dimensões que permitem aos devires atravessarem. Não se trata aqui de se fazer uma apologia a um passado idílico em substituição à devastação tecnológica, mas sim de perceber criticamente onde ele coexiste com seu anverso, seus pontos de tensão no momento de agora, que possa produzir ações micropolíticas. Em seu relato, Krenak (1992)

nos conta do momento em que titubeia, diante da tradição de seu povo, ao se deparar com o avanço da ciência dos brancos:

[...] comecei a duvidar que a tradição do meu povo, que a memória ancestral do meu povo pudesse subsistir num mundo dominado pela tecnologia pesada, concreta. [...] onde os homens organizam seu poder e submetem a natureza, derrubam as montanhas. [...] Eu fiquei com medo. Eu fiquei pensando: e agora? Parecia que eu estava vendo um grande granito parado na minha frente. Eu não podia olhar. Fiquei muitos dias sem graça até que eu ganhei um sonho. [...] Esse sonho veio me mostrar que aquela caricatura de poder que os homens estavam inventando aqui na terra é só uma simulação, porque eu pude encontrar, andar junto com os meus parentes, meu irmão mais velho, que na nossa língua original se chama Kiãnkumakiã. (p. 202-203).

O sonho que Krenak relata, enquanto devir, é enunciado por uma coletividade ancestral de organismos, animais, vegetais, guerreiros, afetos, que se agenciam com o mundo desperto, produzindo um processo que o reterritorializa de uma outra forma nesse mundo da tecnologia dos brancos. Devir que anuncia outra possibilidade de relação com o agora a partir de uma memória outra do relato e da tradição, que coexiste com a memória depositada em caixotes pela humanidade. No sonho, Ailton devém todo o povo Krenak; a memória pessoal, da minoria étnica, devém de uma memória minoritária.

Com a coragem que pede uma análise de implicação, Krenak nos mostra a potência desse devir que produz possibilidade de existência e anuncia um porvir em vias de se fazer, a possibilidade de se fazer viver um outro mundo. Que outras anunciações podemos fazer? Quais vidas podemos afirmar, anunciar suas chegadas, fazer ressurgir, sem que, para isso, precisemos ficar na lembrança ressentida do passado? Talvez o movimento de antimemória de Deleuze e Guattari, enquanto flecha que corta tempo e estados, possa se mostrar um vetor possível.

A enunciação da memória, proposta aqui nesta tese, nos coloca frente à questão da representação. Podemos imaginar que a produção de enunciados outros correm o risco de um processo de cristalização, uma vez que a forma pelas quais se enunciam certas memórias, reivindicam lugares de posição absoluta. O trabalho com uma memória minoritária reivindica, assim, um olhar para a estética como dimensão que se articula, tanto com a dimensão política quanto a desterritorialização, encontradas na literatura menor. A memória serve-se de múltiplos meios, formas, imagens, línguas, ou talvez, antes, possamos dizer que estes é que se servem da memória. Assim, um desafio que permanece é o de escapar à representação para se chegar aos **limites, limiares e fronteiras**.

Sobre essa questão, recordo do relato das *memórias malditas*, que Cecília Coimbra (2021) faz no seu mais recente livro, narrado em uma nota de rodapé, como uma confissão dentro de uma confissão maior. Coimbra conta, a propósito de uma peça, a qual assistiu em 2009, que

[...] era encenada nos antigos DEOPS-SP e DOPS-RJ. No Rio de Janeiro, [a montagem de *Lembrar, Resistir*, de Izaías Almada, Analy Alvarez e Nelson Xavier] foi adaptada pelo escritor Ivan Jaf para incluir personagens que ficaram presos naquele prédio. [...] um ator vestido de soldado começa a dizer improperios para a plateia, e neste momento já comecei a me sentir mal, pois experimentei um retorno às situações de violência que lá vivi. A peça percorria alguns andares e chegava às celas no quarto andar, onde meu companheiro à época ficou preso. A produção do espetáculo havia restaurado frases que estavam escritas nas paredes, e foi muito impactante. Quando entrei em uma delas, tive uma crise de choro e, junto com uma amiga, tive de deixar o local (p. 100).

Lembro de ler o relato de Cecília Coimbra (2021), com as fibras do meu próprio corpo tensas, com lágrimas, que não eram minhas, a brotar e cair sobre o papel. O texto da peça, escrito “em comemoração aos Vinte Anos da Anistia” (Coimbra, 2021, p. 100), fora escrito a seis

mãos, montado por outras mãos, adaptado por outras pessoas, em espaços de tortura institucional, com frases antigas restauradas e escritas por mãos de pessoas que estiveram presas décadas atrás, nas paredes construídas por outras mãos, que esconderam dos olhos da população as mãos de torturadores que seguravam fios elétricos, açoites e os cabos das armas nos coldres. Há mãos que titubeiam nesta escrita, sob a lembrança dos livros baleados na Praça do Diário em um Recife da ditadura, os debates subversivos escondidos no antigo Bar Savoy da Avenida Gararapes, a menção à Juventude Operária Católica, relatados de forma fugaz por um pai ao seu filho, evocados pela leitura do relato da memória de uma sobrevivente da Ditadura Militar brasileira. Não há representação aqui, mas agenciamentos coletivos que despertam afetos em turbilhão. Não são mais minhas mãos que escrevem, escrevem outros por elas: mortos, militantes, familiares, estranhos, loucos, eruditos, todos, menos Eu. Meu corpo me pede pra acender um cigarro e dar um profundo trago. Parei de fumar há alguns anos. Meu corpo pede, mas quem quer fumar este último cigarro?

Jeanne-Marie Gagnebin (2014a) fala sobre a literatura como uma linguagem que se estrutura na relação com a morte. A produção de sentido, segundo a autora, opera como produtora de um intervalo, corte, separação e, por isso, dando a possibilidade de nomear, de tornar a presença viva como ausência. *Limite* que produz. Georges Didi-Huberman (2017) também nos coloca o desafio da tomada de posição, levando em conta o esquecimento, a ruptura e a novidade absoluta, num movimento que se mostra tanto numa “aproximação com reserva, [quanto num] afastamento com desejo” (p. 16). Em referência a Deleuze, Didi-Huberman (2017) nos traz a ideia de uma escrita literária, pela via da potência da impessoalidade singular, de um terceiro que nasce em nós e nos desaloja de poder dizer Eu. Exílio, *limiar*. A saudosa Heliana Conde Rodrigues (2019) também nos coloca essa questão que transita pela morte, sentido, imagem/identidade, posição e memória. De um jeito muito próprio, enlaça Suely Rolnik, Michel Foucault e Gregório Barenblitt, para pensar a produção

de uma identidade de si¹⁶ como possibilidade de escape das totalidades enquadrantes. Poder “afirmar identidades com base na memória veiculada pela oralidade é provisoriamente útil, quicá indispensável, para romper com as totalidades sistemático-funcionais do discurso hegemônico” (Rodrigues, 2019, p. 223). No entanto ela mesma alerta que a permanência nesse ponto, age como uma captura da multiplicidade. Nesse sentido, o produto de uma escuta do minoritário só pode manter sua potência ao ocupar o lugar de “um deserto de areias moventes que, a cada ventania provocada pelos dispositivos de ação, revela paisagens distintas” (Rodrigues, 2019, p. 224). *Fronteira* movente.

Pensar uma memória minoritária talvez seja justamente o convite a habitar tal deserto, onde a morte se apresenta ao exilado, o fazendo dar testemunho de uma paisagem que se afirma na diferença e o convoca a sempre se posicionar em novos territórios, em um movimento de devir.

3.2. Ouvir os mortos: desafios para o tempo presente

Ao refletir sobre os trabalhos da memória, Heliana Conde Rodrigues (2019) retoma a crítica de Deleuze à perspectiva da memória psicanalítica, enquanto tumba do Faraó, inerte, estática e sem vida, fazendo um convite a experimentações com outros modelos que produzam caminhos.

Embora traga uma lista importante de “historiadores pouco afeitos ao *modelo faraônico*” (Rodrigues, 2019, p. 221), como Foucault, Portelli, Decca, Certeau, Johnson e Dawson, além do *Popular Memory Group*, Heliana Conde nos relembra que a historiografia constantemente recorre à segurança de modelos propostos pelas Ciências Sociais, como forma de escapar ao campo dos mecanismos psicológicos de explicação da memória.

¹⁶ Processo que ponho aqui em articulação com a produção de sentido de Gagnebin (2014a) e a impessoalidade singular, a qual Didi-Huberman (2017) faz referência.

Segundo a autora, embora o conceito de memória coletiva, proposto por Halbwachs, mostre-se como um escape bastante atraente ao “psicologismo”, ela nos lembra que seu rompimento com Durkheim o distancia da ideia de uma unidade mnêmica entre grupos, coletividades e sujeitos particulares. Em Halbwachs, como apontamos na seção 2.2.3 sobre memória e território, vemos que a memória mostra-se presente em exterioridade aos grupos e sujeitos particulares, uma vez que os objetos do território (exteriores ao sujeito) fazem parte do próprio processo de constituição psíquica destes. Da mesma forma, a memória não deixa, tão pouco, de ser seletiva e movente.

Como possibilidade de pensar esse lugar de movência tanto singular quanto coletivo, entre memória e história, Heliana Conde Rodrigues (2019) nos apresenta a contribuição de Alistair Thomson, historiador conhecido pelo seu trabalho com história oral e estudos da memória. Segundo este autor, há um processo de composição de reminiscências que dão sentido à vida passada e presente, porém essa composição não se dá de uma forma arbitrária e individual, mas sofre influência direta da “*exposição pública* ao passado” (Rodrigues, 2019, p. 225). Dessa forma, essa composição será fragmentária, uma vez que se torna impossível representar a totalidade das experiências pessoais e coletivas, mas nem por isso os fragmentos deixados de lado estariam condenados ao apagamento, uma vez que esses fragmentos e formas “incoerentes, desestruturadas e, na verdade, ‘não lembradas’, essas experiências podem [...] se manifestar em outras épocas e lugares - sustentadas talvez por relatos alternativos - ou através de relatos menos constantes” (Thomson, 1997, como citado em Rodrigues, 2019, p. 226).

Essa possibilidade que se apresenta, de se recuperar algo perdido, aponta para a potência da narração como elemento de composição, atravessado pelo tempo, território e intenção daquele que narra fragmentos perdidos em constante mudança. Haverá sempre alguém a falar o que não se quer ouvir, a trazer o relato de experiências outras que não se

encaixam nos sentidos coletivos, relatos incongruentes, loucos, fragmentados que insistem em produzir fissuras. Não será essa a experiência que encontramos em coletivos contranormativos, políticos e de afirmação da vida?

Ainda segundo Thomson, esse movimento visa “a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (Thomson, 1997, como citado em Rodrigues, 2019, p. 227). Embora haja um risco de se cair em uma armadilha, na qual um conformismo à vida imponha uma produção de identidade *consonante*¹⁷, decorrente de uma construção cuja relação entre consonância e rememoração torna-se inabalável, Rodrigues (2019) nos lembra que também

o historiador precisa imaginar subjetivações alternativas em imanência a mundos alternativos, caso contrário, abandonará a historicidade em benefício de alguma essência-sujeito (tendência, mecanismos, funções). Vale dizer que nós, pesquisadores em ciências humanas, raramente somos capazes de fazê-lo, mostrando-nos aferrados às hegemonias do presente. O pior é que as usamos tranquilamente para teorizar sobre a memórias dos outros, como se apenas eles, tolos nativos, estivessem submetidos a mitos e ilusões (p. 228).

Por fim, segundo Rodrigues (2019), Thomson escapa a essa armadilha ao observar os elementos do relato oral que destoam da hegemonia histórica e mitologicamente aceita. A omissão, imprecisão, os segredos e a eloquência que o relato oral traz apontam justamente para a relação de complexidade entre o relato pessoal e história, tempo, território, etc. Nesse sentido podemos afirmar que

[...] a memória nem é social-coletiva nem individual-psicológica: é uma *composição* ou, voltando a apelar aos termos de Deleuze e Guattari, um *agenciamento de enunciação*. O lembrar se faz, assim, *acontecimento* formado de *elementos*

¹⁷ Termo proposto por Rodrigues (2019) para problematizar uma ideia de estaticidade e correlação unívoca entre consonância e rememoração.

heterogêneos, ao invés de função, mecanismo, estrutura, etc. (Rodrigues, 2019, p. 230).

Esse processo de composição se aproxima do que Ethan Kleinberg¹⁸ (2022) chama de *jogo da história*, ao destacar o papel da narração como elemento que inclui o que aconteceu e não aconteceu. Pensando sobre as reflexões de Reinhart Koselleck¹⁹, Kleinberg (2022) traz que “construímos narrativas do passado no presente e, em seguida, julgamos seu valor ético com base em nossos valores atuais, tornando-se uma espécie de profecia autorrealizável” (p. 24), o que chama atenção para uma dimensão moral construtivista da história. Atento ao processo de composição narrativa, mas desconfiando da suposta estabilidade do presente construído, o autor argumenta que o passado assume um “local de espectralidade, de fantasmas e assombros” (Kleinberg, 2022, p. 25). Sua proposição traz o passado numa dimensão tanto de ausência quanto de presença, que assombra a atualidade, algo que ainda é, que insiste em sua duração.

A ideia de assombro parece apontar para a dimensão diacrônica de um passado que dá saltos ao futuro, fazendo com que o presente deixe de ser uma extensão direta deste, como um mero encadeamento consequencial de acontecimentos lineares. Essa perspectiva traz a ideia de que não há uma história pura, produzindo-se assim relatos históricos em fragmentos que ameaçam a fantasia de um presente estável. Kleinberg (2022) traça um panorama, a partir das contribuições de Gumbrecht, Hartog e demais pensadores da História, no qual o presente mostra-se como um território estendido, amplo e saturado de passado, tornando-o denso, de pouca movência. Tal panorama aponta para um futuro impossível de acontecer, devido a um presente que não passa.

Uma saída que se apresenta, segundo o autor, de uma paralisação enlutada pela perda

¹⁸ Pesquisador da área da História e Teoria Crítica, a quem tive o prazer de assistir na palestra sobre o presente texto por ocasião do I Seminário Internacional Crise da História e Assombros da Memória, promovido pela UFT e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas.

¹⁹ Historiador alemão do pós-guerra, principal teórico da História dos Conceitos.

do poder do historiador imerso em um presente amplo, saturado, encontra potência no futuro trazido pelos historiadores do Antropoceno²⁰:

Ao contrário dos historiadores perdidos no tempo de um eterno presente, os historiadores do Antropoceno se veem como tendo um futuro definido, no qual ocupam um lugar e um valor importantes. Esse é um chamado para a história que está imbuído de relevância, propósito e inspiração - o que não é pouca coisa para uma disciplina que enfrenta a crise de sua própria obsolescência (Kleinberg, 2022, p. 32).

Este campo que o autor sinaliza se abrir para a disciplina da História, aparenta trazer a potência do que sinalizamos sobre o uso da memória como arma contracolonial. Embora não se dedique a esse tema, podemos perceber que o que se apresenta aqui é a possibilidade de anunciar um futuro possível, a partir da abertura para a diferença (aqui a possibilidade da disciplina histórica compor com outras disciplinas díspares, que complexificam ainda mais seu campo de estudo mas que se encontram numa proposição de um futuro possível). Mesmo assim, há de se estar atento a uma certa captura de uma imagem paradisíaca do passado, o paraíso perdido que espera ser recuperado pelo equilíbrio entre o humano e a natureza, em um processo messiânico de redenção que guiaria o historiador.

Como pontuam Martoni e Arraes (2022), a problematização de Kleinberg sobre o campo historiográfico e o momento atual aponta para a incapacidade de se projetar no futuro, assim como para uma projeção fantasmática do que foi perdido, no por vir, condicionando uma certa análise do passado. Como forma de escape à falta de movência, Kleinberg (2022) traz a imagem da *onda* como movimento pelo qual o “passado ausente nos encontra” (p. 35), tal como a onda marinha que traz à praia os restos revoltos dos objetos submersos. Tal

²⁰ Termo utilizado para descrever a era em que as ações humanas tornaram-se a força de interferência principal no planeta, pós-revolução industrial. Proposta teórica que hibridiza diversas áreas do conhecimento numa perspectiva cruzada das interações humanas e ambientais ao longo do tempo. Para mais informações ver (Freyesleben, 2023).

imagem parece ir na contramão de uma perspectiva histórica totalitária, que engloba alteridades, de forma que

é com essas ondas [do mar, do ar, sonoras] do passado, esses fantasmas [fragmentos], que devemos estar sintonizados. Essas são as histórias que precisam ser ouvidas, não na versão purificada, restrita e metodologicamente homogênea exigida pela história convencional, mas como histórias que abrem espaço para lógicas múltiplas e conflitantes de como encontramos, explicamos e recontamos o passado. A onda é a mistura irrestrita de passado e presente, história e presente. É gratuito, generoso e perigoso (Kleinberg, 2022, p. 35).

Estar atento [sintonizado] à onda, é estar disponível a ouvir o chamado dos mortos, não mais como objetos inertes não mais presentes, mas como presença que assombra no tempo de agora, em uma ausência fora do tempo. Como nos alerta Gagnebin (2014a), só quando desistimos de compreendê-los *perfeitamente*, numa totalidade, é que podemos ter uma relação com o passado e nossos mortos. “O trabalho do luto [deve ser] ouvir o fantasma... escutar o fantasma... escutar o passado [...] Precisamos aprender como deixar os fantasmas falarem e como deixar o passado falar, em vez de falar por eles ou por ele” (Kleinberg, 2022, p. 37). Essa posição nos coloca diretamente com o que Walter Benjamin aponta no seu texto sobre o narrador, o qual é, antes de tudo, um ouvinte, alguém com desejo de escutar e que termina por se inserir em uma cadeia de transmissão.

Como produzir aparelhos que permitam os mortos e o passado falarem? Eis um grande desafio. Benjamin (2012d), em seu ensaio do autor como produtor, nos convoca a pensar o desenvolvimento da técnica como elemento, não de reprodução mas de criação de diferença, imposta ao autor/escritor por meio da construção de formas e ferramentas. Tais criações visam a produção, pelo próprio autor, de um aparelho que se transforma e produz, que não mantém compromisso com uma inovação estéril.

Antes de nos designarmos a pensar a criação de aparelhos/máquinas para escutar esse passado, devemos nos lembrar aqui do que afirmamos no capítulo sobre uma perspectiva decolonial da memória. O passado, assim como a história, não pode ser tomado aqui como objeto unívoco, sem levar em consideração outros universos ontológicos, sob o risco de se acabar produzindo um aparelho de reprodução de processos colonizadores, que universalizam todas as experiências a partir de uma única perspectiva de existência.

Seguindo as reflexões do filósofo Guilherme Foscolo (2022), a propósito de seu seminário sobre *Modernidades Indígenas*, o presente amplo apresenta um acúmulo de passado também em função da proliferação de narrativas, uma vez que o modelo historicista se depara com o fato que, diferente da ideia da narrativa como uma compreensão “unificada dos objetos do mundo” (p. 146), estes são justamente objetos de infinitas produções narrativas. Foscolo (2022) traz o canibalismo e o manto tupinambá²¹ como dois objetos que ilustram essas infinitas produções, justamente por estarem em um lugar entre o histórico e o ficcional.

Esses dois elementos ilustram o poder de diferentes produções que dançam entre o fato histórico e o mito fundador. Sem procurar aprofundar a já tão bem apresentada condição desses objetos que ocupam um lugar de *intermezzo* temporal, por Foscolo, procuro aqui refletir seu debate sobre a antropofagia e a tradução, que surgem a partir desses objetos.

Enquanto método, a antropofagia proposta por Oswald de Andrade e demais modernistas, “como alternativa para uma história (universal) da humanidade [...] possibilidade de assimilação contínua da alteridade; e [...] uma forma de resistência à colonização” (Foscolo, 2022, p. 149) é contraposta à proposta, inspirada em Viveiros de Castro, da antropofagia enquanto uma não-história, opondo-se à ideia de uma forma dialética desta. A

²¹ Elemento histórico de afirmação dos povos originários da etnia Tupinambá, cujos últimos exemplares, retirados do país entre os séculos XVI e XVII, encontravam-se dispersos entre coleções europeias de etnografia. Seu retorno ao Brasil tornou-se símbolo de um processo de reafirmação cultural, capitaneado pela pesquisadora Glicéria Tupinambá. A saga da produção do manto e o retorno de exemplares ao país foi amplamente objeto de diversos artigos e estudos. Mais informações podem ser encontradas no belo artigo: *Expor o sagrado: o caso do manto tupinambá na exposição Kwá Yepé Turusú Yuriri Assojaba Tupinambá* (Caffé; Gontijo, 2023).

antropofagia aqui não seria método de produção da síntese dialética, mas antes de uma síntese disjuntiva. Essa dimensão disjuntiva se apresenta também na ideia de “tradução como ato de reinvenção, com potencial de reacender/tornar vivo o passado religando-o ao presente [...]” (Foscolo, 2022, p. 152).

A potência evocada por meio desses objetos nos coloca frente às possibilidades de produção de enunciados sobre o passado e nos convida a pensar na criação de aparelhos, máquinas, modos de fazer com que o próprio passado, os mortos, as memórias, as histórias falem. Tarefa deveras difícil. Tarefa de todos. Trabalho para uma memória minoritária.

3.3. Montagem: construção de um aparelho minoritário

Como compor, diante desse território complexo que envolve o tempo, diferentes disciplinas, lentes, afetos e experiências? Aposto aqui em uma possibilidade a partir de vetores que atravessam especificamente meu campo de atuação e pesquisa com um coletivo de luta antimanicomial da cidade de Natal e a militância desenvolvida no campo da saúde mental. O exercício intelectual para a construção de linhas e caminhos que possam teorizar a memória minoritária de usuários militantes da saúde mental como ferramenta de enfrentamento a uma história única, ao fascismo e às práticas institucionais abjetas de domínio de corpos e mentes desviantes, só encontra sentido naquilo em que a vida o atravessa. É o plano de imanência da vida que atualiza e tensiona as teorias em virtualidade, que, por sua vez, se tecem a partir das experiências e seus compartilhamentos.

Da chegada desse pesquisador estrangeiro a Natal e sua acolhida pela Associação Potiguar PLURAL²², o campo da memória e seu relato se impôs a ponto de se tornarem objeto de estudo e militância. Contadores e contadoras de histórias traziam a memória encarnada de vidas compostas por elementos cotidianos, particulares, sociais, momentos históricos,

²² História relatada nas primeiras páginas desta tese.

denúncias, redenções em um amálgama impossível de estabelecer limites. Ao mesmo tempo, fragmentos, fantasmas, assombros, inspirações, descobertas tomavam de assalto as vozes, corpos e ações dos participantes desse coletivo formado por homens e mulheres, usuários e profissionais, professores e alunos, familiares e amigos. Território de devires, de construções e produções de máquinas/aparelhos, mas também de sujeitos e subjetividades. Testemunhei, a partir do coletivo, livros escritos, produções teatrais, oratórias em espaços institucionais, apresentações acadêmicas, tendas de contos, exposições fotográficas, cinematográficas, vernissages, e tantos outros dispositivos tão potentes quanto interessantes.

Retomo o conceito de dispositivo, que trago de forma mais aprofundada na introdução desta tese, como aquilo que Foucault (2015) caracteriza como uma rede que tece conexões entre um conjunto heterogêneo, englobando instituições, organizações, leis, enunciados, atuando como aparelho que termina por construir e organizar os sujeitos. Foucault trata aqui do dispositivo como uma formação que tem por elementos o dito e o não dito, a partir de um determinado tempo histórico. Tal conceito lido por Deleuze (2016) e elaborado por Barros (1996) traz a dimensão da visibilidade e da dizibilidade que percorrem as instâncias de saber, poder e subjetividade, em uma trama de linhas de produção de discursos, imagens e demais produções, fazendo da ideia de dispositivo uma ferramenta analítica ímpar. Também Agamben (2005), em uma fala proferida durante sua passagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, se debruça em uma breve genealogia do termo foucaultiano, propondo uma generalização do conceito como sendo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 13), chamando atenção para o processo de dessubjetivação, e não mais tanto a produção de um sujeito, como o elemento que define os dispositivos que lidamos na fase atual do capitalismo, mostrando assim que “se a todo dispositivo corresponde um determinado processo de subjetivação (ou,

neste caso, de dessubjetivação), é totalmente impossível que o sujeito do dispositivo o use ‘de modo correto’” (p. 15).

Foucault (2013) traz a ideia de dessubjetivação como “uma experiência-limite, que arranca o sujeito de si mesmo” (p.291), por meio de uma máxima intensidade e de impossibilidade, fazendo com que o sujeito não seja mais ele próprio.

Aqui, tal conceito-ferramenta do dispositivo, embora imprescindível nas análises macro e micropolíticas das produções de subjetividade, no contato com a experiência de um campo vivo da militância, do processo de cuidado e produções de práticas, me pede conexão com outros conceitos que me ajudam a pensar as maquinações do meu próprio desejo em articulação com o campo vivo de uma pesquisa que não se separa de uma afirmação constante de vidas e memórias plurais.

É a via do desejo que conecta o dispositivo com a máquina. Desejo de bricolagem e montagem:

Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. [...] É assim que todos somos “bricoleurs”; cada um com as suas pequenas máquinas. (Deleuze; Guattari, 2010, p. 11).

Aqui o desejo se apresenta como máquina que produz, trazendo um corpo também máquina, que não metaforiza, que se monta e se acopla às outras máquinas que desejam. Há aqui uma fuga à sobredeterminação do campo discursivo para um campo de intensidades, ao múltiplo que não faz uno, que não cessa de produzir conexões entre máquinas/fragmentos. Aqui a ideia de máquina tenta dar conta da contingência e da disjunção, do múltiplo e do heterogêneo, do corpo e do campo/natureza, transversalizando e produzindo fronteiras. A

transversalidade do conceito permite a saída de posições dicotômicas e dialéticas, colocando em uma relação de radicalidade os corpos, a sociedade, as instituições e a natureza, em uma produção subjetiva que complexifica um campo de imanência.

Enquanto o dispositivo tem sua formação em um determinado tempo histórico, tendo “uma função estratégica dominante” (Foucault, 2015, p. 365), Guattari (2004) nos traz que a máquina tem uma outra relação com o tempo e, embora marque uma data, um corte, este não é homogêneo a uma representação estrutural, de forma que “a temporalização penetra a máquina por todos os lados e só pode se situar com relação a ela à maneira de um evento” (p. 310). Dito de outra forma, o movimento histórico tem uma dimensão maquina, as máquinas atravessam contextos históricos, porém sempre numa relação de imanência, ou seja de movência, de escape à univocidade.

Estou em um tempo histórico enquanto penso a articulação desses conceitos. Ocorre, no momento dessa escrita, o pleito para a prefeitura de Natal do ano de 2024. Há um coletivo de usuários da saúde mental (a Associação Potiguar PLURAL) participando ativamente de um movimento político de tensionamento da RAPS , se articulando com o Movimento Nacional da População de Rua do RN, com o Centro de Convivência e Cultura do município²³. Nesse momento há processos que se articulam de forma caótica, produzindo indignação, ações coletivas, reivindicações de moradias, alimentação, transporte, acesso à serviços básicos. Há também a produção de uma rede de solidariedade e sonhos. Há fluxos de tempo transversalizando este momento, este acontecimento, produzindo movência, que se conecta a outras linhas de tempo anteriores, fazendo os mortos e o passado se manifestarem, ao mesmo tempo em que produz um tempo futuro, que o anuncia no presente. Maquinações que

²³ Como pode ser observado nas seguintes matérias jornalísticas da Agência SaibaMais. Disponível: <https://saibamais.jor.br/2024/11/audiencia-publica-discute-fechamento-de-caps-e-colapso-na-rede-de-saude-mental/> ; <https://saibamais.jor.br/2023/05/36-anos-da-reforma-psiquiatrica-camara-municipal-de-natal-debate-uma-saude-mental-antimanicomial/> ; <https://saibamais.jor.br/2024/05/espaco-em-natal-utiliza-da-arte-enquanto-alternativa-antimanicomial/> ; <https://saibamais.jor.br/2024/05/natal-campanha-denuncia-falta-de-remedios-psiquiatricos-na-rede-de-saude/>

agenciam acontecimentos no tempo de agora.

Esse tempo de agora, ao qual faço referência no parágrafo anterior, se agencia a outros regimes e outras máquinas, à mega-máquina da cidade, ao calor de Natal que nos ferve o juízo, aos imigrantes venezuelanos, às dunas que invadem as rodovias por onde passam os carros, os diferentes registros ontológicos da pequena capital de um nordeste oriental, em uma velocidade infinita a que Guattari (2015) diz fazer coabitar dimensões de complexidade e caos.

Como nos aponta Guattari (2015), “as máquinas não são totalidades fechadas sobre si mesmas. Mantém relações determinadas com uma exterioridade espaço-temporal, assim como com universos de signos e campos de virtualidade” (p. 383. Tradução nossa.). Essa ideia aponta a máquina como elemento de montagem, sem pré-definição, como força de ruptura e produção criadora. Falamos aqui, então, de um processo constante de montagem, que produz também àquele que monta.

Encontramos em Walter Benjamin alguns apontamentos sobre o processo de montagem que parecem dialogar com os conceitos de dispositivo e máquina. Tomo aqui as contribuições do célebre marxista que, em um primeiro momento, pode causar estranheza ao leitor pelo seu campo de saber, que articula a dialética e a crítica materialista à realidade. Porém, parto do que Guattari nos convida a pensar sobre a potência do marxismo versus uma dogmatização da teoria. Segundo ele, não haveria um único marxismo “senão um *filum* marxista, um pensamento marxista que se enriquece, que se diferencia” (Guattari, 2015, p. 263. Tradução nossa). Nesse sentido, a aproximação com Benjamin se dá pelo próprio movimento que o autor opera no campo marxista, caminhos que terminam por o distanciar de uma reificação da teoria, trazendo a imanência da vida de um pensador do exílio, para compor uma teoria viva. Estou vivo nessa escrita, de forma que o compromisso que assumo aqui é, antes de tudo, com conceitos e ideias que possam produzir movência e vida, com os mortos

que me assombram, com os vivos que me atravessam, com o território que habito.

Para Benjamin, o tema da montagem transversaliza textos importantes sobre arte, produção, técnica e autoria. Benjamin (2012d) traz uma preocupação com a autonomia do autor, mesmo o progressista, permeado por uma *tendência*, pelos atravessamentos sociais e de classe aos quais o autor se vê imerso, os quais Benjamin chama de contextos sociais vivos. É dentro desse contexto social vivo que seu conceito de técnica se opera, de forma a transversalizar a dimensão do tempo, no qual determinada obra mantém relação com os modos de produção de sua época, assim como a posição do próprio autor dentro dessas relações. É com o conceito de “refuncionalização” de Bertold Brecht, que ele vai pensar a produção da obra como um processo que modifica não só o próprio autor, mas que traz o compromisso político de não abastecer o aparelho de produção sem modificá-lo. Dessa forma, o autor não é um mero fabricante de produtos de consumo, mas sim de um aparelho que leva o consumo à esfera da produção, transformando leitores ou espectadores em colaboradores. Tal aparelho só parece ser possível a partir de processos de montagem. Mais uma vez é a Brecht que Benjamin recorre para trazer os efeitos da transposição dos métodos de montagem de outros campos para o seu teatro épico, como o rádio, o cinema e a literatura.

Os elementos da montagem também estão presente em seu texto sobre uma pequena história da fotografia (2012e), não só na construção da cenografia que compunha as fotografias antigas (que vemos presente no retrato infantil de Kafka), mas justamente naquilo que captura o olhar do observador e o convoca a compor com a imagem observada, sobre as vidas por trás das fotografias, de forma que algo escapa ao olhar e à arte do próprio autor e reivindica a vida de quem olha a imagem.

[...] o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem, de encontrar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje no “ter sido

assim” desses minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que, olhando pra trás, podemos descobri-lo (Benjamin, 2012e, p. 100).

No livro das *Passagens*, mais precisamente no seu arquivo N, Benjamin (2018, p. 764) deixa claro seu método de trabalho: “[...] montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não sursurpiei coisas valiosas, nem me apropriei de formulações espirituosas. Porém os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os”. Por meio de uma teoria intimamente ligada à montagem e à “arte de citar sem usar aspas”, Benjamin (2018, p. 761) nos mostra a possibilidade e a potência dos usos dos fragmentos que catamos e montamos, não para explicar, significar, mas para lhe jogar luz, visibilidade e, como nos convida, a dar usabilidade a estes fragmentos.

Seguindo essa linha podemos nos aproximar da ideia de *a-significância* que Guattari (2015) faz referência, ao refletir sobre o trabalho do artista com a dimensão do não-sentido e do inominável que permite a produção de um relato por meio da montagem, trazendo esse mesmo paradigma estético para o trabalho na esquizoanálise. Assim, podemos entender os processos de montagem, a partir da arte, como elemento de corte e interrupção de um sentido único. Corte no momento da produção de uma identificação, que captura o coletivo, produzindo estranhamento e reflexão. Eis a técnica de Brecht, à qual Benjamin (2012d) faz referência. A interrupção, dentro do seu teatro épico, exige uma tomada de posição do espectador, este é convocado a tomar parte do aparelho que se produz.

Dispositivo, máquina, aparelho. Conceitos diferentes, pensados em momentos históricos diversos, a partir de diferentes referenciais teóricos de seus autores. Não tenho aqui a pretensão de uma construção linear entre estes estranhos conceitos, senão escancarar as suas características mais singulares e que me permitem trabalhar com aquilo que não sei nomear, com as histórias e memórias que me atravessam no campo de pesquisa e de vida.

A aposta que procuro fazer a partir desse enlace se dá na tentativa de produzir um *aparelho* a partir dos fragmentos de memórias e histórias minoritárias, presentes no território que transito, não como um *flâneur*, mas como trabalhador, catador, pesquisador-trapeiro (Baptista, 2022). Fragmentos que monto e me montam, convidam outros que não são eu para compor esse aparelho, tornando-nos colegas, amigos, colaboradores em uma relação de solidariedade que não se confunde com uma identificação, mas naquilo que nos diferencia (escritor e leitor). Aparelho que não se propõe a um impacto puramente estético, mas que se compõe a partir da *máquina* desejante dos corpos que se atravessam e se interconectam ao real e virtual, nos diferentes registros e que não produzem metáfora senão a vida em sua dimensão mais radical, nas encruzilhadas dos mais diversos registros históricos, sociais, individuais, materiais e espirituais, em uma ordenação caótica, cuja ideia de *dispositivo* consegue lançar luz para pensar justamente o que é produzido, como é produzido e quais saberes atravessam um sujeito que se dessubjetiva e se diferencia de si.

Nesse percurso, foram as cartas que se tornaram minha principal ferramenta de escrita sobre memórias. Penso que, talvez, esta tese nada mais seja do que a tentativa de falar sobre o indizível da escrita de cartas-memórias-testamentos-testemunhos que trazem os fragmentos de um autor que já não é o mesmo. Cartas como câmaras de ecos que, direcionados-emitidos àquilo ou a quem possa estar de um outro lado, devolvem o enunciado distorcido, transformado, tanto pelo espaço quanto pelo tempo. A mensagem que, dita-emitida em um presente-passado, retorna em um presente-futuro de forma diferente, nos causando estranhamento de nossa própria voz-escrita.

Invoco aqui a imagem de Wally Salomão (2014) que agencia essa relação da carta com os fragmentos de memórias preciosas que as compõe:

A memória é uma ilha de edição [...] Onde e como armazenar a cor de cada instante?

Que traço reter da translúcida aurora? [...] A vida não é uma tela e jamais adquire o significado estrito que se deseja imprimir nela. Tampouco é uma estória em que cada minúcia encerra uma moral. Ela é recheada de locais de desova, presuntos, liquidações, queimas de arquivos, divisões de capturas, apagamentos de trechos, sumiços de originais, grupos de extermínios e fotogramas estourados. Que importa se as cinzas restam frias ou se ainda ardem quentes se não é selecionada urna alguma adequada, seja grega seja bárbara, para depositá-las? [...] Nulla dies sine linea. Nenhum dia sem um traço. Um, sem nome e com vontade aguada, ergue este lema como uma barragem anti-entropia. E os dias sucedem-se e é firmada a intenção de transmutar todo veneno e ferrugem em pedaço do paraíso. Ou vice-versa. Ao prazer do bel-prazer, como quem aperta um botão da mesa de uma ilha de edição e um deus irrompe afinal para resgatar o humano fardo. Corrigindo: o humano fado (Salomão, 2014, Capítulo 5, Seção 11).

Memória como ilha de edição, que nesta pesquisa se expressa por cartas avulsas, com fragmentos de tempo, músicas, livros, conversas, experiências, lugares, vivos e mortos, vírus e vacinas, sonhos, pessoas e plantas, concreto e vento. Não há sentido prévio, mas relatos de vidas e olhares, endereçados à destinatários futuros. Aqui as cartas me permitem o exercício de uma literatura menor, por meio de uma escrita daquilo que chamo de memórias minoritárias, justamente pela dimensão coletiva e política dessas memórias-fragmentos, que fazem corte em uma memória social maior que toma ocasionalmente estatuto histórico de verdade única. É a partir de uma escrita inicial desprestigiada que o exercício de pensar essas memórias se torna um processo de experimentação de escrita, ao que Deleuze (2013) aponta ser o objetivo do pensamento “[...] sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar, e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer” (p. 136).

O processo de escrita das cartas, por meio da montagem de fragmentos de memórias, termina por se tornar uma relação de autopoiesis por não estar “aí para entregar uma

mensagem, senão para dar testemunho de um processo de autoprodução” (Guattari, 2015, p. 126. Tradução nossa). Tal processo se dá justamente por um agenciamento coletivo de enunciação “que arrasta o artista, individualmente e seu público, e todas as instituições ao seu redor[...]” (Guattari, 2015, p. 126. Tradução nossa). Nesse sentido, podemos entender que a produção de si é da ordem da multidão, da polifonia e das infinitas intensidades que atravessam o corpo do autor.

Também Foucault se detém sobre a reflexão das cartas como escrita de si que articula o tempo, a memória e a produção que se volta para a alteridade, por meio de uma escrita da diferença e produção de presença:

A carta torna o escritor “presente” para aquele a quem ele a envia. E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física [...] uma vez que traz os sinais vivos do ausente, a marca autêntica de sua pessoa. O traço de sua mão amiga, impresso sobre as páginas, assegura o que há de mais doce na presença: reencontrar” (Foucault, 2017, p.152)

Ao escrever as cartas, há uma intenção ao futuro. Escrevendo no presente, buscando o destinatário por vir. Também eu me torno fantasma a assombrar um presente por se fazer. Mesmo morto estarei a falar e assombrar por meio das cartas escritas, trazendo as vozes em polifonia de outros que não sou eu, mas que me compõem, fazendo referência a outros mortos. Estaremos presentes com o leitor, vivos de alguma forma, encantados na palavra, reivindicando-a, sem poupar o leitor futuro. Fantasmas e encantados que passarão a compor com outros viventes.

E, quem sabe então, essas cartas, já velhas, possam ser objeto de se pensar vidas infames, de se especular os regimes de verdade e o tempo nos quais foram escritas. Algum fragmento de arquivo que, mesmo empoeirado, mantém os vírus que hão de infectar o leitor

futuro. Infectar pelo desejo, de forma insidiosa, o seu corpo, incomodando, torrando-lhe o juízo, fazendo eco em sua mente em um fluxo esquizo que não explica nada, mas demanda uma experimentação, que faça algo com *isso*.

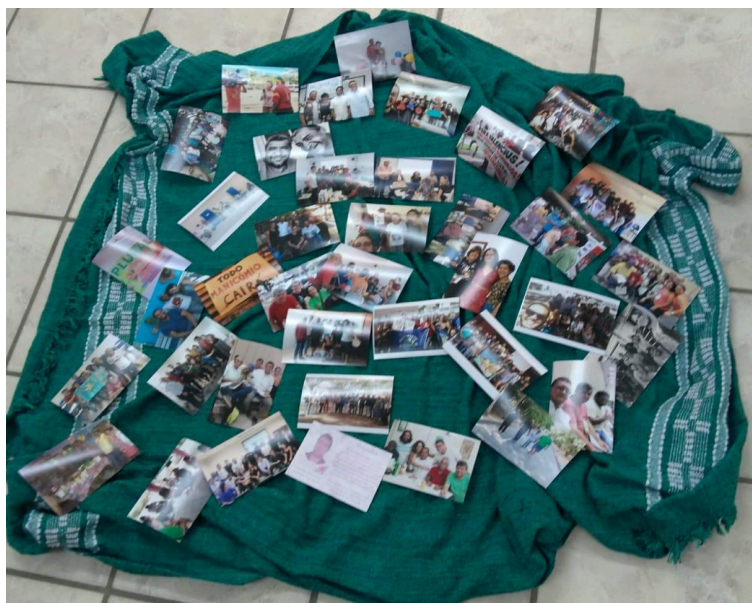


Figura 10. Fotografias do coletivo, usadas em atividade coletiva sobre memória.

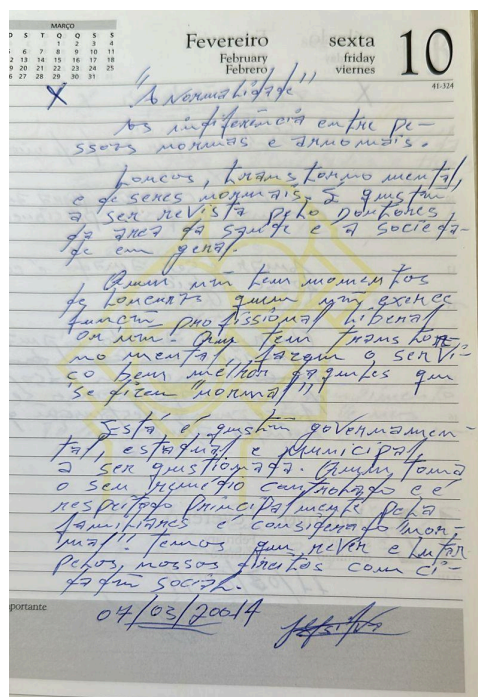


Figura 11. Texto escrito por João Maria, sobre a loucura (fac-símile com a íntegra do texto compõe os anexos desta tese).

4. Cartas para o futuro: aparelhos maquínicos de memórias minoritárias

E quem sabe, então o Rio será alguma cidade submersa. Os escafandristas virão explorar sua casa, seu quarto, suas coisas, sua alma, desvãos. Sábios em vão tentarão decifrar o eco de antigas palavras. Fragmentos de cartas, poemas, mentiras, retratos, vestígios de estranha civilização.

Chico Buarque

Estamos rodeados por memórias vivas, temporalidades, espaços e movimentos. Fragmentos de histórias me chegam das pessoas e situações mais diferentes e compõem a miríade de minhas próprias memórias. Nelas alicerço minha escrita, composta por lembranças dilatadas de minha duração, articuladas nos territórios em que habito, apresentadas a mim nas ações de militância e no encontro com pessoas tão diferentes quanto potentes.

Sou um pesquisador errante, faço notas dos encontros, datas, imagens e pessoas que encontro, na experiência de pesquisar a memória e articulá-la em possibilidades de ações dentro do campo da luta antimanicomial. Acompanho há anos um grupo de militantes que fazem da ação política, possibilidade de uma produção de saúde e cuidado coletivo. Nesse tempo, acompanhei processos de adoecimentos, tensões no campo dos modelos substitutivos, embates políticos, ações sociais no campo da saúde e produções artísticas que apontam para uma potência de transformação por meio de uma micropolítica de afetos e memórias.

Foi a partir desses primeiros anos que fiz uma escrita da história desse coletivo, na tentativa de um registro (ainda que parcial) da passagem e atuação de seus membros. Nesse processo, acabei me tornando membro do coletivo, travando relações de afeto e cuidado com seus membros e acompanhando as tensões dentro e fora do grupo. O processo de uma escrita do coletivo me colocou em contato com as memórias e histórias de seus membros. Esse contato me causou um impacto e um receio de que essas memórias, narradas a mim, fossem esquecidas.

Desse encontro com histórias e memórias, nas quais eu me inspiro e das quais tiro

força para reflexões e ações no campo da militância antimanicomial, surge o desejo de que esses fragmentos possam chegar a outros destinatários, não se encerrando em mim. Desejo memórias e histórias que se articulem, que possam mudar cursos, operar fissuras, trazer um certo saber ancestral dos que vieram antes, dos derrotados, dos sobreviventes.

Penso em cartas para o futuro como fragmentos de memórias, histórias e narrações, que possam durar no tempo, com a intenção de que cheguem a diferentes destinatários. Cartas como máquinas do tempo, garrafas ao mar, registros passados, lidos em um tempo futuro, como uma memória que possa se dilatar para além de minha própria existência. Dentro da perspectiva adotada nesta tese, pesquisar é provocar acontecimentos, nos produzir junto ao campo de afetações, mapeando não só de forma extensiva os acontecimentos, mas também no campo das intensidades.

Por meio desse processo serão apresentadas cartas/narrativas direcionadas a destinatários futuros, como forma tanto de registro de memórias e histórias de pessoas e acontecimentos no campo da saúde mental potiguar, como também de fragmentos de uma ancestralidade futura que possa inspirar e produzir movimentos a partir do contato com essas memórias.

4.1. Alerta aos leitores

As cartas a seguir são diabólicas. Atenção! Diabólicas naquilo que tentam operar: uma máquina literária que traz mortos, vivos, desejos, acontecimentos, fracassos, encruzilhadas, que traz o diabo na rua no meio do redemoinho²⁴. Estas cartas a seguir são máquinas de produzir presença, que traz ausentes infames, diversos nomes e acontecimentos e procuram não deixar quem as lê, alheio. Que tentam prender o olhar num rizoma, numa teia diabólica de

²⁴ Tomo a figura do diabo de Guimarães Rosa, como a pluralidade, que se contrapõe à imutabilidade de Deus, com seus vários nomes, levantando poeira, existindo e não existindo numa verdade-mentira, que se afirma à medida que se nega e, justamente por isso, perigoso.

produção de diferença que tensiona e intenciona que, ao final, quem as lê e quem as escreve já não sejam mais os mesmos. Há um mapa oculto nas cartas, lugares institucionais, territórios existenciais, espaços onde vidas se cruzam e produzem acontecimentos.

As cartas a seguir também são cartas de amor. Como nos contam Deleuze e Guattari (2017), todas as cartas são cartas de amor que podem assumir aspectos repulsivos, atrativos, reprováveis, comprometidos, propositivos, sem que essas características diferentes alterem sua natureza, sendo “parte de um pacto com o diabo, que conjura o contrato com Deus, com a família ou com o ser amado” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 65). Nestas cartas o amor não encontra representação no amor romântico ou cortez, não há representação senão a sua ação sobre as palavras que organizam memórias em uma história que possa ser transmitida.

Informo também que há uma mulher no horizonte dessas cartas (Deleuze; Guattari, 2017), cujo feminino não se expressa somente pela flexão de gênero do destinatário, mas naquilo que escrever produz: devires; e o primeiro devir é sempre mulher. Escrevo com mulheres, sou contagiado por essa abertura ao escrever essas cartas, vislumbrando essa mesma possibilidade do devir-mulher na(o) leitora(or) por vir. Não há o que explicar. Estas cartas são palavras interconectadas, escritas por alguém que não está mais presente, mas que pode ser chamado à presença do leitor para algo que possa ser uma prática a dois ou mais, a partir daquilo que possa produzir ação no mundo.

Primeira carta - Uma vida

Natal, agosto de 2023.

Cara leitora,

Lembrei de João essa semana.

Estive a procurar um livro que não encontrava há um bom tempo e me deparei com alguns livros de poesia. Lembrei da nossa conversa, tempos atrás, sobre seu desejo de escrever e publicar um livro com seus pensamentos e fiquei com vontade de lê-lo.

Não sou uma pessoa dada à poesia, são poucas as que me tocam. Acho que sou uma pessoa mais da prosa (e das cartas). De repente me vi com desejo de encontrar João nas páginas dos livros da pequena biblioteca que tenho em casa. De certa forma penso que posso encontrá-lo em alguns deles, afinal.

Ainda não me saiu da mente aquele encontro, em que tive a oportunidade de entrevistá-lo para o meu doutorado. Lá estava ele, simpático, com sua mãe sentada ao seu lado, ignorando a câmera que gravava nossa conversa. Nesse encontro ele me narrou sua infância, na qual um derrame cerebral o marcou e traçou seu caminho até aquele encontro. Dos tratamentos experimentais, na sua infância, dentro do navio americano que aportou em Natal nos anos 70, que o fizeram começar a andar e se desenvolver, da sua primeira internação (e das que se sucederam nos anos seguintes) e das suas ações com o Coletivo de Luta Antimanicomial; muitas coisas ocorreram.

Como poderia contar sua história para as pessoas que não o conhecem? Qual escrita poderia dar conta de falar da serenidade com a qual ele se dirige a nós quando fala? Ou quando compartilha um

pensamento? Ou do cuidado com o qual ele se dirige a sua mãe, agora com um quadro demencial tão avançado e que, durante tantos anos, lhe acompanhou e cuidou?

Imagino uma Natal bem diferente daquela que conheci quando vim morar aqui em 2018. Na sua história me vem a imagem das ruas ensolaradas de casas de muro baixo e jardins. Imagino como era sua rua naquela época, bem diferente, talvez, da rua de casas de muros altos, como os altos sons de música sertaneja, que tocavam da casa do seu vizinho, a se misturar com o barulho quase ensurdecedor de furadeiras e marteladas distantes das pequenas reformas de sábado. E lá estavam ele e sua mãe a sorrirem para mim, naquela tarde de sábado, me contando um pouco da sua história.

Como poderia escrever sua história? Será possível pôr em palavras uma vida? Uma vida, ou várias? Ele me disse que acredita que retornamos. Falou do livro de Chico Xavier que lera e dos centros espíritas que frequentou.

Como posso contar sua história?

Estou sozinho quando escrevo esta carta, numa UFRN também solitária no recesso de julho. Olho pela janela e vejo as copas das árvores, debaixo das quais sentamos tantas vezes, nos bancos de concreto nos dias de encontro do Coletivo de Luta Antimanicomial PLURAL. Vejo o vento bater nas folhas verdes. É inverno. Acho que não estou sozinho, afinal. Enquanto escrevo, me visitam tantas pessoas. Vejo ele ao meu lado.

Engraçado, tem um autor de que gosto muito, chamado Walter Benjamin, que talvez você gostasse. Em um dos textos dele, sobre o narrador, ele diz que mesmo que estejamos sozinhos, fisicamente ao ler, sempre estamos na companhia do narrador. Veja que coisa maluca:

escrevo com João ao meu lado, imaginando estar ao seu lado, quando você lê esta carta. Faz sentido?

Será que sou eu mesmo que escrevo? Sozinho, com certeza não. Escrevo com ele, e com tantos outros. Não estou sozinho, afinal.

Das coisas que ele me contou, me marcou muito como uma deficiência física em decorrência de um derrame na infância acabou se tornando um significante para as relações que as pessoas passaram a travar com ele. Como se o fato de ter uma parte do corpo visivelmente comprometida acabaria por torná-lo alguém que não pudesse decidir e assumir responsabilidades e estivesse diretamente dentro do mesmo conjunto de pessoas alienadas de si. Ele me contava que as pessoas lhe poupavam esforços e o tratavam como um coitado e como isso o afetou com os anos. Esse tratamento parece contrastar muito com o relato do jovem que, mais tarde, passou a se dedicar à leitura, aos estudos, participando do grêmio estudantil, além dos esforços para trabalhar, ajudando a família, apesar das limitações físicas.

No fim, ele me contou que foi a bebida que o levou pela primeira vez ao manicômio. A tentativa de se afogar nos bares, como se pudesse dragar os sentimentos do mundo para dentro de si. João me relatava o sentimento de bravura e força que a bebida lhe trazia e que durava só até o próximo gole, separado por uma culpa vazia e o sentimento de impotência entre suas idas aos bares, na juventude.

Foi nesse período que me contou que teve sua primeira internação. Lembro como fora difícil o relato dos momentos de internamento que se seguiram a este primeiro: a comida estragada, as violências entre internos e dos profissionais que, supostamente, deveriam cuidar deles. Imagino como deva ter sido para sua mãe

também, que o acompanhava nesses internamentos.

A sensação que me vinha, ao escutá-lo, era que a vida acontecia nos intervalos de suas internações: o amor por aquela menina, que não se concretizou; as tentativas de trabalho, mesmo com as limitações do corpo; as relações conturbadas, por vezes, com seus irmãos; a morte de seu pai. Como se a vida fosse o que acontecesse quando não se está internado.

Quando eu era mais jovem, nos meus vinte-e-poucos-anos no Recife, trabalhei na saúde mental do município e passei por alguns dos grandes (e não tão grandes) manicômios do município e do Estado. Durante sua fala me peguei lembrando dos diferentes, e tão semelhantes, espaços manicomiais pelos quais passei como profissional. Era como se o tempo nesses lugares tivesse uma lógica própria, como se fosse sempre o mesmo dia, todos os dias. As variações perceptíveis decorriam da iluminação do dia e da chegada da noite, para então se iniciar o mesmo dia lá dentro. Em especial, lembro do Sanatório Recife (antigo manicômio da rua Padre Inglês) onde vi um paciente nu ter os cabelos raspados por um técnico em uma sala aberta, próxima ao pátio e também, ao subir para o pavilhão feminino, vi as grades de ferro que iam do chão ao teto, por onde se infiltrava a luz do dia.

Quando ele me descrevia seus internamentos, em minha mente vinha essa imagem, que também não se diferenciava muito do Instituto de Psiquiatria do Recife, do Sanatório de Olinda, do Hospital Luiz Inácio, ou do Hospital Ulisses Pernambucano, conhecido como "Tamarineira" (todos no Recife e sua região metropolitana), numa mônada de tempo, congelado, preso no eterno retorno do mesmo.

Mas a vida de João não era só isso, não é?

Lembro dele contar, feliz, que fez parte do grêmio estudantil do seu colégio e ter participado de movimentos a favor dos estudantes durante a Ditadura. Também de ensinar ao filho do seu vizinho a ler. Sei que ele trazia muito o papel da bebida em sua jornada, dando-lhe coragem e o acolhendo quando ele "abaixava a cabeça", ao mesmo tempo que o afastou do "olhar carinhoso" da vizinha, com a qual flertava em silêncio.

Houve um momento em que as duas internações por ano, pelas quais ele passava, tiveram um fim: quando ele conheceu, nos anos 90, o NAPS de Natal. Sabe que o NAPS de Natal foi um dos pioneiros do Nordeste, antes da lei 10.216? E ele fez parte dessa história.

Ele me contou que, depois que o NAPS virou CAPS, ele passou só por mais dois internamentos, até agora, e que nestes últimos ele conheceu o respeito ao paciente no Hospital João Machado. Lá, no NAPS/CAPS ele disse que fez diversas atividades: teatro, música e até aprendeu a pintar camisas. Foi nessa época que ele começou a ler livros de Psicologia para "se conhecer melhor". Lá também ele conheceu as pessoas que, mais tarde, seriam seus companheiros de militância na PLURAL e que, como também falou, o deixavam mais antenado e mais tranquilo, ao lhe receber, lhe acolher e dar voz ao próximo.

Acho que são momentos importantes, que não podem ser esquecidos, diante da dor e do horror dos momentos das internações pelas quais ele, e tantos outros, passaram.

Às vezes penso que nós (acadêmicos, professores, pesquisadores, historiadores) acabamos por focar bastante nas imagens e nos relatos dolorosos, em um detalhamento quase mórbido das sevícias sofridas pelos usuários. Não que não sejam importantes e impactantes esses

relatos, nem que não tenham sua contribuição para ações de mudança. Mas é que, muitas vezes, esses exemplos acabam servindo a uma certa exposição selvagem de pessoas e corpos já tão desumanizados, que tomam ares de ilustrações genéricas em um livro de terror. Em uma conversa que tive com Aninha e depois com Brígida (minha orientadora e amiga da base de pesquisa da UFRN, respectivamente), com a participação de Mabel (estagiária de Iniciação Científica da minha pesquisa, que faz um acompanhamento de João), fiquei a pensar sobre as imagens que tantas vezes vemos projetadas (e que projetamos) em aulas e palestras sobre a história da luta antimanicomial. Os corpos subnutridos, negros em sua totalidade, violentados, desnudos, contidos, atados, submetidos aos choques, os vídeos e trechos dos relatos de violentados e violentadores. Imagens que, ao mesmo tempo em que cumprem uma função de denúncia e de impacto sobre as consequências de uma prática desumanizada, parecem, também, se juntar a um certo prazer do olhar e do fascínio pela dor.

Pensei nessas imagens, imutáveis, congeladas no tempo, como a repetição do mesmo dia que senti ao passar pelos manicômios do Recife. Ou talvez como nas aulas de exposição de pacientes do manicômio, nas quais se convidava um paciente ao anfiteatro do hospital para "conversar com os estudantes de Psicologia" que, após perguntas e respostas desconexas, fechavam-lhe as portas e discutiam na privacidade acadêmica sobre as manifestações fenomênicas da loucura, não sem um certo prazer. Sinto uma certa vergonha de me ver nesse relato, que não tem nada de hipotético.

Ah, cara leitora, acho que não devo ser tão diferente dos profissionais que João conheceu em suas internações.

Mas essas imagens e esses relatos não são uma vida, não é? Não

são mais nem menos importantes do que o olhar carinhoso, ou o encontro que tive naquela tarde com João; do que as visitas de amigos como Eugênio, para incentivá-lo a escrever, ou Max a inspirá-lo para a militância da saúde mental.

Como podemos contar sobre esse lado feliz e laborioso da vida, que se constrói no encontro e nas amizades, que ressignificam dores e apontam caminhos de afirmação de uma vida? Acho que esse é um trabalho mais dado à poesia, com a qual ele tem mais proximidade do que eu. Gostaria de ler uma poesia sobre a vida de João, sem poupar dores e amores.

Fiquei pensando sobre a entrevista feita e que resultou nesta carta. Nela eu li os termos de consentimento para ele e sua mãe, informando sobre minha pesquisa, sobre memória e loucura. Terá sido ela uma repetição de tudo aquilo sobre o qual eu refletia há pouco? Penso que não. Fiz-lhe perguntas, sim, dentro de um contexto de pesquisa e de produção de saber. Mas o que ele me deu foi uma vida, nada mais, nada menos, sem poupar seus afetos. Não há nela nada a se interpretar, nenhum sentido a dar, que não sejam os narrados por ele. E é na companhia de João que escrevo essa carta, onde uma linha de fronteira se rompeu entre nós.

É nesse entre nós que me encontro, quando relembro sua resposta à minha pergunta sobre o que é a loucura e ele me responde que a loucura é a sociedade que a impõe e que se a gente não tiver segurança a gente dança (Basaglia não teria resumido melhor) e, ao final, quando lhe perguntei o que era saúde mental, ele falou de pronto: "Tudo!".

Tudo. Uma vida.

Me lembrei aqui, que ele protagonizou uma peça com Breno (na

época estudante de Psicologia, membro da PLURAL), anos atrás, quando surgiu a Cia Cenopoética do Vento dos Avoados, chamada "Dois homens, um encontro". Lembro de uma foto, que hoje tenho somente em minha memória, em que eles dois aparecem fazendo essa peça. Penso aqui que, em algum momento da minha história, minha vida encontrou a dele também, duas vidas se encontraram.

Com carinho,

Carlos



Figura 12. João Maria com sua mãe, Sra. Izaura.



Figura 13. Foto de João Maria recebendo um livro de poemas do Pablo Neruda de presente em um encontro da PLURAL.

Segunda carta - Os olhos de Jailton

Natal, fevereiro de 2024.

Cara leitora,

João morreu.

Algo em mim se foi também. Comunico o falecimento de um amigo a você, não por esperar simpatia, mas porque preciso lhe dizer que, nessas cartas, vida e morte estão presentes.

Me dei conta de que, assim como João, outros membros da PLURAL (já com certa idade) também poderiam partir a qualquer momento. Um sentimento de urgência difusa e medo me tomaram naquele momento, e ainda ecoam no momento em que lhe escrevo. João sobreviveu a internamentos difíceis e partiu em um de seus melhores momentos, fazendo planos, participando das oficinas de poesia e dança do Centro de Convivência de Natal, querido por tantas pessoas. A história de João é um pouco da história de cada membro da PLURAL, ao mesmo tempo que é uma história única e totalmente diferente dessas.

Numa das reuniões que se seguiram, após sua morte, estive sentado ao lado de Jailton. Jailton é um senhor magro, de cabelos e bigodes brancos, pele num tom de bronze, como se fosse feito dessa mesma liga metálica que parece moldar seus músculos e esculpir as rugas de sol que tomam seu rosto. Ele tem olhos opacos que, às vezes, se perdem no horizonte, mas também tem olhos de raposa. Sorri pelo canto da boca e não tem medo de dizer o que pensa. É um dos fundadores do Coletivo PLURAL. Eram seus olhos, impassíveis, que os meus, marejados, fitavam naquela reunião. Olhos que viram o mundo. Olhos austeros para a dor.

"Eu já quase morri e já quase matei no manicômio" - nos contava por vezes. "Sou, talvez, o único sobrevivente desses manicômios

antigos" - fala com um orgulho meio solitário, como quem diz "testemunhe!".

Nessa carta lhe convido a também dar testemunho.

Os dedos magros, cheios de anéis de prata em contraste à sua tez, se tocavam enquanto ele falava sobre sua primeira internação, quando de uma entrevista que lhe fiz para a tese que estava a escrever. Ele olhava para mim, fitando meus olhos e não a câmera que lhe registrava a imagem. Ele falava de uma Natal ainda tomada pela areia das dunas, que se estendiam de Ponta Negra até quase o bairro de Mirassol. "Eu trabalhava como cobrador de ônibus nessa época".

"Sou de família de caboclo, dos encantados da floresta", falava em tom de confiança, com a voz quase gutural e olhos vivos, enquanto passava o dedo em seu braço, destacando a cor de sua pele. "Também sou descendente de terríveis piratas antigos", reivindicando origem bucaneira e florestal, um entre-lugar entre o encanto e a pilhagem. Caboclo das matas e reisados, morador das margens da maré onde encontra cobras nas cheias, conta que nunca foi criança e que, somente na avançada idade, aprendera a brincar.

Olho pra ele e penso nos espíritos que Viveiros de Castro, um antropólogo brasileiro, fala, ao refletir sobre corpo e alma em perspectivas ameríndias dissidentes. Ele conta que, nessa perspectiva, todas as coisas do mundo teriam alma, havendo uma diferenciação dos corpos. O rio, os animais, as montanhas, humanos e não-humanos teriam em comum a alma. Ele diz que todos os componentes do cosmos são intensivamente pessoas, isso porque podem se transmutar nestas em algum momento. Será Jailton uma dessas

revelações, que assumem forma de pessoa e nos mostram o encantamento da mata, mesmo nas paredes de concreto onde nos encontramos semanalmente?

Ele é corredor, maratonista tardio. Nos mostra as medalhas dos pódios que alcança, reclama, indignado, de outros competidores que não tem “deficiência mental” e correm na mesma categoria que a sua: “Eu sou doente mental, tenho *pilepsia*, e um novinho, todo bom, só porque não tem um braço, corre na mesma categoria que eu!”. Seus pés percorrem as ruas asfaltadas, bloqueadas ao tráfego, nas competições que participa, e seu corpo toma o lugar dos carros, correndo entre dunas e prédios. Faz muito sol, mas a superfície de bronze polido do seu corpo reflete os raios. Os ventos de Natal empurram seu corpo magro. Se chove, as gotas o atravessam. Fantasio sua corrida como se a natureza reivindicasse seu direito a percorrer as ruas. Penso no mistério do seu caminhar.

Marquinhos²⁵, um querido amigo, me sugeriu, tempos atrás, a leitura de um livro de um professor marxista que, por acaso, possuía um ensaio sobre Édipo Rei e que tinha por título, justamente, “O mistério do caminhar”. Nesse ensaio ele traz que nós esquecemos o feito extraordinário que é andar. Andar é uma ação que custamos a aprender na infância e que, após um breve tempo de vida, acabamos por desaprender (isso quando não somos acometidos por algum mal que possa afetar nossa locomoção). Fiquei inicialmente tocado por esse ensaio, porque meus joelhos já não tem cartilagem e sofro dores em dias mais úmidos e frios. Sou uma pessoa grande e pesada, de locomoção lenta e, assim como o Édipo apontado no ensaio, tive meus

²⁵ Marcos Arraes, historiador pernambucano, baixista de mão cheia. Irmão de Ana, que me trouxe um pouco do Recife aqui para Natal.

dois pés fraturados na infância. No meu caso, fraturados e reconstruídos cirurgicamente para que pudesse andar melhor no futuro. Mas também lembrei de Jailton.

Nem sempre ele fora um corredor. Segundo nos conta, essa possibilidade surgiu a partir de um encontro com uma estudante de Psicologia da UFRN, na época em que ele participou de uma ação de plantio de mudas no Campus. "A menina, Kalliny, me fez dar os primeiros passos, aprendi a andar com ela", falava com brilho nos olhos. Hoje Kalliny é professora de saúde coletiva na UFRN e ainda mantém contato com Jailton, que ainda se refere a ela como menina, estagiária. No ensaio que comentei, Peter Stallysbrass (seu autor), comenta que no processo de aprender a caminhar acabamos por absorver em nossos corpos essa mão que nos auxilia (essa terceira perna), absorvendo com ela o equilíbrio e a sensação de segurança que ela nos dava. Penso que quando Jailton corre, a mão da menina Kalliny está lá. Penso também que, quando escrevo, a mão da minha mãe, que fora professora primária, está lá a ajudar a segurar o lápis.

Da mesma forma, acredito que algo de também está presente nas ações dos membros do coletivo de luta antimanicomial que participo.

Como havia dito, Jailton foi um dos fundadores do Coletivo de Luta Antimanicomial PLURAL, em um CAPS de Natal, junto com técnicos, familiares e profissionais da saúde mental. "Digamos que eu plantei a semente do que seria a PLURAL", fala solene olhando em nossos olhos, perscrutando os olhares de todos os presentes.

Jailton também é membro do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura do RN, junto com Priscila, psicóloga que, assim como Kalliny, teve sua formação junto à militância da PLURAL e teve Jailton como um mestre de sua formação. Em uma das inspeções do

Comitê a um velho manicômio particular de Natal, que hoje assume ares de hospital geral com leitos psiquiátricos e futuro espaço de residência médica (mas que mantém um lobby político e certo monopólio das internações psiquiátricas, particulares e vinculadas ao SUS, na capital), Priscila e Jailton relataram um embate com a direção do hospital. A propósito dessa inspeção, questionaram a coordenação (na figura do psiquiatra, diretor do hospital, e conhecido dele em internações neste e em outros manicômios) sobre as mortes recentes ocorridas na ala psiquiátrica, ao que a coordenação disse desconhecer as causas por não estar de posse dos relatórios das causas, seguiu-se uma cena interessante:

Na sala do hospital, com a equipe médico-administrativa do estabelecimento, estavam os membros do comitê (assessores de políticos, pessoas pró-manicômio, representantes de entidades religiosas, membros de movimentos sociais, pessoas com posições políticas diversas). Jailton, com sua audácia, diante da recusa do diretor em responder seus questionamentos, abordou o histórico de violações de direitos que ele mesmo sofrera naquele hospital e dos quais fora testemunha, como o uso do eletrochoque enquanto forma de tortura. Nesse momento, o diretor dirigiu-se a ele (em uma das poucas vezes que, ao que pareceu, se deu ao trabalho de responder um senhor idoso e negro, sem escolaridade) negando veementemente as práticas alegadas por Jailton em seus 40 anos de prática médica naquele hospital, ao que Jailton retrucou que ele já havia sido internado naquele espaço, muito antes do diretor vir a ser médico e que ele era "muito mais antigo naquele hospital" e que afirmava, com firmeza, que havia tido sim prática de torturas e uso de eletrochoque.

Imagino as imagens da cena: Jailton a falar olhando nos olhos do psiquiatra de jaleco branco, desmentindo seus argumentos, com a autoridade do sobrevivente, diante dos presentes. Imagino a tensão e os olhares para a audácia do velho negro, ex-interno, agora em posição de inspetor pelo Comitê de Combate à Tortura, interpelando o médico, que se vê obrigado a tratá-lo como igual.

Durante o relato não havia felicidade ou gozo na fala de Jailton, ao relatar o embate com o psiquiatra que ele conhecia de suas internações. Havia uma sobriedade com relação ao poder que exercia ao ocupar o lugar de membro do comitê. Ele estava preocupado com as mortes que ocorreram, mortes das quais não haviam testemunhas, como se houvesse alguma possível salvação para aquelas pessoas das quais eu ignorava os nomes e as histórias ao ouvir Jailton. Apenas via seus olhos.

Em uma passagem seu livro²⁶, Beatriz Sarlo, a propósito do relato do Primo Levi sobre sua experiência no Campo de Concentração Nazista, pondera que o sujeito do testemunho é sempre uma pessoa morta. O testemunho do sobrevivente de uma experiência de violência limítrofe é sempre incompleto porque não substitui a fala dos mortos. Os olhos de Jailton assumem o paradoxo do testemunho: o sobrevivente ocupa o lugar dos testemunhos dos mortos. Seus olhos nos tornam também testemunhas, não se escapa impune ao seu olhar.

Jailton, caboclo dos encantados da floresta. Enquanto escrevo penso nele como espírito que se manifesta no presente e impede que o passado seja esquecido, como se dissesse "olhe para mim e testemunhe!".

²⁶ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Ele nos ensina uma força na luta pela memória. Memória minoritária, memória jailtoniana! Em território inimigo ele não recua, põe a vida em jogo, se arrisca a apontar as fissuras nas paredes, que atravessam a sala recém-pintada e climatizada e chegam aos leitos psiquiátricos que mantêm as barras de ferro e aos quais eles tiveram acesso proibido durante essa visita. Fissuras por onde escapam relatos vagos e fugazes de violência, estupro, humilhações e outras violações.

Jailton ainda corre. Outro dia compartilhou fotos de seu último pódio, orgulhoso, recebendo nossas felicitações. Cobra a camisa e a bandeira com a logomarca da PLURAL para erguer no pódio de suas corridas.

Acredito que ele não corra só. Corremos todos com ele.

Com carinho,

Carlos



Figura 14. Registro de Jailton, em momento de reflexão, durante oficina sobre memória, realizada na UFRN.



Figura 15. Registro de Jailton, com os troféus e medalhas conquistados durante a Meia maratona do SOL.

Terceira carta - A queda/ Lixo humano

Natal, junho de 2024.

Cara Leitora,

Conheci Alberto há poucos anos, quando me aproximei do Centro de Convivência e Cultura de Natal, o CECCO. Este serviço compõe a RAPS de Natal e, atualmente, fica no terreno do antigo leprosário da cidade, junto ao CAPS infantil e o CAPS II Oeste do município, no que vem sendo chamado informalmente pela gestão municipal de "Complexo da Saúde Mental".

Alberto fez o movimento inicial de chegar à PLURAL, junto com outros convivas do CECCO, com os quais membros da PLURAL já se relacionavam. Vestido dos pés à cabeça com capacete, roupas de ciclismo e uma pequena pochete na cintura, trazia uma fala afiada, forte, diretiva, questionadora de todo lugar de poder. Esta postura produzia discussões bastante acaloradas, mas nem por isso menos potentes sobre as ações políticas dos usuários da rede de saúde mental. Anarquista de toda forma de poder, desejoso por conexões afetivas.

Mas nem sempre foi assim. Há um Alberto anterior, que trabalhava como profissional de telecomunicações, fazendo manutenção em postes enormes de energia. Sobre esse Alberto, que passava meses fora de casa, viajando a trabalho, ele dizia: *"Para a empresa eu era um animal, eu dava lucro"* e *"Eu era um péssimo pai, não levava minha filha à praia, à escola, ao shopping. É que as empresas me sugavam muito, me davam uma visão de bens materiais, de dinheiro, você ficava circulado de dinheiro"*. Homem-máquina, animal de produção de lucro, provedor ausente, são significantes trazidos em sua fala de forma corriqueira.

Mas as máquinas quebram, o animal adoece e a empresa segue seu lucro a despeito das peças corroídas e das carcaças abandonadas. Seu ponto de ruptura foi à queda.

Alberto caiu de um poste de transmissão em Barra de Santa Rosa, na Paraíba. Seu corpo fora atirado ao chão, morto. Três dias depois, acordou na capital, João Pessoa, um outro Alberto, para uma outra vida. Ficara para trás a história de sucesso do jovem que estudou para ser técnico em telecomunicações em uma época que esta era uma área em ascensão, conseguindo um bom trabalho, vindo a se apaixonar, casar, ser pai, comprando uma casa, uma moto, montando um salão de beleza para sua esposa, comprando uma outra casa, reconhecido em nível regional pelo seu trabalho.

Como Mabel²⁷ certa vez pontuou sobre sua queda que, ao o levantarem, algo ficou no chão. Outra história se iniciou a partir daí. Alberto teve de reaprender muita coisa, das simples às mais complexas. Dentre elas, sustentar a presença dentro de casa, sua identidade para além do trabalho e dos bens que lhe proporcionava.

Desterritorializado, sem ter o costume de beber, tornou-se alcoólatra diante da aposentadoria precoce que lhe retirou boa parte de seus vencimentos, impedindo de continuar com o plano de saúde, de conseguir pagar o colégio da filha e de sustentar a relação com a esposa, que veio a os abandonar.

Ponto de ruptura. Em um rompante de agitação lá se foi o portão da casa de sua mãe. Lá se foi Alberto, levado para o internamento no Hospital João Machado.

Queda e deriva. Lá se foram os dias de internamento, o medo, a

²⁷ Wanessa Mabel Oliveira, grande amiga materialista histórica, que tenho em comum com Alberto, que fora bolsista de Iniciação Científica da minha pesquisa e, posteriormente, colega de PPG, que agencia a escrita dessa carta.

fome e a despersonalização que ele encontrou na instituição. No hospital “as coisas melhoraram quando aprendi a ficar calado”, “eu tomava 16 comprimidos”. Ao se sentir injustiçado era lido como agressivo e imobilizado. Aprendeu a se calar. Calado, silenciava a vontade de assistir algum programa na tv que ficava ligada somente no canal que o “guarda” queria. Calado, sufocava o desejo por comer algo diferente da comida que era servida no hospital. Calado, aprendeu a esconder os medicamentos embaixo da língua, para depois cuspi-los, e poder saber o que estava acontecendo. Calado, pede para sua mãe denunciar os maus tratos sofridos na instituição, tarefa que ela leva a cabo e faz chegar ao Ministério Público.

Seu calar não o impediu de ser o que Luis Antonio Baptista chamaria de “contador de histórias perigosas”²⁸. Exilado de uma vida anterior que não voltaria, de seu catre, da queda, um novo horizonte desponta. Caminhos nômades.

Esses caminhos entre as reinternações, o uso abusivo de bebidas alcoólicas, o ciúme da ex-esposa e a fragmentação das relações o levaram ao antigo CECCO, que na época funcionava no primeiro andar do Hospital dos Pescadores, próximo ao porto e mercado de peixes de Natal.

“Estamos montando o CECCO, vai ser bom pra você”, foi o que ouvira na época, quando ainda “tomava 12 comprimidos e pesava mais de 100kg, acredita?”. Alberto passou a construir uma outra relação consigo e com os saberes que permearam seus internamentos.

Com a voz embargada dizia que “[...] o centro de convivência me resgatou, eu penso, como eu cheguei no CECCO tomando 12 comprimidos,

²⁸ Em seu artigo, intitulado “Fragmentos de um horizonte em ruína: divagações sobre histórias dos restos”, de 2022.

pesando quase 100kg, há seis anos? Essa pergunta eu faço eu comigo, eu e minha consciência e nós dois entramos em acordo. Como você chega no centro de convivência, não tem psiquiatra, só a psicologia, e só tem mulher, psicóloga mulher? ... eu tinha muito medo de mulher". Lá, diferente do CAPSad, que lhe proibia o uso de certas ferramentas, ele usava martelo e chaves-de-fenda como terapia para a produção de arte, de reconstrução e transformação de objetos descartáveis.

Em lágrimas, me olhando, confessava, em tom de vergonha e tristeza, que "[...] não sabia o que era teatro, não sabia o que era poesia", "antes minha vida... eu sabia mexer em quadros de energia, transmissão de fibra ótica, wi-fi, eu sabia montar tudo isso... mas tinha outra pessoa dentro de mim, eu tenho certeza, tinha outra pessoa que gostava de dança, de arte". "Quando cheguei no Centro de Convivência, eu não acreditei", "eu, que era chamado de lixo humano", "as peças de teatro quebraram minhas correntes mentais...". "Só de poder falar a felicidade que eu tenho, eu consegui... eu posso comer coisas naturais, ter um quartinho bem simples, ir no SESC e fazer academia e dança. De lá do SESC eu consigo chegar no Centro de Convivência e participar [das atividades], eu posso dizer que consegui... e se eu consegui, o outro consegue!".

Turbilhão. Alberto me narrou fragmentos de sua história em diversas ocasiões. Os trechos acima me foram relatados antes de sua primeira grande exposição. Conheci Alberto já artista plástico e foi desse lugar que conheci, posteriormente, outros Albertos, tantos quantos suas diferentes esculturas (manequins quebrados, gaiolas abertas, correntes partidas, faces retorcidas, cores por todos os lados). Dos lixos, objetos descartados, que coletava por suas

andanças, produzia esculturas que reivindicavam olhares e que não nos deixavam permanecer os mesmos. Peças que nos mostravam que somos feitos dos mesmos materiais. “Disseram tanto que eu era um lixo humano que resolvi virar isso mesmo”, dando humanidade aos descartáveis, aos objetos indesejados, montando algo que punha em xeque nossa própria humanidade.

A multidão em Alberto extrapolava seu próprio corpo, convocava os demais convivas do CECCO. Queria que sua primeira grande exposição fosse também a exposição da produção artística de todo o centro. Ela se deu na Capitania das Artes de Natal, por meio de uma grande articulação coletiva que envolveu a UFRN, o Centro de Convivência, movimentos sociais, produtores culturais, articulações políticas, a partir das pesquisas de doutorado de Júlia²⁹ que produziu uma tese acontecimento, uma intervenção cultural na capital potiguar. Nos dias da exposição houve entrevistas, artigos e notas em jornais da cidade, exposição audiovisual, houve sorrisos e abraços. Lá encontrei Alberto, a ser anfitrião das artes.

Meu último encontro com Alberto foi durante o Maio de Lutas, na Câmara dos Vereadores de Natal, durante uma assembleia pública em defesa da luta antimanicomial. Alberto estava particularmente irritado com as más condições estruturais dos serviços, a falta de medicação, e a promessa de envio de recursos por meio de emendas do vereador Daniel Valença³⁰, do PT, que presidia a assembleia pública nesse dia. Estava inquieto, conversava aqui e acolá com convivas,

²⁹ Júlia Schenkel, doutora em Psicologia, musicista, artista, ex-gestora do Centro de Convivência e atual coordenadora de Residências Terapêuticas em Natal. Sua tese de doutorado intitulada “*Por uma clínica do interstício: intervenção-pesquisa no Centro de Convivência e Cultural de Natal*”, pode ser acessada em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58473>.

³⁰ Daniel Valença, professor do curso de direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, vereador pelo PT, com histórico de apoio e defesa da RAPS de Natal e que, nas eleições de 2024 recebe a maior votação como vereador de Natal, com mais de 8 mil votos. .

militantes, profissionais e demais presentes, lembro de ter a impressão de que tramava algo. Durante a assembleia, fora composta uma mesa com diversos representantes da política, da gestão municipal, da militância e dos usuários, uma mesa composta quase em sua totalidade por representantes da luta antimanicomial. Alberto, da plateia, tencionava as falas e dizia palavras de ordem diante do compromisso assumido pelas autoridades, ou o progresso apresentado com relação às demandas trazidas pelos movimentos. O plenário estava lotado de usuários, familiares, militantes históricos e jovens da luta antimanicomial, pesquisadores, atores políticos progressistas, assumidamente parceiros da RAPS. Mas havia uma tensão no ar: a inquietação de Alberto e um certo receio de que sua irritação e loquacidade pudesse se transformar numa intervenção de questionamento que se tornasse um *fogo amigo*, que acabasse por dar munição para a gestão de direita do município usar contra o movimento social organizado da RAPS (dado o peso da crítica de um usuário da RAPS).

Não sei como as informações correram até a mesa, mas no momento em que Alberto se dirigia em sua direção, como para pedir a palavra, o presidente interrompe a fala para informar que havia enviado recursos, porém a gestão municipal do prefeito Álvaro Dias não executou as ações, assim como outras emendas federais enviadas para o município. Alberto pára, escuta e retorna, diante do discurso que escancarava a incapacidade da gestão municipal de arcar com as ações que geraram tanta expectativa nele e nos demais usuários do CECCO, cuja verba seria usada para consertar os banheiros dos usuários. Seus olhos fitaram os meus e ele sorriu jocoso. “Era isso que eu queria, eu sou um provocador”, me disse na ocasião.

Hoje penso nas suas palavras. Volto-me a essa cena de vez em quando. Penso nela como uma intervenção bem sucedida, que operou um reconhecimento de incapacidade que quebra o discurso chapa-branca das promessas políticas que se acumulam. Intervenção silenciosa que convoca o outro do discurso a reconhecer sua queda, sua incapacidade de prover tudo o que promete, de se mostrar frágil e, justamente por isso, passível de se reerguer, como o próprio Alberto se reergueu de sua queda.

Alberto permanece um provocador, ainda produz suas esculturas e participa dos encontros da PLURAL. Ainda insiste em viver e tensionar a vida das pessoas com as quais se encontra.

Alberto continua a produzir vida dos restos.

Com carinho,

Carlos



Figura 16. Registro de obra de arte de Alberto, apresentada na primeira mostra de arte do CECCO.



Figura 17. Cartaz de divulgação das obras de Alberto na primeira mostra de arte do CECCO.

Quarta carta - Mulheres

Natal, setembro de 2024.

Querida leitora,

Escrever cartas tem sido difícil. Tem sido difícil administrar a multidão que se atropela em mim e reivindica fala. Difícil também perceber que tenho contado sobre a história de homens atravessados pela manicomialização, enquanto poucas linhas se dedicaram às mulheres e suas memórias.

Estou rodeado por mulheres, faço parte de um programa de pós-graduação majoritariamente feminino. Mulheres que orientam minha escrita; mulheres com as quais compartilho textos, que os leem e me dão retorno, que apontam e sugerem autoras que não tenho proximidade, que agenciam diversos processos dentro e fora da academia; mulheres com as quais compartilho sonhos, projetos e vida; mulheres que também passaram por processos de manicomialização tão ou mais aterradores e abjetos quanto os homens sobre os quais escrevo. Mulheres que também me escapam, e que reivindicam a narração de suas histórias.

Dona Isaura talvez tenha passado mais tempo entre os manicômios e internamentos em Natal, sem possuir transtorno, do que muitos usuários da RAPS que conheci. Isaura sempre fora pra mim Dona Isaura. A conheci, sempre na companhia de seu filho João, em reuniões da PLURAL. Pequena, calada, discreta, dona Isaura parecia mais jovem que seu filho. A senhora negra que iluminava o ambiente e

acompanhava com os olhos, por trás das lentes grossas de seus óculos, a fala do filho, sempre presente nas ações políticas ao seu lado. Penso que seu silêncio dizia muito, exigia respeito e, de certa forma, me fazia sentir protegido. Teve quatro filhos, ficou viúva, e acompanhou seu filho João por toda a vida dele.

João me contou que sua mãe era sua grande companheira e que esteve com ele tanto em suas internações psiquiátricas, quanto nos anos que se seguiram às suas ações de militância, a partir do primeiro NAPS e da PLURAL. Há diversos registros e fotos de dona Isaura nas ações da PLURAL, do CAPS e demais intervenções. A câmera parecia que a capturava por acaso, no canto a observar, testemunhar seu filho articular e participar de espaços que tensionavam modelos manicomialis dentro da saúde mental de Natal.

Tentei entrevistá-la uma vez. Ela ria das minhas perguntas, perguntas bobas talvez. João me contou sobre como a demência vinha afetando sua memória, fazendo ela se esquecer das coisas. Dona Isaura escutava essa explicação e ria. Olhava pra mim e João, por vezes se distraía com o pequeno microfone de lapela de seu vestido, colocado para captar sua fala. Lembro do seu riso contido, quase como uma pequena tosse. Dona Isaura era um mistério pra mim. Pequenininha, poderia caber em meus braços.

Pouco antes do falecimento de João, acompanhei Aninha e Breno em uma visita à casa deles. Eles conhecem a dona Isaura há muito mais tempo e tem uma relação afetiva com ela. Enquanto preparava o café na cozinha e sorria ao escutar os elogios de Ana à sua casa, me dei conta como tudo era exatamente do seu tamanho. O balcão, a mesa de jantar, o fogão, tudo parecia pequenino. Me senti um gigante desajeitado, segurando a xícara de café. Havia algo na relação de

Ana com dona Isaura, que percebia estar muito distante de mim. Era o encontro dessas duas mulheres, tão diferentes e tão próximas. Tinha a impressão que havia algo que elas conversavam em segredo, entre mulheres, que escapava aos homens barulhentos na sala. O mistério do encontro entre essas duas mulheres. Tempos depois comecei a perceber com maior facilidade os encontros das mulheres. Ainda é um mistério pra mim.

Não vi mais dona Isaura desde esse último encontro. Soube que ela está aos cuidados da filha, na casa desta. Ela, por vezes, esquece onde se encontra e pede para voltar para a casa onde morou com seu filho João. Eu não sei de sua vida sem João, não saberia contá-la para você, se me questionasse. O que posso dizer, talvez, é que dona Isaura é uma mulher que acompanhou todas as intonações de um filho amado, que testemunhou violências e processos de mudança dentro da RAPS de Natal. E sua presença e seus gestos sempre confirmaram os relatos de João sobre as violências sofridas por ele. Ela sempre acenava um sim para a fala dele. Um testemunho silencioso e afirmativo, como se não existissem palavras para descrever o que seus olhos viram. Talvez não existam mesmo.

Conheci Cleone em uma reunião da PLURAL, na qual acompanhou sua filha Katiane. Nessa época Kati estava participando ativamente das Conferências Municipais e Estaduais de Saúde Mental, representando os convivas do CECCO, com falas bastante contundentes, inventivas e de denúncias que ajudaram a agenciar os documentos produzidos nas Conferências. "Foi Ana Karenina que convidou Katiane para conhecer a

PLURAL, porque viu potencial na fala dela" - comenta orgulhosa para quem estiver disposto, ou não, a ouvi-la.

Cleone é uma mulher negra, moradora de um bairro periférico da capital norte riograndense, catadora de material reciclado. É desse trabalho que tira o dinheiro para custear os gastos da casa e acompanhar sua filha em seus tratamentos e atividades na RAPS de Natal. Quase sempre encontro Cleone preocupada. Se preocupa com a comida, se preocupa com Katiane, com os remédios da filha que estão faltando da rede, se preocupa com a possibilidade dela ser internada, se preocupa com a sobrevivência.

Ela vem maquiada para as reuniões da PLURAL e do CECCO. Maquiagem e roupas coloridas, como uma recusa a um tez sem cor, uma vida sem brilho, um corpo sem movência. Ri e chora. Às vezes mais chora do que ri. E fala, sempre fala, não se cala. Escuta, mas fala. "Mais pesado é você viver a experiência e não falar... Você precisa falar, você precisa botar para fora. Antigamente eu guardava as coisas, como hoje... Machucaram a minha filha, fizeram uma ferida muito grande, que é o preconceito, mas eu tive voz e falei. E torno a falar".

Em uma entrevista, me contou que acompanhou sua filha em dois internamentos no Hospital João Machado, já na primeira década de 2000. Não conhecia os CAPS ou outros serviços substitutivos. Durante a primeira crise de sua filha "... era tudo novo, passei pelo Satélite, que na época era um hospital, e pronto-socorro. E, quando falaram em João Machado, eu tinha conhecimento que era lugar de doido, como o povo fala, mas era o único canto, naquele momento, que eu podia levar". Veio a conhecer, somente após dois internamentos,

os CAPS, o Grupo Viva³¹ e o Centro de Convivência, que na época ficava nas Rocas. Cleone passou dois meses no hospital com a filha, menor de idade.

"Observei muita briga [no hospital], por tudo que você imaginar. O espaço físico não tinha humanização, deixavam elas brigarem até... Os profissionais são piores, me desculpa, são mais loucos do que as próprias pessoas que estão internadas", "...se minha filha não tivesse companhia, teria sido uma situação pior, porque nunca deram nela. Eu dizia: se encostar a mão nela então quem vai ser doida sou eu". O falar de Cleone trazia um misto de indignação e alívio, seus olhos eram direcionados para mim enquanto falava.

Ao relatar sobre o contato com outros serviços substitutivos, me conta sobre a gratidão do acolhimento no Grupo Viva, "que foi o primeiro canto onde a gente foi bem acolhidas e ainda somos, até hoje". Sobre o CAPS, Cleone contou que "o atendimento, na época, era mais humanizado do que é hoje. Talvez o motivo da mudança seja o *stress* dos funcionários, muita sobrecarga. Eles precisam contratar mais funcionários para o serviço melhorar".

Meses após essa fala de Cleone, a gestão municipal fechou o mais antigo CAPS de Natal, com 30 anos de funcionamento, alegando a manutenção da estrutura precária, redistribuindo os atendimentos por outros serviços, dificultando o acesso dos usuários aos serviços, no momento em que há falta de diversas medicações psicotrópicas. Diversos protestos aconteceram e ainda acontecem diante desse ataque à RAPS, chegando a mobilizar representantes da política institucional em defesa da luta antimanicomial de Natal. Ações das

³¹ Projeto de extensão do curso de Psicologia da UnP - Universidade Potiguar que, desde 2013, promove encontros semanais entre usuários da RAPS, com foco no apoio aos usuários e suas famílias no sentido de reduzir as internações psiquiátricas.

quais Cleone participa com sua filha.

“Loucura... é tudo isso que a gente veve... a gente tem que ser louco, cada dia mais para causar a sociedade. Saber que somos gente e que a gente pode lutar.” “Eu queria que as mãe acompanhassem os filhos... Eu vou dizer pra você, enquanto eu tiver vida, eu vou acompanhar ela”.

Cleone continua preocupada. Continua viva, colorida, causando a sociedade, ao lado da filha.

Katiane é youtuber, gamer, atriz e multiartista. Sua presença não passa despercebida onde estiver. Performa diferentes estéticas com as roupas que monta, hora otaku com elementos de cultura asiática, hora carnavalesca, hora *feme fatale*. Se diverte, levando a sério seu lugar e sua fala, disputando discursos dentro dos coletivos que participa, junto com sua mãe.

Seu caminho na saúde mental de Natal marca um anacronismo ainda hoje presente na existência e convivência perversa de modelos de cuidado com propostas totalmente opostas. Em um período em que os CAPS de Natal ainda possuíam alguma estrutura física e propostas divergentes do modelo ambulatorial, no qual se tornou a RAPS do município, Katiane foi internada em um manicômio, ainda menor de idade.

Ela conta que convivia com crises epiléticas ainda na primeira infância, das quais lembra mais dos seus efeitos sociais do que da própria crise - “minha mãe [...] foi atrás de ajuda de tratamento, só que naquela época se dissesse que alguém ia buscar tratamento

[psiquiátrico] já era lido como uma pessoa fora do grupo social, ou seja, eu já tava estigmatizada, eu já tava numa situação no sentido que eu não tive nem uma infância agradável”.

Sua adolescência no colégio marca o contato com o racismo e com o “estigma” do transtorno mental - “[...] pela questão dos remédios, as pessoas nos viam como doidas [...], as pessoas tinham preconceito e prejudicações. Atitudes racistas, mesmo quando a gente era da mesma cor de pele, e atos de preconceito”, “assim que descobriram que eu tomava remédio na infância, começou [...] as pessoas falarem que eu era louca, que conversava sozinha [...] enfim, inventavam também essa parte de conversar sozinha. Na verdade eu não conversava sozinha, eu tinha uma mania de pensar alto, de pensar: ‘eu vou fazer tal coisa, vou até o bebedouro’, [...] eu dizia isso em voz alta em vez de me controlar e pensar só”.

Aos 17 anos, conta, passou a sofrer perseguições e humilhações, sendo xingada de “louca, doida”, chegando a entrar em um quadro de “depressão profunda, daquelas bem graves mesmo”. Olhando pra mim, Katiane contou como se viu devastada ao se ver julgada “por uma coisa que não fazia mal à ninguém”, revelando ainda ter medo social de que as pessoas façam com ela o que ela vivenciou no colégio.

Diante de sua devastação, sua mãe procurou ajuda e acolhimento em algum lugar que pudesse contrapor o desejo da morte. Porém “esse acolhimento não foi adequado, porque foi no João Machado. Era uma época muito manicomial³², então eu vi coisas, eu presenciei coisas que já me perturbaram logo de cara, porque eu entrei no mundo onde eu ficava tipo impressionada do que acontecia naquele hospital”. Ao perguntar se ela poderia me descrever o que presenciou, Katiane não

³² Fico a me perguntar, qual época não foi.

titubeou: "Ah eu vi muita violência e pessoas sendo medicadas excessivamente [...], as pessoas eram obrigadas a tomar o medicamento. Se não tomasse o medicamento, outras coisas aconteciam". De um ambiente escolar de violências simbólicas para um lugar de violências físicas e imposição das normas, Katiane descrevia a ação de mecanismos de poder institucional sobre os corpos, em uma vivacidade e contundência com a qual Foucault não conseguiria.

Ainda jovem, ela conheceu o medo dos estupros que ocorriam no hospital: "[...] tinha muita briga [...] os médicos, eles gerenciavam uma espécie de briga, para distrair o que se fazia lá, que eram os estupros. Criavam uma situação de violência entre os *peessoal que fazia* tratamento lá para disfarçar os atos abusivos com mulheres e homens". Katiane contou como havia uma prática corriqueira de se produzir tumultos, como subterfúgio para se abusar de pacientes, amarradas às camas, cena que ela presenciou e da qual quase se tornou vítima: "Eu chamei todos os deuses na hora. Eu rezei muito naquela hora, porque eu sabia o que ia vir me acontecer [...] Eu sabia que se minha mãe não chegasse naquela hora eu seria uma vítima. [...] Ah eu passei mais um mês [internada] e depois eu passei dois meses. É o que minha mãe fala, mas para mim foi uma eternidade... para mim foi eternidade. Foi traumatizante ver que ia acontecer comigo o que aconteceu com outra pessoa".

Peço desculpas à leitora pela literalidade dos relatos, pela crueza e mal-estar que eles possam causar. As palavras de Katiane me assombram. O relato de uma jovem, colorida e solar, sobre tais experiências sombrias. Na ocasião, impactado pelo seu relato, cheguei a pausar a entrevista e disse entender que era um tema

difícil para se falar e que entenderia se ela não quisesse dar continuidade ao assunto, ao que ela (franzindo o cenho) me disse que precisava ser falado. Diante de sua resposta à minha preocupação, como poderia, eu, poupar a você, leitora? As palavras dessas cartas também são navalhas³³ e eu não posso contar essas histórias sem querer ferir ninguém.

"Isso não pode acontecer jamais. A mulher não pode ser violada" - afirmava, olhando em meus olhos.

A saída do João Machado a levou ao CAPS, onde "eu conheci uma pessoa muito importante na minha vida que foi Júlia, a partir dali, e Rafaela, e Giza [...] fora outros profissionais que também me ajudaram". "Naquela época [o CAPS] era muito melhor do que está sendo hoje". "A diferença era que a gente não era amarrado, a gente não era medicado em excesso, a gente era consultado, a gente tinha um aparato de saúde, no sentido de oficinas e profissionais, pessoas que escutavam a gente". A partir de lá passou a ter contato com o Grupo Viva e o Centro de Convivência Arte e Cultura (que na época, funcionava no Hospital dos Pescadores, no bairro portuário das Rocas), do qual falava com brilho nos olhos: "lá tinha tudo o que você imaginasse [...] no sentido de cultura, de criação, tinha muitas coisas bacanas aquele hospital [...] artesanato, colagens, oficinas de violão, de música".

"É o que transformou completamente a minha vida em questão, quando eu conheci [o Centro de Convivência], ali acendeu em mim uma questão de esperança e, quando eu vi outras pessoas em situações como a minha, acendeu uma vontade de lutar, de querer estar junto, de apoiar umas outras e poder ajudar de alguma forma [...]"

³³ Tomo aqui emprestado, as navalhas de Belchior.

participando e colaborando”.

O Centro de Convivência e Cultura de Natal, assim como outros espaços de coletividade se mostraram territórios seguros para Katiane, agenciando outros espaços onde suas falas passaram a encontrar um público desejoso por ouvi-la. Muitos lotavam o CEMURE³⁴ para escutar sua fala e de outros convivas do Centro de Convivência, nos últimos suspiros do governo Bolsonaro, por ocasião das Pré-Conferências para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Lá Katiane, falou na tribuna, deu entrevistas, brilhou e se afirmou como uma jovem militante da luta antimanicomial. A aproximação com a PLURAL se deu formalmente naquele espaço de encontro de diversas frentes em defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Desse encontro pra cá, Katiane já ocupou diversos outros espaços de fala, denúncia e construção de propostas. Participou de projetos audiovisuais, mostras de arte, criou um canal on-line para debater cultura pop, enfrentou situações difíceis com sua mãe, diante de perdas familiares, o sucateamento da RAPS de Natal, falta de medicações e recentes crises.

Katiane segue acreditando no sonho de uma verdadeira rede de cuidados que respeite os usuários, segue sendo cuidada por familiares e amigos que construiu em um percurso breve e que anuncia a possibilidade de um futuro solar para todos.

Há outros atravessamentos nesse campo que relato. Há mulheres

³⁴ Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves, espaço da administração municipal de Natal, cedido para a realização das conferências municipais e estaduais, em 2022.

que não citei, que atuam diretamente na linha de frente e retaguarda de uma guerra contra um modelo de exclusão que torna objeto, desassujeita homens e mulheres pretos, periféricos, loucos, pobres. Mulheres que historicamente tocaram a saúde mental de Natal e que hoje mantêm uma militância ferrenha, que ensinam e inspiram jovens, estudantes, pesquisadores e trabalhadores, mulheres que trazem na fala e nos corpos a história da construção de uma rede e que, de forma pioneira, criaram um dos primeiros NAPS do Nordeste, muitos anos antes da Lei 10.216 ser instituída. Mulheres que apostaram na loucura de se produzir espaços democráticos de cuidado.

Sou estrangeiro nessas terras de dunas que encontram o Atlântico. Sou de uma pequena ilha de águas doces do São Francisco, crescido em uma cidade cortada por canais do Capibaribe, que aporta neste lugar de desertos e água. É desse lugar de estrangeiro que tomo emprestado memórias que não são só minhas e invoco mulheres e digo seus nomes, como quem pede às mais velhas, licença, bênção e inspiração para as lutas de hoje e vindouras.

Dentre as trabalhadoras e gestoras, às quais não encerram a lista de infinitas mulheres que contribuíram e contribuem para a RAPS de Natal e que abrem o campo para movimentos instituintes, posso citar Conceição Valença, Maria do Carmo Martins, Fátima Couto, Goretti Cordeiro, Silvana Maia, Elisabete Freitas, Cida França, Valéria Queiroz, Denise do CAPS Leste, Rafaela do CAPS Oeste, Cristiana Leite, Elizabeth Santos, Regina do CAPSad, Emanuella Camelo. Nos campos das ações políticas e seus atravessamentos acadêmicos e com movimentos sociais também não poderia esquecer de Ana Karenina Arraes, Teresa Nobre, Kalliny Severo, Laís Barreto, Indianara Ferreira, Júlia Schenkel, Jacileide Guimarães, Lannuzya

Veríssimo, mulheres que agenciaram espaços de produção e encontro de diferenças entre academia, arte, militância, além de apresentar uma realidade possível para a produção de um outro tipo de cuidado em rede, diversas estudantes.

Cada uma delas traz uma história, uma memória política que transversaliza seus gêneros, suas raças, suas idades, seus territórios de origem e seus legados para uma saúde mental cuja produção de cartas seria insuficiente para dar testemunho. Trago alguns de seus nomes como registro, como ordem do dia, como fragmentos que me ajudam a apontar a profundidade e densidade de uma história dos vencidos, que insiste em resistir e que resiste pela insistência na vida por essas mulheres. Mulheres que vieram antes de mim, que se encontram em mim, que anunciam novas mulheres por vir. Evoé!

Com carinho,

Carlos



Figura 18. Registro de Izaura, ao lado de Mário Alberto. Ao fundo, seu filho, João.



Figura 19. Registro de Cleone, abraçada à Maximiliano.

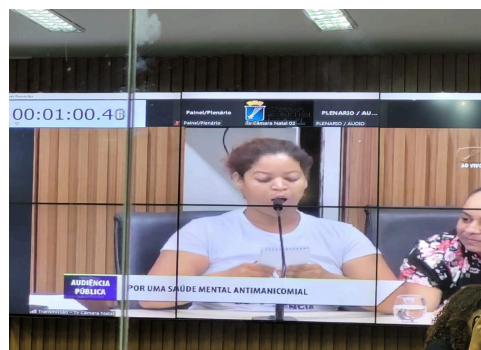


Figura 20. Registro da fala de Katiane, compondo a mesa da tribuna dos vereadores, como representante dos usuários de saúde mental de Natal.

Quinta carta - Como escrever Edson?

Aracaju, outubro de 2024.

Querida leitora,

Como escrever sobre Edson? Talvez seja ele a pessoa que mais acompanhei e mais me acompanhou, dos membros da PLURAL, desde que cheguei à Natal. Ao primeiro olhar, Edson pode assumir o aspecto do louco errante, da pessoa que vive o momento ao sabor dos afetos. Percorre os bairros de Natal a pé, fazendo paradas estratégicas no Setor 2 da UFRN (dedicado aos cursos de Humanas, neles o de Psicologia), no Laboratório de Psicologia e no Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), onde encontra amigos, estudantes, professores, apoiadores e estagiários que acompanham as reuniões da PLURAL. Leva em sua mochila seus documentos, roupas, instrumentos musicais, o celular, a garrafa de água e, lá no fundo, uma caixa de mistérios que somente ele conhece.

É o mestre de cerimônia do coletivo PLURAL e do Centro de Convivência, milita politicamente pelos jovens candidatos de esquerda de Natal, distribuindo santinhos, comparecendo às passeatas, bandeiradas e reuniões de classe, ouvindo atentamente e se posicionando ativamente. Ele nos conquista pelo carisma, o sorriso que, nas rugas e nos dentes que lhe faltam, não esconde a felicidade e as dores de uma vida passada, manicomializada, marginalizada pela diferença de classe, pelo racismo e o preconceito contra as pessoas com transtorno mental.

Edson é profeta, faz rezas, traz lembranças de pessoas já idas, dá conselhos e alertas que não devem ser ignorados. É apegado a

Santo Antônio e pede proteção para os seus. “Nosso profeta Gentileza”, me dizia Aninha, lembrando dele, e vindo a receber uma ligação dele logo após dizer seu nome.

Edson deixa cartas pela cidade. Onde encontra papel, caneta e um conhecido, produz uma carta-mensagem e escolhe um destinatário ao qual esse amigo deve entregar a carta. É comum, ao chegar para o encontro da base de pesquisa, ser interpelado pela pessoa da recepção do Laboratório de Psicologia ou por algum outro colega que nos chama e diz: “Ei, Edson esteve aqui aqui e deixou uma carta pra você. Deixei na sala da sua base de pesquisa”, ou “Edson escreveu uns bilhetes pra você pegar lá no Centro de Convivência”. E as danadas das cartas sempre chegam ao destinatário. Passam por diversas mãos, não havendo sigilo nelas, são mensagens a céu aberto que encontram seu destino. Ele toma notas das reuniões, se responsabiliza pelas atas, tornando o que seria um trabalho burocrático em algo a integrar diversas escritas. “Você esqueceu de botar seu nome na ata. Quem é você? Ponha aqui seu nome e seu número no meu caderno”, e ele realmente liga, manda mensagem, se lembra daqueles que encontra.

Edson é brincante. É Mateus do reisado, com sua coroa colorida de fitas sobre os ombros. Toca pandeiro, triângulo, bumbo, percussão, caminhando pelo grande palco que é a cidade. Ele faz a gente sentir saudade dele; falar seu nome faz com que ele de alguma forma se manifeste entre a gente, não raramente de forma física.

Edson tem marcas no corpo. Cicatrizes de um espancamento. Marcas de internamentos psiquiátricos e suas violências. Às vezes traz a dor do coração partido e dos amores perdidos. Disso produz música, conselho e proteção do outro. Ele permite ser cuidado.

Parece frágil, porque frágil o é. As vozes o acompanham para onde vai, múltiplas vozes. Às vezes está cabreiro com o que elas lhe dizem, às vezes são vozes de conhecidos que se estranham com ele e faz com que vá tirar satisfação com a pessoa que lhe falou diretamente em sua cabeça. Ele também manda mensagens em pensamentos. Ele conversa conosco e deixa frases por dizer, pela certeza de que sabemos do que ele fala. Não sabemos, e nem por isso deixamos de saber de alguma forma, até porque ele não nos dirá, mesmo que perguntemos o sentido do que nos diz. Ele olha pra gente e sorri, como se estivéssemos a lhe pregar uma peça, ou quem sabe, talvez porque o ausente em sua frase é o impossível de ser dito, mas que de alguma forma nos chega.

Edson “é um buda nagô, filho da casa real da inspiração”³⁵, que nos transmite calma e alimenta nossa revolta, que nos convida a dançar com ele, rindo e chorando, brincando de ser outros, interpretando papéis, tornando-se escriba imperial dos desejos que não cabem no papel, que se fragmenta nas páginas deixadas pelas cidades, certo de que serão encontradas.

Esta última carta está sendo escrita muito longe de Natal, em um quarto de hotel impessoal tomado por roupas e livros. Invoco seu nome e, de repente, Edson está aqui comigo perguntando pela menina (Ana Karenina) e os demais amigos. Lhe digo que estou tentando escrever sobre ele e ele ri, me pergunta o que tem para escrever. Me pede para escrever uma mensagem para Ana, tão desconexa quanto bela, a qual deverei entregar-lhe. Serei seu carteiro hoje. Aceito feliz.

Com carinho,

Carlos

³⁵ Trecho da canção “Buda Nagô”, de Gilberto Gil.



Figura 21. Registro de Edson, junto à membros da PLURAL e convivas do CECCO.

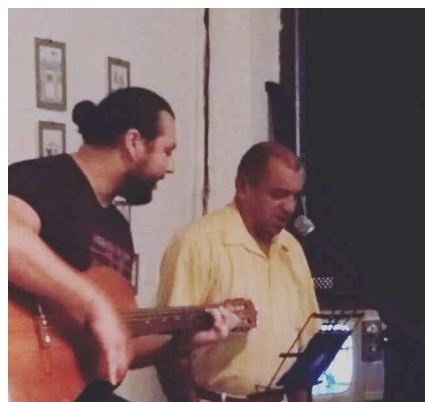


Figura 22. Edson canta em homenagem à Mário Alberto (membro falecido da PLURAL)



Figura 23. Registro de Edson, durante realização de oficina de teatro, durante o ano de 2017.

5. O fim da história

Não creio que o tempo venha comprovar, nem negar que a história possa se acabar [...] É como se o livro dos tempos pudesse ser lido trás pra frente, frente pra trás / Vem a história, escreve um capítulo cujo título pode ser: nunca mais / Vem o tempo e elege outra história, que escreve outra parte que se chama: nunca é demais / Nunca mais, nunca é demais, nunca mais, nunca é demais, e assim por diante, tanto faz / Indiferente se o livro é lido de trás pra frente ou lido de frente pra trás.

Gilberto Gil

Aqui, pelo menos, chega ao fim a história desta tese que custa em não se encerrar, ou se encerra aberta para novas possibilidades de usos. A escrita das cartas, neste processo de pesquisa produziu um corte profundo na experiência com o tempo e o espaço deste pesquisador. No processo de escrita para destinatários que não conheço, termino por me desconhecer, estranhando a escrita que se produziu, por meio de uma autoria colaborativa de pessoas, forças e fantasmas que tomam posse do meu corpo como uma máquina imbuída de um coletivo de titereiros que a opera.

Há uma história dessa pesquisa, que se desenha a partir do desejo de continuar a escutar memórias e histórias de um coletivo militante da luta antimanicomial de Natal, que atravessa a produção de uma dissertação anterior de mestrado que produziu um registro cartográfico da história do coletivo como grupalidade, trazendo analisadores desse grupo como produtor de resistência por meio das memórias do manicômio, a produção de redes de cuidado coletivo e a produção de profissionais sensíveis a partir do contato e do trabalho com o coletivo. Desse encontro, o desejo de continuar a dar testemunho e acompanhar as maquinações das ações desejantes do membros do coletivo tomou uma outra dimensão, um caráter de urgência a partir da pandemia, das mortes em massa, durante um governo protofascista, dos ataques políticos às diversas minorias, do descrédito à ciência e de um escalonamento do ódio e da tentativa de aniquilamento das diferenças.

Nesse momento, essas forças continuam ativas, apesar de um governo democrático que hoje se vê às voltas com o sequestro de pautas democráticas importantes e da chantagem insidiosa de atores político-institucionais, alinhados a desejos fascistas de dominação e uniformização de sujeitos, formas de ser e de pensar, capturadas a partir de uma dimensão capitalística do desejo. São tempos sombrios, que despotencializam corpos e ações, que produzem um cansaço e desesperança. Talvez estas cartas possam ser mônadas de esperança à produzir constelações-conexões, a partir das histórias daqueles que não desistem da luta, que afirmam sua existência cotidianamente e podem produzir afetos felizes a partir do encontro com outros diferentes de si. Diferentemente do processo de pesquisa anterior, ao final desta pesquisa talvez o que se tenha para analisar seja justamente as implicações deste pesquisador, numa análise coletiva das implicações que flertam com a loucura, como nos lembra Lourau (1993), e que se apresentam no desenvolver das próprias cartas. Como dito anteriormente, não há o que explicar, categorizar, dar sentido, senão produzir ferramentas de ação, acontecimentos que possam produzir suas próprias durações, que possam anunciar um futuro possível.

Do objetivo geral desta pesquisa, de cartografar memórias minoritárias atravessadas pela manicomialização, é a dimensão da produção da vida mais do que as dores sofridas em processos e manicomialização, que assume a intensidade das linhas cartografadas, produzindo relatos de afetos que se recusam a se cristalizar em sentimentos tristes, mas que dessa dor produzem uma vida digna de ser narrada, compartilhada, agenciada com outras vidas que as cruzam e se enriquecem desse encontro. Desse atravessamento, as cartas, enquanto produção narrativa e estética, surgem como ferramenta de produção de outras histórias que escapam a uma historiografia maior focada no relato das violências sofridas por usuários da rede de saúde mental de Natal. Essa produção ajuda a tensionar o lugar da memória como objeto unívoco de um saber, abrindo possibilidade para seu tensionamento como máquina de

produção de histórias outras, trazendo a transversalidade da política, dos direitos humanos, da tradição dos vencidos que continuam a lutar, produzindo sujeitos e acontecimentos que fazem furos e fissuras em instituições deste território que é a cidade do Natal. É justamente desse tensionamento, dessa dobra produzida pelos discursos dos desqualificados, vencidos, negados, que é possível se pensar nesse conceito-ferramenta de uma memória minoritária como possibilidade de produção de uma memória desviante, viva, mutante, capaz de produzir movimento e acontecimento que, nesta tese, se maquina por meio das cartas de um pesquisador a pessoas por vir.

Essa maquinação parte de um lugar endurecido e geralmente reificado pela instituição universitária, que nos direciona sempre aos *clássicos* da Filosofia ocidental, mas que, no próprio processo de pesquisa e no contato com a vida, começam a produzir desvios e experimentações que terminam por dessacralizar conceitos universais, para que possam ser usados de formas diferentes, em outras articulações maquínicas dentro da própria academia. Assim, a complexidade do pensamento bergsoniano encontra diferentes formas de se articular para além de um certo hermetismo dos conceitos trazidos nesta tese, criticados por outros autores como Halbwachs.

Retomando o aviso presente no capítulo sobre decolonialidade, não buscamos aqui a destituição epistemológica de teorias e autores *clássicos* que nos são trazidos a partir de contextos de colonização e de uma tradição histórica de reprodução de modelos acadêmicos *importados*, mas de poder produzir torções em conceitos e construir territórios de contato entre diferentes saberes (do erudito com o popular, do clássico com o tradicional) a partir de um posicionamento crítico da neutralidade acadêmica, em uma tentativa de assentar saberes nas encruzilhadas. É desse lugar que os conceitos de Bergson passam a ser lidos por olhos estrangeiros, pensando a relação da ação e do corpo como um elemento importante desta tese, que articula a experiência da matéria e sua percepção, por meio da afetação dos diferentes

corpos no plano da realidade que produzem formas de perceber e agir. Do hábito e da memória bergsoniana, podemos nos aproximar daquilo que poderia ser entendido como a construção de uma ação por meio de uma memória que se articula no corpo (que também é seu produtor), mas foge à repetição do mesmo, produzindo singularidades, diferenças. Também a dimensão do tempo e da duração da memória, nos aponta para caminhos que nos ajudam a entender como a vida passada possui um efeito no nosso presente, pois é a ação que traciona a memória para se atualizar no momento de agora, como se propõe esta própria tese (como ação de escrita), as cartas produzidas, as ações políticas e coletivas no campo dos direitos humanos por uma coletividade que reivindica seus direitos. Ações que puxam a memória, que afetam essas mesmas ações e produzem mais memórias em profusão, estas que poderão se tornar ferramentas de intervenção na realidade.

Da mesma forma, a crítica de Halbwachs não é tomada como contraposição puramente intelectual à Bergson, pela via do confronto de conceitos abstratos, mas nos ajudam a compor uma possibilidade de pensar a memória como elemento do fora, de uma existência para além de uma duração individual, como elemento social de coesão. É a dimensão relacional das memórias que vão nos interessar para pensar como elas podem funcionar em grupalidades, como elemento externo ao sujeito, em um outro regime de temporalidade de existência. Aqui a memória necessita de outras memórias, não se sustentando no indivíduo mas existindo a partir do seu compartilhamento coletivo. Podemos pensar em que ponto não somos nós que nos apropriamos das memórias, mas somos os apropriados por estas e passamos a ter uma existência para além da duração de uma vida. Suas contribuições também vão propiciar uma abertura para pensar a memória em um campo autobiográfico e histórico, permitindo nos aproximar do que, mais tarde nesta tese, terminamos por entender como memória minoritária, esse elemento que escapa a uma memória maior. Também, para além dos conceitos trazidos a partir de uma visão eurocentrada, podemos articular a dimensão da transmissão de uma

memória que se articula com elementos do fora para a produção de uma outra memória que nos escapa, uma memória viva que também se enterra no concreto, na arquitetura, no movimento de uma cidade-território que se movimenta. Assim, podemos trabalhar também com um movimento duplo do individual para o coletivo, de uma duração que não se define por uma imutabilidade, mas justamente por fazer durar diferentes temporalidades em decorrência da produção de diferenças daquilo que dura. Aqui a dimensão da memória diz de algo que se encontra em um território físico, simbólico, mas também existencial.

Com Benjamin a dimensão política se enreda na produção artesanal das histórias negadas, nos provocando a tomar posições e entender o tempo de hoje como momento de lutas. A ideia de Experiência em Benjamin mostra-se como elemento que dura ao ser transmitida, ao ser inserida em uma linha de transmissão, em uma aliança que dobra o tempo. Essa responsabilidade, trazida na figura do narrador, faz dele, antes de tudo, um ouvinte desejoso das diferentes experiências que lhe chegam. Assim, ele mesmo passa a compor a multidão que, através da história narrada, se contrapõe à uma história única, universal. Artesão da diferença, costurando lugares, pessoas e acontecimentos diversos, o narrador se dirige à própria alteridade. Há uma relação dialógica que convoca o outro que escuta, a se tornar também narrador. Aqui o desejo de se conservar a história narrada não diz respeito à exatidão do fato narrado, mas à continuidade de sua existência por meio de outras camadas de experiência e fragmentos que se montam à história transmitida, fazendo a chama de sua vida continuar a arder, durando para além da vida individual de quem conta uma história. Dentro dessa perspectiva, a contribuição de Benjamin se dá justamente na possibilidade de uso dos conceitos como ferramentas de produção artesanal para a fabricação de aparelhos que ecoem memórias minoritárias e histórias esquecidas, negadas e, assim, tentar a criação de pequenos *estados de exceção* onde essas histórias e as pessoas ligadas a elas possam existir. O contato com os escritos benjaminianos nos provoca a pensar o exercício da memória enquanto

prática coletiva subversiva, arma de enfrentamento às forças dominantes que tentam estabelecer uma única memória, linear, totalizadora.

É pela via da subversão que os estudos decoloniais nos chegaram nesta tese. Subversão como a própria produção de desvios e torções dentro do processo de pesquisa. Pelo encontro com autores desviantes e que questionam e tensionam as relações de poder na própria produção de conhecimento, vemos operar uma verdadeira produção coletiva desse saber, reconhecendo a força da insubordinação que produz resistência a uma matriz colonial de reprodução de desvios dentro da academia. É a partir dessas relações de poder que pensamos o trabalho com a memória, pela via de caminhos e autores que questionam a produção acadêmica universal, a partir de cosmologias diversas. Nos deparamos, assim, com o encontro radical com a diferença, em um espaço de fronteira que as afirma, que as deseja, sem que uma precise sobrepujar a outra, em um movimento de borragem, terreno movediço. Habitar esse território de fronteira é, por si só, subversivo, no sentido de que esse lugar possibilita o exercício de uma desobediência epistemológica. Transitar nesse espaço fronteiriço possibilita pensar a produção de memórias insubordinadas, transgressivas, subversivas, justamente pela dimensão de desobediência que nos permite nos posicionar dentro de uma relação de poder estabelecido. A produção de um saber político (e de certa forma, todos não o são?) sobre a memória permite o exercício de contracolônização que, como nos ensina Nêgo Bispo, se realiza pela via da composição coletiva de forças, diferenças, táticas, formas de se produzir relato destas memórias, criar verbos e palavras que avivam e encantam os corpos dos oprimidos. O contato com a crítica decolonial nos permite afirmar: memória é corpo, é luta.

Tomados pela dimensão do combate e do aspecto político da memória, a escrita dessa tese nos chega como possibilidade de uma outra escritura, que encontra caminho naquilo que Deleuze e Guattari tomam por literatura menor. Neste conceito encontramos elementos que

nos ajudam a pensar a memória em um campo político, coletivo, enunciativo que transversaliza os corpos e traz a possibilidade da criação de novos porvires. É por meio das relações de poder que podemos pensar uma memória minoritária como elemento disruptivo, subversivo, agenciado coletivamente dentro de um campo de forças que estabelece uma memória única dos acontecimentos. Memória minoritária que nos mostra que não é objeto de posse, mas de exercício, de uso para uma ação. Aqui a memória minoritária é um elemento de quebra, de interrupção de uma memória maior, que a fragmenta, produzindo desvios, ramificando o que é tido como *oficial*. Tal conceito se serve, e não somente, da duração bergsoniana, da coletividade halbwachiana, da narratividade e redenção de benjaminiana, dos espaços fronteiriços e insubordinados que os autores da decolonialidade nos apresentam, da produção literária, histórica e demais disciplinas, mas principalmente por meio da afirmação da vida a partir do encontro com as histórias e as memórias de um pequeno coletivo antimanicomial (insubordinado) da pequena capital do Rio Grande do Norte.

Conceitos, vidas, histórias, territórios, pessoas, todos eles se articulam em uma composição interessante de fragmentos. Desse encontro algo se produz, algo se recupera, algo se transforma. Uma memória minoritária produzida por composição, a partir dos restos e fragmentos de tempo que podemos encontrar no tempo de agora, nesse território saturado por fantasmas, de assombros, que nos pedem a palavra. Ouvir o chamado dos mortos junta-se à urgência da afirmação das histórias ignoradas dos vivos, para, assim, poder anunciar futuros possíveis. Urge a produção de meios pelos quais estes possam falar, vivos e mortos. É a dimensão do desejo, de escuta e transmissão, que agencia o encontro de diferentes conceitos, articulando dispositivos, máquinas e aparelhos que possam operar uma narratividade que traga a memória em sua dimensão política, de luta e de afirmação da vida, produzindo diferença, ecoando vozes há muito silenciadas. Um aparelho que possa montar imagens, sons, escritas, afetos, espectros, pedaços, não para a produção de sentidos, mas de acontecimentos

que convoquem o espectador a ser colaborador do próprio processo de montagem, como nos ensina Brecht.

Intencionamos que esta tese possa também ser esse tipo de aparelho, embora traga explicações, conceitos e reflexões, cuja potência resida no seu uso para a produção de novas histórias. Aparelho cujas ferramentas se deram pela via das cartas, estas como amálgama do que esta tese tenta dar conta e do corpo que a produziu. Para mim, como pesquisador, as cartas surgem também a partir de minhas próprias experiências e fantasmas, que me atravessam. Diz das próprias mensagens que não posso enviar aos meus mortos, do encontro impossível pela falta de registro de escritas legadas como herança particular. Cartas que se tornam um vestígio da minha própria passagem e dos que, de alguma forma, estiveram comigo, me implicando para além da minha própria existência concreta, mas que podem me convocar a fazer parte de outros processos revolucionários futuros, mesmo do lugar de assombro.

Escrevo, sim, para enterrar e honrar os mortos, sobretudo se eu for historiador. Escrevo também para enterrar talvez meu próprio passado, para lembrá-lo e, ao mesmo tempo, dele me livrar. Escrevo então para poder viver no presente. Escrevo, enfim, para me inscrever na linha de uma transmissão intergeracional, a despeito de suas falhas e lacunas. Assim como leio os textos dos mortos e honro seus nomes no ato imperfeito de minha leitura, também lanço um sinal ao leitor futuro, que talvez nem venha a existir, mas que minha escritura pressupõe. Lanço um sinal sobre o abismo: sinal de que vivi e de que vou morrer; e peço ao leitor que me enterre, isto é, que não anule totalmente minha existência, mas saiba reconhecer a fragilidade que une sua vida à minha (Gagnebin, 2019, p. 30).

As palavras de Gagnebin me tocam particularmente no que, durante o percurso de uma pesquisa corporificada me deparo com a ausência e as perdas de pessoas importantes, que produzem o desejo urgente de afirmar suas histórias, ao mesmo tempo que me dou conta de

minha própria finitude. Nesse processo, ao afirmá-las, dar testemunho por meio de outras palavras, termino também por me juntar aos que se foram mas permanecem encantados em sua presença.

O processo de escrita das cartas foi coletivo e estranho. Tal processo de escrita me fez estranhar-me, não reconhecer minhas próprias palavras, errar pelo texto, me desorganizar, produzir esquecimento de compromissos e me fazer lembrar de coisas esquecidas. Foi um trânsito entre a solidão e a multidão a se aglomerar em meu corpo, me fazer sentir afetos de outros, de ser atravessado pelo estranhamento de não ter controle do que estava por escrever. Ao passo que direciono a escrita dessas cartas a outros, termino por recebê-las também, por não saber em que ponto, no futuro, elas me tocarão após a escrita.

Eis a experiência demoníaca desta escrita.

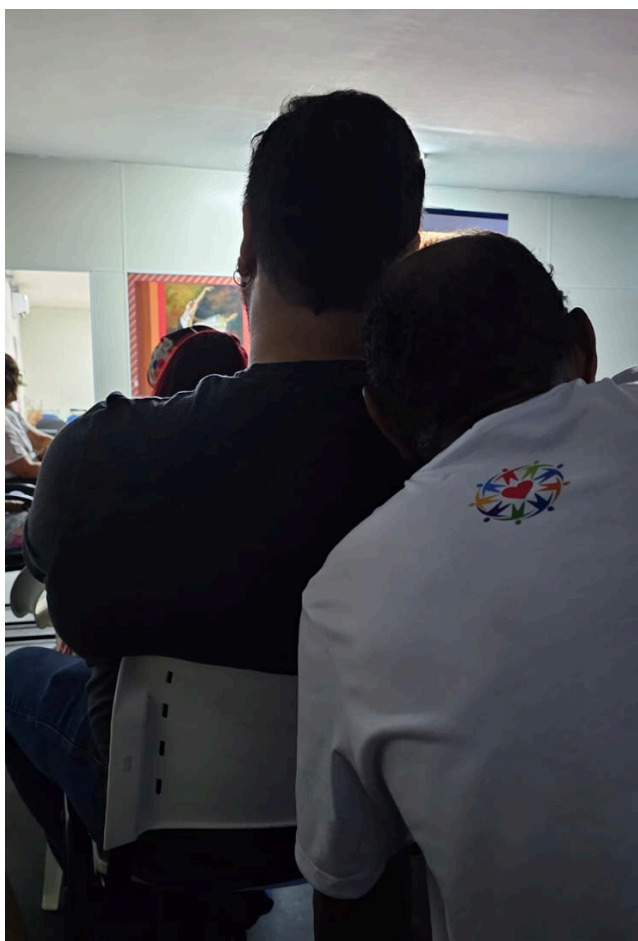


Figura 24. Registro do momento em que Edson encosta e descansa sua cabeça no ombro de outro membro da PLURAL.

Referências

- Afonso, M. L. M. (Org). (2006). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra Travessia*, (5), 09-16.
- Alexandre, J-M. (1990). Introdução. In: Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, p. 18-23.
- Amorim, A. K. de M. A., & Severo, A. S., Romagnoli, R. C. (2015). Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, 25 (2), 657-678
- Baptista, L. A. S. (2024). O Mistério da Jarra do Escritor Alemão: provocações da montagem cinematográfica e literária à pesquisa nas Ciências Humanas. *Rev. Bras. Estud. Presença*. 14(1), 1-21.
- Baptista, L. A. S. (2022). Fragmentos de um horizonte em ruína: divagações sobre histórias dos restos. In: SILVA, R. L. e MIRANDA, A. B. (orgs). *Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum*. Curitiba: CRV, p. 17-28.
- Barros, R. B. (2007). *Grupo: a Afirmação de um Simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Ed UFRGS.
- Barros, R. B. (1996). Dispositivos em ação: o grupo. In: Pelbart, P. P. & Rolnik, S. (Org). *Cadernos de subjetividade*. São Paulo, (num. esp.), 97-106
- Benjamin, W. (2018). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Benjamin, W. (2016). *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Benjamin, W. (2012a). Sobre o conceito da história. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas vol.1, 8a ed.)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 241-252.
- Benjamin, W. (2012b). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da*

- cultura (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 213-240.
- Benjamin, W. (2012c). Experiência e pobreza. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 123-128).
- Benjamin, W. (2012d). O autor como produtor: conferência pronunciada no instituto para o estudo do fascismo em Paris, 27 de abril de 1934. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 129-146).
- Benjamin, W. (2012e). Pequena história da fotografia. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 97-115).
- Benjamin, W. (2012f). Escavar e recordar. In: Benjamin, W. *Rua de mão única*. (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 245-246).
- Benjamin, W. (2012g). A imagem de Proust. In: Benjamin, W. . *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (*Obras Escolhidas* vol.1, 8a ed.). São Paulo: Ed. Brasiliense,
- Bergson, H. (2010). *Matéria e memória* (4a ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Caffé, J., & Gontijo, J. (2023). Expor o sagrado: o caso do manto tupinambá na exposição Kwá Yepé Turusú Yuriri Assojaba Tupinambá. *MODOS: Revista De História Da Arte*, 7(2), 23–47.

- Cardozo Jr, H. R. (2012). Ontopolítica e diagramas históricos do poder: maioria e minoria segundo Deleuze e a teoria das multidões segundo Peirce. *Veritas*, 57(1), 153-179.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Coimbra, C. M. B. (2021). *Fragments de memórias malditas: invenção de si e de mundos*. São Paulo: n-1 edições.
- Coimbra, C. M. B. (2008). Reparação e memória. *Cad. AEL*, Campinas, 13(24/25).
- Coimbra, C. M. B. (2001). Tortura ontem e hoje: uma certa história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 6(2), 11-20.
- Coimbra, C. M. B. (agosto de 1999). *Produzindo esquecimentos: histórias negadas*. [Conferência]. Seminário Internacional “Memória e Desaparecimento”, Colégio Internacional de Estudos Filosóficos Transdisciplinares, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto65.pdf>
- Coimbra, C. M. B. (1995). Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional. *Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*. 7(1), 52-80.
- Deleuze, G. (2016). O que é um dispositivo? In: Deleuze, G. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. São Paulo: Editora34
- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Deleuze, G. (1985/2005). *A imagem-tempo: cinema 2*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2017). *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2012). *Mil platôs* (Volume 4). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2011a). *Mil platôs* (Volume 2). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2011b). *Mil platôs* (Volume 2). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo:

Editora 34.

Deleuze, G.; Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.

Didi-Huberman, G. (2017). *Quando as imagens tomam posição*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Dores, F. G. (1999). A memória como método de pesquisa. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (4), 113-131.

Fasanello, M. T.; Nunes, J. A.; Porto, M. F. (2018). Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 12(4), 396-414

Feitosa, C. E. S. (2019). *Memória e resistência de um coletivo de saúde mental*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28393>

Foscolo, G. (2022). Modernidades indígenas. In: Martoni, A.; Arraes, M.; Oliveira, V. (org.). *Assombros da história: memória, técnica, política*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

Foucault, M. (2017). A escrita de si. In: Foucault, M. *Ditos e Escritos V: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz & Terra.

Foucault, M. (2013). 1980 - Conversa com Michel Foucault. In: *Ditos e Escritos VI: Repensar a política*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Freyesleben, A. F. (2023). Os tempos do antropoceno: reflexões sobre limites, intensidade e duração. *História (São Paulo)*, 42(2023038), 1-21.

Gagnebin, J. M. (2018). *Walter Benjamin: Os cacos da história*. São Paulo: n-1 edições.

Gagnebin, J. M. (2014a). *Limiar, aura e rememoração*. São Paulo: Editora 34.

Gagnebin, J. M. (2014b). Entrevista. *Redobra -UFBA*, (14), 13-17.

- Gagnebin, J. M. (2012). Walter Benjamin ou a história aberta. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (Obras Escolhidas vol.1, 8a ed.)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 7-19.
- Gagnebin, J. M. (2006). Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34.
- Gagnebin, J. M. (1999). Teologia e messianismo no pensamento de W. Benjamin. *Estudos Avançados*, 13 (37), 191-206.
- Gomes, A. L. C. (2013) *A reforma psiquiátrica no contexto do movimento de luta antimanicomial em João Pessoa-PB*. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13806>
- Gondar, J. (2005). Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, J.; Dodebei, V. (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 11-26.
- Guattari, F. (2015). *¿Qué es la ecosofia?: textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida-SP: Idéias e Letras.
- Guattari, F. (1985). Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaços & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano V, (16), 109-120.
- Guattari, F.; & Rolnik, S. (2017). *Micropolítica: cartografias do desejo*. (12ª ed) Petrópolis: Vozes.
- Gutiérrez, A. G. (2008). *Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial*. Petrópolis: Vozes.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Kirst, P. G.; Giacomel, A. E.; Ribeiro, C. J. S.; Costa, L. A.; & Andreoli, G. S. (2003). Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: Fonseca, T. M. G.; & Kirst, P. G. (Org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- Kleinberg, E. (2022). "História e o presente". In: Martoni, A.; Arraes, M.; Oliveira, V. (org.). *Assombros da história: memória, técnica, política*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (1992). Antes, o mundo não existia. In: Novaes, A. (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo
- Martoni, A.; Arraes, M. Apresentação. In: Martoni, A.; Arraes, M.; Oliveira, V. (org.). *Assombros da história: memória, técnica, política*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- Mauss, R. (2004). Implicação e sobreimplicação. In: Altoé, S. (Org). *René Lourau analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Melken, R. V. (2014). Colonialidad y relacionalidad. In: Borsani, M. E.; Quintero, P. (Comps). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue.
- Menezes, M. A. (2005). História oral: uma metodologia para o estudo da memória. In: Cavnac, J. A. (Org). *Vivência*. (28), 23-36.
- Mignolo, W. D.; Veiga, I. B. (2021). Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. *Revista X*, 16(1), pp. 24-53.
- Mignolo, W. (2017) Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1(1), pp. 12-32.
- Moraes, A. A. A. (2006). Tarrafa de pescaria: o uso de carta na pesquisa. *Interface* -

Comunicação, Saúde, Educação, 10(19), 169–184.

- Muylaert, C. J.; Júnior, V. S.; Gallo, P. R.; Neto, M. L. R.; & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 48(Esp2), 193-199.
- Navarro, R. M. (2015). *A história da política de saúde mental do Amazonas: a reforma psiquiátrica e sua estruturação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/23580/2/Dissertacao_ID1829.pdf
- Oliveira, J.R. (2008). *Políticas públicas de saúde mental e reforma psiquiátrica em Pernambuco (1991-2001)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7388/1/arquivo3359_1.pdf
- Onocko-Campos, R. T.; Palombini, A. L.; Leal, E.; Serpa Junior, O. D.; Baccari, I. O. P.; Ferrer, A. L.; Diaz, A. G.; & Xavier, M. A. Z. (2013). Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e da antropologia médica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2847-2857.
- Paiva, I. L.; Yamamoto, O. H. (2007). Em defesa da reforma psiquiátrica: por um amanhã que há de nascer sem pedir licença. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 14(2), 549-569.
- Passos, E.; Kastrup, V.; Tedesco, S. (2016). Cartografar é traçar um plano comum. In: Passos, E.; Kastrup, V.; Tedesco, S. (Org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano do comum*. (Vol. 2). Porto Alegre: Sulina.
- Pereira, E. R.; Pegoraro, R. F.; Raser, E. F. (2017). História de vida, pesquisa narrativa e *testimonio*: perspectivas nos estudos biográficos. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), 277-286.
- Pereira, M. T. L. N. (2006). *Resistências femininas e ação policial: (re)pensando a função social das delegacias da mulher*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, CE. Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1525>

- Rodrigues, H. B. C. (2019). *Análise institucional, genealogia, história oral: fabricando intercessores em pesquisa e intervenção*. Curitiba: Appris.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21 (2), 166-173.
- Salomão, W. (2014). *Poesia Total*. [Versão para e-reader]. São Paulo: Companhia das letras.
- Santos, M. (2004). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica*. (6ª ed). São Paulo: edusp.
- Sarlo, B. (2007). Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/ Belo Horizonte: UFMG.
- Schmdit, M. L. S.; Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1/2), p. 285-298.
- Silvia, G. F. (2016). A memória coletiva. *Aedos*, 8(18), p. 247-253.
- Slomp, H.; Merhy, E. E.; Rocha, M.; Baduy, R. S.; Seixas, C. T.; Bortoletto, M. S. S.; Cruz, K. T. (2020). Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. *Athenea Digital*, 20 (3), 1-21.
- Souza, M. B.; Versuti, A. C. (2012). O potencial da entrevista narrativa com fotografias. *Anais do VI Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade*, São Cristóvão, Brasil.
- Trevizani, T. M.; Silva, R. A. N. da. (2019). Cartas do hospício: Memória e esquecimento - rastros e insurgências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 313-336.
- Vasconcelos, E. M. (Org.). (2008). Abordagens psicossociais. Volume II: Reforma Psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares. São Paulo: Hucitec.
- Viveiros de Castro, E. (2018). *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estruturalista*. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições.
- Witte, B. (2017). *Walter Benjamin: uma biografia*. Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA
CAMPUS CENTRAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Cartografias de memórias menores na saúde mental potiguar

Pesquisador: CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56836422.9.0000.5537

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.388.798

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa proposto pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia, com nível de abrangência de Doutorado. Serão arrolados 10 participantes de um coletivo de saúde mental pesquisado em estudo anterior de mestrado, interessados em participar da pesquisa atual. O caminho dessa pesquisa percorre os passos de uma pesquisa anterior sobre a memória e resistência de um coletivo de luta antimanicomial de Natal.

O presente projeto, que se insere dentro de uma perspectiva qualitativa, procura por meio do registro da memória e da produção de narrativas, mapear processos de subjetivação no campo da saúde mental, por meio do acompanhamento de participantes de um coletivo militante da saúde mental potiguar, procurando, cartografar narrativas de memórias menores de pessoas atravessadas pela manicomialização no campo da saúde mental potiguar, problematizando o objeto memória, trazendo o debate de sua transmissão dentro de um campo histórico/político/ cultural/colonial da saúde mental, a partir da narração da memória e da experiência de pessoas cujas histórias perpassam esse campo. A composição do coletivo é bastante diversa. Estima-se uma população composta de usuários da rede de saúde mental; estudantes de graduação em psicologia; pesquisadores na área de política de drogas e redução de danos e da área de saúde mental; professores universitários; psicólogos clínicos; trabalhadores da rede de saúde mental do município de Natal; artistas plásticos, cênicos e músicos; atletas amadores; familiares e demais interessados. O quantitativo de pessoas para a pesquisa será definido durante o acompanhamento

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.075-000

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

Fax: (84)99193-6266

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

do coletivo, referido anteriormente, e terá como critério a entrevista com pessoas que possam ter participado, ou registrado de alguma forma o processo de reforma psiquiátrica potiguar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Cartografar narrativas de memórias menores de pessoas atravessadas pela manicomialização no campo da saúde mental potiguar.

Objetivo Secundário:

- Problematizar o objeto memória, trazendo o debate de sua transmissão dentro de um campo histórico/político/cultural/colonial da saúde mental, a partir da narração da memória e da experiência de pessoas cujas histórias perpassam esse campo;
- Mapear memórias e os efeitos de subjetivação nelas presentes e que envolve a relação com o campo da saúde mental e da reforma psiquiátrica;
- Produzir um conceito-ferramenta de análise que possa articular memória e narração para a produção de histórias outras para suas vidas e para o campo;
- Produzir dispositivos e espaços de compartilhamento/transmissão das memórias cartografadas, abrindo espaço para o acolhimento de outras memórias durante o processo de pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- Compõem o rol de riscos previstos à realização esta pesquisa: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais (registrados no RCLE); tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; exposição da imagem do participante em vídeos (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc.; possibilidade de

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.075-000

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

Fax: (84)99193-6266

E-mail: cepufrn@reitoria.ufrn.br

UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA
CAMPUS CENTRAL



Continuação do Parecer: 5.388.798

constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; dano; quebra de anonimato, além de riscos físicos, como do risco de contaminação pelo SARS COV2.

• Como forma de minimizar os riscos listados, assim como à possíveis outros, não previstos, durante a pesquisa serão tomadas as seguintes providências: garantia ao acesso dos resultados individuais e coletivos, quando solicitados; minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões feitas pelos entrevistadores; garantia de que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto do entrevistado; garantia da não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) aos quais os pesquisadores possam ter acesso; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; garantia do direito à assistência integral e gratuita, prestada pela equipe da pesquisa às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos; garantia de que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, consequente à mesma, não previsto no termo de consentimento; garantia de que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, terão direito à indenização; garantia da divulgação pública dos resultados; garantia de que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes do sujeito entrevistado; assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto; assumir o compromisso de comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a autoestima; minimização de riscos e danos físicos que possam ocorrer durante a realização da pesquisa, particularmente ao risco de contaminação pelo SARS COV2.

Benefícios:

É prevista, tanto no decorrer quanto ao final da pesquisa, uma restituição às pessoas participantes da pesquisa, através de uma devolutiva da cartografia produzida com a pesquisa, assim como benefício indireto pela contribuição social do estudo.

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.
Bairro: Lagoa Nova **CEP:** 59.075-000
UF: RN **Município:** NATAL
Telefone: (84)3215-3135 **Fax:** (84)99193-6266 **E-mail:** cepufrn@reitoria.ufrn.br

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa pretende cartografar memórias menores de pessoas atravessadas pela manicomialização no campo da saúde mental potiguar. O motivo deste estudo se deve às fragilidades no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira no que toca o seu registro histórico e o “esquecimento” da história e da memória de pessoas marcadas pela experiência manicomial como atores dessa transformação.

Serão realizadas entrevistas individuais, abertas, a partir de uma pergunta disparadora, que será construída junto a memória do participante no campo da saúde mental, buscando, na sua narração, a transmissão de uma experiência que possa ser articulada a outras histórias e memória.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão adequados na atual versão do protocolo de pesquisa.

Recomendações:

Cumpra ao pesquisador enviar os relatórios parcial e final da pesquisa. Ver modelos em <www.cep.propesq.ufrn.br>.

Qualquer mudança no protocolo aprovado, antes deve ser solicitada através de emenda, via Plataforma Brasil. Ver manuais em <www.cep.propesq.ufrn.br>.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a revisão ética das respostas às pendências levantadas no parecer anterior de Número 5.315.649, concluímos que elas foram reparadas adequadamente.

Essa adequação situa o protocolo em questão dentro dos preceitos básicos da ética nas pesquisas que envolvem o ser humano, estando, portanto, aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resolução 466/12 (ou a Resolução 510/16) do Conselho Nacional de Saúde - CNS e Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP é da responsabilidade do pesquisador responsável:

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.
Bairro: Lagoa Nova **CEP:** 59.075-000
UF: RN **Município:** NATAL
Telefone: (84)3215-3135 **Fax:** (84)99193-6266 **E-mail:** cepufrn@reitoria.ufrn.br

**UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA
CAMPUS CENTRAL**



Continuação do Parecer: 5.388.798

1. Elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinatura estar na mesma folha (Res. 466/12 - CNS, item IV.5d);
2. Desenvolver o projeto conforme o delineado (Res. 466/12 - CNS, item XI.2c);
3. Apresentar ao CEP eventuais emendas ou extensões com justificativa (Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP, Brasília - 2007, p. 41);
4. Descontinuar o estudo somente após análise e manifestação, por parte do Sistema CEP/CONEP/CNS/MS que o aprovou, das razões dessa descontinuidade, a não ser em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes (Res. 446/12 - CNS, item III.2u);
5. Elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais (Res. 446/12 - CNS, item XI.2d);
6. Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Res. 446/12 - CNS, item XI.2f);
7. Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto (Res. 446/12 - CNS, item XI.2g) e,
8. Justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou não publicação dos resultados (Res. 446/12 - CNS, item XI.2h).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1537929.pdf	04/04/2022 08:48:09		Aceito
Outros	Carta_de_Respostas_s_Pendncias.pdf	04/04/2022 08:47:12	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DOC_10_RCLE_Maiores_de_18_Anos_MODIFICADO.docx	04/04/2022 08:45:36	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DOC_3_ProjetodePesquisa2022_CEP_MODIFICADO.docx	04/04/2022 08:45:05	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Outros	DOC_13_Instrumento_de_entrevista_	15/02/2022	CARLOS EDUARDO	Aceito

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.
Bairro: Lagoa Nova **CEP:** 59.075-000
UF: RN **Município:** NATAL
Telefone: (84)3215-3135 **Fax:** (84)99193-6266 **E-mail:** cepufn@reitoria.ufrn.br

Página 05 de 06

**UFRN - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE - LAGOA NOVA
CAMPUS CENTRAL**



Continuação do Parecer: 5.388.798

Outros	2022_CEP.docx	08:31:04	SILVA FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	DOC_10_RCLE_Maiores_de_18_Anos.docx	05/02/2022 08:47:14	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Orçamento	DOC_14_orcamento_financeiro.docx	04/02/2022 11:07:45	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DOC_3_ProjetodePesquisa2022_CEP.docx	04/02/2022 09:25:13	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Outros	DOC_5_Termo_de_confidencialidade.pdf	04/02/2022 09:12:14	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Outros	DOC_08_Termo_de_autorizacao_paragravacao_de_voz_e_ou_Registro_de_Imagens_2022.docx	02/02/2022 10:57:22	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Outros	DOC_6_Folha_de_identificacao_do_pesquisador.pdf	02/02/2022 10:33:01	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Outros	DOC_4_ao_inicio_da_pesquisa2022_CEP.pdf	02/02/2022 09:47:30	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto2022_assinado.pdf	01/02/2022 08:18:57	CARLOS EDUARDO SILVA FEITOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NATAL, 04 de Maio de 2022

Assinado por:
PAULA FERNANDA BRANDÃO BATISTA DOS SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua das Artes, s/n. Campus Central UFRN.

Bairro: Lagoa Nova

CEP: 59.075-000

UF: RN

Município: NATAL

Telefone: (84)3215-3135

Fax: (84)99193-6266

E-mail: cepufn@reitoria.ufm.br

Página 06 de 06

ANEXO 2 - Pequeno atlas de imagens de uma pesquisa sobre a memória



DIAMOR É UMA ARMA QUENTE!

MOSTRA DE TRABALHOS DE ARTE E CULTURA - 09/12 - Pinacoteca potiguar

MANHÃ	TARDE
8:30 - CAFÉ DA MANHÃ - "AQUECENDO OS TAMBORES"	14:00 - OFICINA DE TEATRO DA COMPANHIA CENOPOTÉTICA VENTO DOS AVOADOS
9:00 - ABERTURA DAS EXPOSIÇÕES DE FANZINES E FOTOGRAFIAS	15:30 - LANCHE
10:00 - RODA DE CONVERSA SOBRE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O TRABALHO NA CIDADE COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE; EXIBIÇÃO DE CURTA METRAGENS	16:00 - RODA DE CONVERSA SOBRE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL CRIAÇÃO DO FÓRUM POTIGUAR DE DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL
	17:30 - SURTO POÉTICO E ENCERRAMENTO

PROJETO DE EXTENSÃO (IN) VISÍVEIS E LOUCOS PELA CIDADE: ENCONTROS LIBERTARIOS ENTRE SAÚDE MENTAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - UFRN

SAADORA HARTING



Loucura em movimento, a liberdade é seu alento

A Luta Antimanicomial, marcada pelo dia 18 de maio, é um movimento social que busca transformar o pensamento sobre Saúde Mental e o tratamento de pessoas em sofrimento mental, fortalecendo a proposta de um cuidado territorial, comunitário e contínuo que possibilite a participação social.

15 a 18 de Maio
Natal/RN
Programação em breve

Logos of UFRN, FAPES, and other partners.





Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental

Data: 07/04 - sexta-feira
 Horário: 9:00
 Local: NESC da UFRN

Tema: Construindo a Semana da Luta Antimanicomial no RN

Promoção: CRP-RN e Associação Potiguar Plural
 Participe!





MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Fevereiro

February
Febrero

sexta

friday
viernes

10

41-324

X "A Normalidade"

As diferenças entre pe-
ssões normais e anormais.

homens, homens como mental,
e de sexos normais. É questão
a ser revista pelo governo,
da área da saúde e a sociedade
em geral.

Quem não tem momentos
de loucura quem não exerce
função profissional liberal
ou não. Quem tem transtorno
no mental, faz um o serviço
bem melhor do que quem
se chama "normal".

Esta é questão governamen-
tal, estadual e municipal
a ser questionada. Quem toma
o seu próprio caminho e é
respeitado principalmente pela
família e é considerado "nor-
mal". Temos que viver e lutar
pelos nossos direitos com ci-
dadania social.

importante

04/03/2014

Jeferson